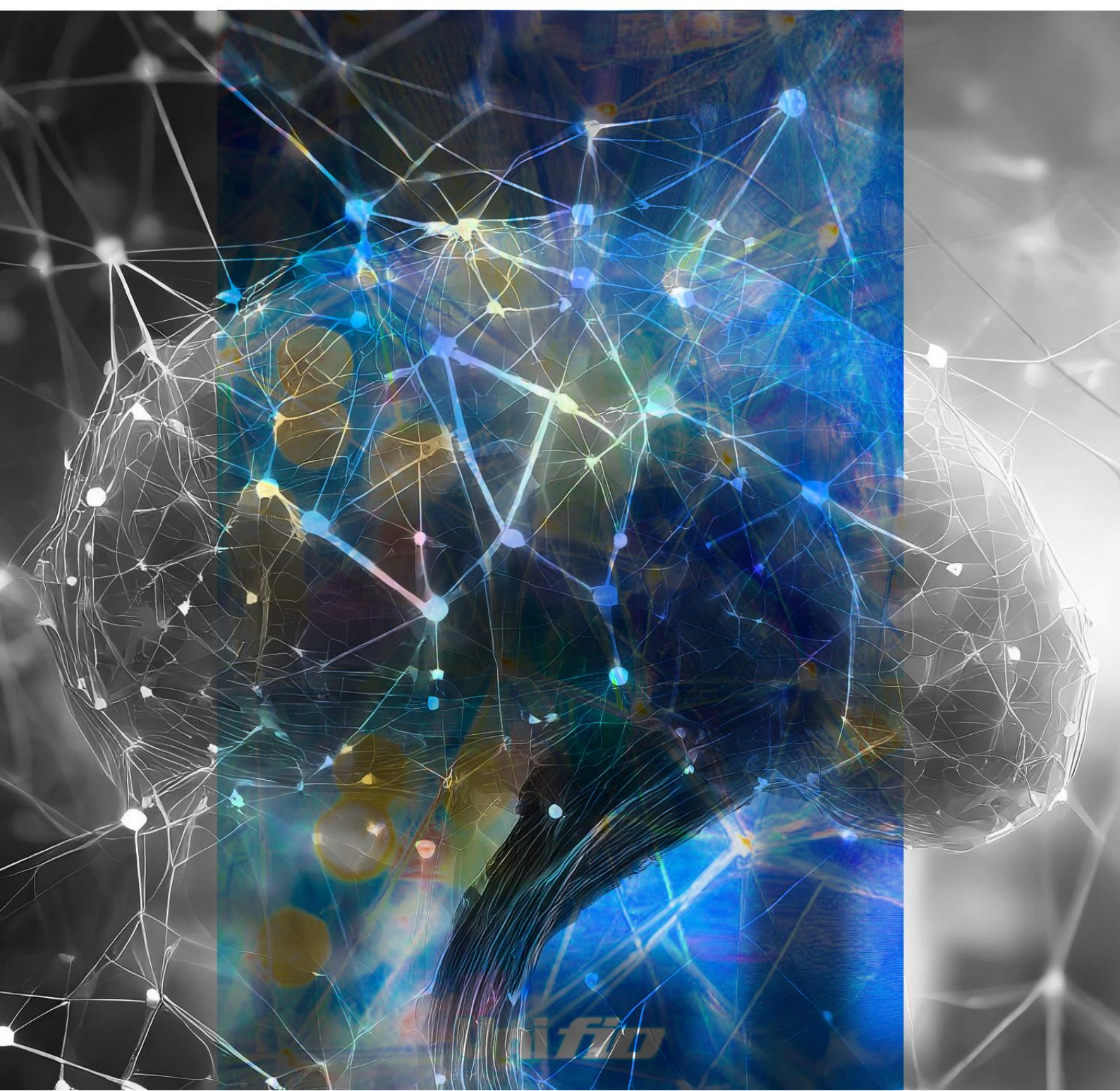


ψ *fórum*

Unifio/Diálogos em Psicologia





**REVISTA FÓRUM:
Diálogos em Psicologia**

Centro Universitário de Ourinhos
Curso de Psicologia

Rodovia BR 153, Km 338+420m
Bairro Água do Cateto
Ourinhos-São Paulo
CEP 19909-100

EDITORES RESPONSÁVEIS

Eduardo Toshio Kabori
Felipe Ferreira Pinto
Luciano Ferreira Rodrigues Filho

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Marli Matias
Alexandre Espósito
Ana Elisa Cardoso Vilas Boas
Cristiane Pereira Marquezini
Damaris Bezerra de Lima
Eduardo Toshio Kabori

Fábio Sagula de Oliveira
Felipe Ferreira Pinto
Luciano Ferreira Rodrigues Filho
Mayara Aparecida Bonora Freire
Ricardo da Silva Franco
Rita Ferreira da Silva

Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Revista Fórum: Diálogos em Psicologia

Centro Universitário de Ourinhos, Curso de Psicologia, v. 5, n. 3, set-dez, 2023.

Semestral

ISSN: 2446-6867

I. Revista científica II. Psicologia III. Ciências da Saúde IV. Ciências Humanas V.
Ciências Sociais

EDITORIAL

Caros leitores e leitoras,

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista Fórum: Diálogos em Psicologia, do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Neste exemplar, destacamos a importância da multidisciplinaridade para o avanço das ciências, um tema central em nosso campo de estudo.

A busca por conhecimento transcende fronteiras disciplinares, e é por meio da interação entre diferentes áreas do saber que podemos ampliar nossa compreensão sobre os fenômenos humanos. Na Psicologia, a multidisciplinaridade se manifesta de maneira significativa, permeando nossas pesquisas, práticas e intervenções clínicas e sociais nos diferentes processos de trabalho de psicólogas(os).

Neste contexto, é com grande entusiasmo que anunciamos o processo de internacionalização da nossa revista. Esta edição marca o encerramento do uso da formatação atual, dando lugar a um novo horizonte de colaboração e intercâmbio científico com pesquisadoras(es) e profissionais de diversas partes do mundo. A internacionalização da Revista Fórum representa, sem dúvida alguma, um importante passo para consolidar nossa posição no cenário acadêmico global e fortalecer, principalmente, os laços entre a comunidade científica internacional.

Os artigos selecionados para este número refletem, neste sentido, a diversidade e a relevância dos temas abordados na Psicologia na condição de Ciência e Profissão na contemporaneidade. Desde reflexões sobre o desenvolvimento psicosssexual infantil, até análises críticas sobre a cultura do cancelamento. Cada texto contribui para ampliar nosso conhecimento e estimular novos debates.

Destacamos, entre os artigos desta edição, as reflexões sobre a justiça restaurativa e o papel da(o) psicóloga(o) no sistema de justiça brasileiro, assim como a importância do mascaramento em perda auditiva unilateral na audiometria tonal limiar e logaudiometria, partir da proposta de cuidado interdisciplinar. Esses estudos evidenciam a prática da Psicologia em contextos diversos, reafirmando seu papel fundamental na promoção do bem-estar e na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Agradecemos a todas(os) as(os) autoras(es), pareceristas, colaboradoras(es) e leitoras(es) que contribuíram para a realização desta edição. Que este seja apenas o primeiro passo de uma jornada promissora rumo à excelência acadêmica e ao diálogo interdisciplinar.

Ourinhos, 15 de janeiro de 2024.

Eduardo Toshio Kabori
Docente UNIFIO
Editor Responsável

Felipe Ferreira Pinto
Docente UNIFIO
Editor Responsável

Luciano Ferreira Rodrigues Filho
Docente UNIFIO
Editor Responsável

SUMÁRIO

ALÉM DO SAPATINHO DE CRISTAL: O CONTO CINDERELA E O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL INFANTIL

Rita Ferreira da Silva.....6

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PAPEL DA(O) PSICÓLOGA(O): UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

Kauani Tanfere

Luciano Ferreira Rodrigues Filho.....20

A ELABORAÇÃO PSÍQUICA NA LUDOTERAPIA: O PAPEL DO PSICOTERAPEUTA NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL

Sheila Firmino

Eduardo Toshio Kobori.....40

A CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Lara Meireles de Britto

Karla Cristina Rocha Ribeiro.....61

CONSTELAÇÕES DE APRENDIZAGENS: POSSIBILIDADES E CAMINHOS PARA AS PESQUISAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA COMUNITÁRIAS

Jefferson Olivatto da Silva

Marcia Denise de Lima Dias

Tauana Aparecida de Oliveira.....79

A ANSIEDADE INFANTIL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E TRATAMENTO NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT)

Edilaine Fabiana Carvalho Pereira

Ana Elisa Vilas Boas.....91

A IMPORTÂNCIA DO MASCARAMENTO EM PERDA AUDITIVA UNILATERAL NA AUDIOMETRIA TONAL LIMAR E LOGO AUDIOMETRIA

Ana Paula Pavanini Navas

Karla Pereira de Paula

Adrieli Dimov Xavier Alves.....118

INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Mariana de Barros Sampaio

<i>Gilberto Mateus Flores</i>	132
-------------------------------------	-----

ALÉM DO SAPATINHO DE CRISTAL: O CONTO CINDERELA E O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL INFANTIL

BEYOND THE GLASS SLIPPER: THE CINDERELLA TALE AND CHILD PSYCHOSEXUAL DEVELOPMENT"

Rita Ferreira da Silva¹

RESUMO

O texto aborda a importância dos contos de fadas, especialmente o conto da Cinderela, como recursos simbólicos e lúdicos de apoio psicoemocional para crianças. Baseado em autores como Bruno Bettelheim, Klein, Winnicott e Laplanche e Pontalis, destaca-se que o jogo lúdico, a leitura e a interpretação dos contos de fadas podem revelar conteúdos inconscientes na infância. A análise psicanalítica aplicada aos contos, permite uma compreensão mais profunda dos elementos subjetivos presentes nas histórias. O conto da Cinderela é especialmente significativo por sua capacidade de abordar angústias infantis e promover a elaboração simbólica das experiências vividas, contribuindo para o desenvolvimento emocional e a superação de medos e conflitos.

Palavras-chave: Psicanálise; Contos de fadas; Desenvolvimento infantil; Literatura; Relações fraternas.

ABSTRACT

The text discusses the importance of fairy tales, especially the Cinderella story, as symbolic and playful resources for children's psychosocial support. Drawing on authors like Bruno Bettelheim, Klein, Winnicott, and Laplanche and Pontalis, it highlights how playful activities, reading, and interpreting fairy tales can unveil unconscious contents in childhood. Applying psychoanalytic analysis to these tales allows for a deeper understanding of the subjective elements within the stories. The Cinderella tale is particularly significant for its ability to address children's anxieties and facilitate symbolic processing of their experiences, thus aiding in emotional development and the overcoming of fears and conflicts.

Keywords: Psychoanalysis; Fairy tale; Child development; Literature; Fraternal relations.

INTRODUÇÃO

Esta investigação narrativa tem por centro de sua investigação articular porque os contos de fadas, em especial o conto Cinderela² pode ser considerado um

¹ Mestra em Psicologia UNIB (2022). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UENP (2013). Especialista em Educação Especial Inclusiva FACESPI (2014). Equoterapeuta ANDE-Brasil (2014). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (2018). Graduada em Psicologia Unifio (2011). Docente no ensino superior no Centro Universitário de Ourinhos - UniFio (2022-atual). Email: rita-ferreira-silva@hotmail.com

recurso simbólico e lúdico de apoio psicoemocional para as crianças pequenas. Desta forma, iniciando nossa digressão sobre a temática, não poderíamos deixar de iniciá-la destacando a obra “A psicanálise dos contos de fadas” de Bruno Bettelheim (2007). De acordo com o autor, os contos de fadas em seu jogo narrativo estruturam-se por intermédio da fantasia e da imaginação, ou seja, os conteúdos descritos na história narrada têm por base estrutural as vivências humanas as quais estão entrelaçadas com a fantasia e a imaginação de seus leitores, assim como o jogo lúdico ou o brincar propriamente dito, ao ser realizado de modo simbólico, entrelaça-se com o universo psíquico do sujeito, durante a ação do brincar.

Ambas as ações: brincar, desenhar ou ler – ouvir – um conto de fadas, realizam um jogo lúdico de encenação, trazendo para a cena da ludoterapia individual de base psicanalítica pontos-chaves do psiquismo da criança, que podem ser interpretados ou pontuados pelo psicólogo psicanalista durante o processo terapêutico. Nesta senda, os psicanalistas Klein (1975/1997) e Winnicott (1971/1975) destacam que o brincar, em sua livre expressão, pode apresentar conteúdos inconscientes, que por sua vez, podem ser analisados e interpretados durante o processo terapêutico. Portanto, podemos considerar que a interpretação psicanalítica realizada pelo terapeuta diz respeito a uma interpretação da fantasia apresentada pela criança em sua brincadeira simbólica, e não a uma análise da brincadeira em si. O que é verdadeiramente analisado e aberto à interpretação é o jogo simbólico e a fantasia, e não apenas a ação brincar por brincar.

Tal como assinalado por Laplanche e Pontalis (1985/1990, p.15) em seu trabalho “*Fantasia originária, Fantasias das origens, Origens da Fantasia*”, o termo “fantasia” na língua alemã *Phantasie*, refere-se a “conceber a imaginação”. Tendo em vista a acepção original deste vocábulo no contexto do desenvolvimento da teoria psicanalítica, os autores enfatizam que a fantasia delimita a imaginação, isto é, é a fantasia que individualiza os conteúdos presentes na imaginação com uma “vestimenta” distinta, conferindo uma singularidade para cada elemento psíquico. Considerando a fantasia e a imaginação como uns dos elementos centrais para o desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos, em especial durante a infância, buscou-se neste estudo fazer uma avaliação da importância dos conteúdos referentes a

² Gostaríamos de ressaltar que todos os contos de fadas podem ser considerados narrativas lúdicas, simbólicas, iniciadas pela tradição oral de contar histórias (Bettelheim, 2007). No entanto, escolhemos como recorte desta pesquisa o conto “Cinderela” visando nortear a nossa discussão.

subjetividade que podem estar entrelaçados com a narrativa do conto de fadas “Cinderela” e juntamente a isto quais são seus possíveis benefícios de ressignificação psicoemocional infantil.

Neste momento é importante destacar que nossa investigação acadêmica ocorrerá pelo viés investigativo da psicanálise aplicada, voltada para o conto “Cinderela”. Mezan (2006) na obra *“Freud, pensador da cultura”*, relata que a psicanálise aplicada, que pode ser chamada de ‘psicanálise implicada’ refere à análise psicanalítica ‘sobreposta’ em um contexto não clínico. Trata-se de uma implicação do analista ao realizar a análise de uma obra de arte, um conto, uma peça de teatro entre outras produções artísticas, vide que todas estas são criações carregam em suas brechas componentes pertencentes a subjetividade – ao inconsciente propriamente dito -. Kobori (2017) em sua dissertação *“O amor nos tempos do cólera: subjetividade e sofrimento psíquico – Um ensaio sobre psicanálise e literatura”*, vai ao encontro de Mezan (2006) ao utilizar o método psicanalítico para analisar o tal romance. O pesquisador pontua que ao realizar uma análise psicanalítica de uma obra literária, “é fundamental é que esta análise seja realizada por meio do método psicanalítico, onde as interpretações serão realizadas pela percepção do intérprete” (p.126), assim aplicando o método psicanalítico para além do *setting*.

Assim, retomamos as obras de Bettelheim (2009) *“Psicanálise dos contos de fadas”* e Corso; Corso (2006) *“Fadas no Divã”*, para estruturar a aplicação do método psicanalítico ao conto de fadas “Cinderela”. De acordo com os autores, os contos de fadas – de modo generalista – podem auxiliar os sujeitos a compreender vivências significativas de suas vidas. Na prevalência dos casos, estamos falando de sentimentos, as angústias e as dificuldades do crescimento infantil – amadurecimento e enfrentamento de novas fases -. Levando em consideração a psicanálise enquanto método de investigação e os elementos subjetivos expressos nos contos de fadas, os quais podem ser considerados elementos de análise psicanalítica esta pesquisa abordará, a importância do conto Cinderela para o desenvolvimento infantil, a partir do método da revisão bibliográfica narrativa de interesse³, ressaltando obras as quais destacam a psicanálise contida nos contos de fadas⁴.

³ Visando compreender a importância dos contos de fada no desenvolvimento infantil; tal pesquisa foi realizada apoiada em um referencial psicanalítico temático, retomando autores como Bettelheim

Pretendemos enfatizar o quanto o conto de fada “Cinderela” pode expressar e transmitir em sua narrativa as experiências infantis, estejam estas postas de maneira evidenciada no contexto do conto – conscientes – ou transpostas em figuras ou situações monumentais representativas – inconscientes. Justificamos a escolha deste conto, em meio de tantas, pelo fato de Cinderela transpor em sua narrativa componentes subjetivos pertencentes aos anos iniciais da infância, principalmente os relacionados a figura da maternagem.

Segundo Corso; Corso (2006), os contos de fada, assim como as histórias voltadas para o público infantil, são de extrema relevância, pois seus enredos ajudam os meninos e as meninas a compreender, elaborar e simbolizar o mundo. Este mundo, em sua conjuntura psicossocial, no qual a criança vive e está intrinsicamente inserida, querendo ou não, por muitas vezes pode amedrontar e ser promotora de angústias, que estão para além das possibilidades emocionais dos pequenos de compreender ou elaborar. Nestes momentos de empasse relacional com novas experiências ou vivências psíquicas das etapas do desenvolvimento infantil, os elementos subjetivos contidos nos contos de fadas, que surgem pela magia do fantasiar da narrativa, podem auxiliar as crianças a compreender ou superar este medo no novo, ou esta angústia provinda das relações interpessoais.

Nos relatos de Bruno Bettelheim (2009), o conto Cinderela tem a concretude de abranger as fantasias, atenuando os conflitos do relacionamento familiar e da vida, apoiando as crianças a enfrentarem suas dificuldades, incentivando-as a busca de um futuro melhor; pelo singelo “final-feliz” que apresentam.

OS CONTOS DE FADAS: UMA NARRATIVA ANCESTRAL

Ao falarmos sobre os contos de fadas e de a sua estrutura narrativa carregada de elementos simbólicos os quais representam as vivências mais comuns – e ao mesmo tempo mais complexas – da vida dos sujeitos, cabe aqui destacarmos a origem destas histórias. Mereghe (2010) em *Os contos de fadas: origens, histórias e permanência no mundo moderno*, relata que estes contos provenientes da tradição

(2009), Corso; Corso (2006) e o próprio Freud (2006); os quais relatam em suas obras conteúdos importantes acerca do desenvolvimento infantil e da relação simbólica existente entre os contos de fada e os conteúdos inconscientes.

⁴ A psicanálise contida nos contos de fadas é a forma como Bettelheim (2009) utiliza-se para pontuar sobre a psicanálise aplicada aos contos, ou seja, o que o método psicanalítico destaca interpretar os conteúdos inconscientes contidos nos contos de fadas.

oral tiveram sua origem no “terreno do sagrado⁵ [...] cujos primeiros fragmentos datam cerca de 2.100 antes da presente era” (p.8). Para além deste surgimento ancestral deve-se levar em consideração que os contos de fadas em sua composição literária por ter esta origem milenar, mesmo que esteja composta em uma estrutura escrita simplista, ainda continua tendo uma complexa implicação sociocultural, que está para além das palavras.

Ainda seguindo pelas palavras da autora, os contos de fadas enquanto histórias clássicas, apresentam em seu desfecho vitorioso do herói ou heroína com uma recompensa que está para além dos bens materiais, algo mais precioso que não pode ser comprado, pago com riquezas, está para além da natureza material, mas ao mesmo tempo é um dos itens mais desejados por todos os seres humanos: o amor, amar e ser amado. Ao final da trama Cinderela, recebe uma recompensa dupla, o amor verdadeiro e a ascensão social. Por esse motivo, este conto em específico aborda conteúdos universais, que estão para além da temporalidade humana: amor e *status* sociais.

Posto estes dados iniciais sobre a origem ancestral e os conteúdos condizentes com os desejos pessoais comumente ‘vistos’ ou relatados pelos sujeitos em geral, nos adentremos a percepção da psicanálise sobre a infância e a importância dos contos de fadas como possibilidade de ressignificação ou compreensão simbólica das demandas psicoemocionais. A infância, como uma etapa crucial para o desenvolvimento psíquico, é repleta de momentos – vivências – felizes, prazerosas, alegres, em contraponto a outras que geram medos, frustrações, rejeições e conflitos, entre tantos outros conteúdos consciente quanto inconsciente, que fazem parte do crescer e do ser um sujeito singular. Cada ser humano, experienciará sua vida de maneira única, assim como ao entrar em contato com um conto de fadas terá suas próprias impressões, simbolizações e identificações.

Segundo Bettelheim (2009), os contos de fadas são histórias que carregam um significado expresso do viver e sobre as tramas do conviver em contextos grupais – família, amigos, cultura, sociedade, trabalho -. O desenvolvimento da psique consiste em um processo gradativo, importante para a vida dos sujeitos durante todo o seu ciclo vital. As narrativas ancestrais transmitem o processo de

⁵ Proveniente dos rituais religiosos os quais tinham em destaque os seres místicos e sagrados. Misturas de seres mágicos com animais fantásticos que eram símbolo de proteção, força e saúde que tinham por função proteger a todos e guiar os heróis ou heroínas em sua saga.

desenvolvimento infantil, o amadurecimento da protagonista de acordo com o enredo narrativo, pode ser analisado como um transmissor das etapas do ciclo vital enfrentadas pelos seres humanos. Um exemplo marcante é o de nossa princesa Cinderela: antes criança, vivendo em meio ao baralho, as brincadeiras com os animais encantados e com uma subserviência a figura matriarca maior – madrasta -. Já em processo de amadurecimento psíquico – adolecer - ganha um espaço social, debuta no baile ao ser notada pela sociedade, questiona a figura de poder matriarcal e sai do grupo familiar primário para a ascensão social e amorosa.

Ao acompanharmos a trajetória da protagonista Cinderela ao longo do conto, é possível notarmos uma transformação significativa em seu posicionamento interpessoal e amadurecimento subjetivo. Os leitores se deparam com os desafios enfrentados pela heroína, os quais podem ecoar de forma próxima aos conflitos típicos do desenvolvimento infantil.

Seguindo esta reflexão, Corso e Corso (2006) recordam que de modo geral, os contos de fadas transmitem os mais variados tipos de conteúdos interligados com os aspectos subjetivos dos seres humanos. Sejam estes correlacionados aos aspectos do desenvolvimento psicossocial ou psicossocial. Estes elementos surgem no enredo narrativo de modo camuflado, uma vez que os contos de fadas são a temporais – assim como o inconsciente -. Por mais que um conto de fadas possa ser contado, recontado, reinterpretado, a essência da história permanecerá, logo, os elementos de ordem psíquica permaneceram, e as crianças realizaram de modo imaginário as conexões entre as vivências das heroínas e dos heróis e de suas próprias vivências.

É importante pontuar, que eles elementos psíquicos – lutas emocionais, disputas afetivas parentais ou angústias por exemplo – são elementos que surgem naturalmente na narrativa diante do desfecho da própria história dos personagens. Como menciona Bettelheim (2009), os conteúdos encontrados nas histórias, como a fada madrinha disposta a ajudar como ama “mãe boa”⁶ dos anos iniciais de vida e a

⁶ Ao nos referirmos utilizando os conceitos de “mãe boa” e “mãe má”, neste artigo estamos no voltando aos conceitos de “seio bom” e “seio mal” pontuados por Klein (1932 – 1997) em sua obra. Seguindo a psicanálise Kleiniana, durante os anos iniciais, a criança aos poucos vai percebendo que existem outros elementos no mundo para além dele mesmo e da sua figura materna. E que para além desse estar no mundo, sua mãe – figura da maternagem – se relaciona com estes outros objetos, dedicando-lhes afetividade e tempo, desta forma, a mãe não está a sua disposição integralmente, assim como ele a percebia anteriormente, fato que gera angústia e ansiedade. Como uma forma psíquica de tentar compreender e conviver com tal descoberta, a criança pequena começa a imaginar – de modo inconsciente – que na verdade existem duas mães no corpo de uma única figura: a “mãe

madrasta malvada “mãe má” que pune, direciona e castiga a enteada, assim como vemos no conto Cinderela, são personagens fictícios em um contexto mágico que podem auxiliar as crianças a encontrar soluções emocionais referentes as angústias e experiências vivenciadas com as suas figuras maternas.

A presença de elementos como reinos encantados, mundos distantes e florestas misteriosas nos contos de fadas são fundamentais para que as crianças se identifiquem com os personagens, seja de forma consciente ou inconsciente. Esses elementos, que estão distantes da realidade contemporânea, alimentam a fantasia e a imaginação das crianças, possibilitando a compreensão e a elaboração de seus próprios conflitos psíquicos. No entanto, o contexto histórico distante das narrativas cria um afastamento entre a criança e os protagonistas, mesmo que haja identificação, mantendo uma certa distância entre eles. Podemos pontuar que acaba sendo justamente este *time* temporal da narrativa, uma balança regulatória de identificação⁷ com o desfecho da protagonista não despertando mais angústias emocionais ocasionadas pelo processo de desenvolvimento biopsicossocial infantil, proporcionando a ação contrária, ajudando a criança pequena na elaboração e no enfrentamento das angústias, medos e sentimentos que tememos ou que não queremos aceitar (Corso; Corso, 2006).

O conto de fadas é um terreno propício para compreensão e simbolização problemas íntimos enfrentados pelos seres humanos. A narrativa acaba por apresentar soluções politicamente corretas para as decepções enfrentadas durante o ciclo vital, oferecendo uma visão otimista e construtiva para lidar com essas situações. Conforme relata Bettelheim (2009) independente da forma que os contos de fada sejam apresentados à criança raramente o conto falha em sua “contribuição” simbólica. Isto porque, de uma forma simples esses trazem representações do bem e

boa”, que afaga e satisfaz todas as suas vontades, desejos e necessidades prontamente, e a “mãe má”, que se volta para a relação com um terceiro - o pai, irmãos, trabalho – ou seja, que não está disponível prontamente a todo o momento.

⁷ Seguindo os apontamentos de Bettelheim (2009) assim como os de Corso e Corso (2006) não é possível precisar em qual idade ao certo a criança irá identificar-se com cada narrativa específica de cada conto de fadas em si. Desta forma, isso aplica-se ao conto “Cinderela” pois este está na categoria de contos de fadas. Entretanto, tal identificação é passível de ser vista e analisada ao passo da época a qual a criança gosta mais de um determinado conto ou personagem do que de outros. Por exemplo, se a criança se identifica com a Cinderela, ela vai experienciar em suas brincadeiras, falas, escolhas de brinquedos e até mesmo de temas de festa de aniversário a qual envolvam a personagem a qual ela reconhece como identificatória, personagem preferida. Esta preferência por uma heroína e não por outra, é a identificação, que está para além da superfície da história e se entrelaça com as demandas inconsciente da criança, as quais estão correlacionadas com sua etapa do desenvolvimento psíquico.

do mal em seus personagens, por intermédio das ações e condutas dos personagens – protagonistas ou antagonistas, mocinhos ou vilões – apresentam no decorrer do conto. Comumente o ‘mal’ é simbolizado por dragões, bruxas, sequestradores e madrastas, que acabam por obter uma vitória temporária sobre os heróis, mas no final sempre perdem e são punidos de alguma forma, salientando a moral de que os comportamentos ruins ou a maldade não compensa (Bettelheim, 2009).

VIVER NÃO É UM CONTO DE FADAS, MAS UM CONTO DE FADAS REPRESENTA O VIVER

As personagens e situações dos contos de fadas também personificam e ilustram conflitos íntimos, mas sempre sugerem sutilmente como esses conflitos podem ser solucionados (Bettelheim, 2009, p.37)

Cada indivíduo, independentemente de sua origem, localização geográfica ou ocupação, possui sua própria história de vida, refletida em suas experiências passadas, presentes e desejos para o futuro. Assim como os personagens dos inúmeros livros de literatura, nossa vida é marcada por uma mistura de vitórias e frustrações, emoções e reflexões, amores e decepções. Essa semelhança frequente entre as narrativas literárias e a vida real ocorre porque há uma interação constante entre a vida e a arte: a vida inspira a arte, e a arte reflete a vida. Os contos de fadas são contados por pessoas que, ao compartilharem uma narrativa, inevitavelmente destacam elementos que se relacionam com suas próprias jornadas pessoais. Isso se aplica ao conto de fadas "Cinderela", como a qualquer outra narrativa de origem oral.

“Cinderela” que pode ser nomeado por “Gata Borralheira” traz em suas aventuras e desafios enfrentados por uma mocinha órfã, que vive sob os cuidados de uma madrasta nada boa e de suas meio irmãs. À medida que vamos prestando atenção ao desenrolar do conto, vamos entrando em contato com o problema vivido pela heroína, os quais podem se assemelhar muito a determinados conflitos presentes na infância. De acordo com Coelho (1991), Charles Perrault, é um autor clássico que faz parte dos escritores os quais descrevem narrativas pertencentes a

História Literária Universal⁸. Ele começou a escrever contos de fada, mesmo antes de existir uma literatura direcionada a infância. Em sua versão de “Cinderela”, Perrault descreve uma Cinderela Doce e bondosa ajudada pela sua fada madrinha, uma ‘alma’ boa que tem sabedoria ancestral e poderes mágicos, para realizar os desejos da heroína e auxiliá-la em seu duelo com a madrasta. Devido à forma com que Perrault descreveu Cinderela, como uma boa e bela jovem, que apesar das mazelas sofridas continua perseverante, a heroína acaba por cair no gosto do grande público, fato que auxiliou esta ser à escolhida pela Disney, para servir de base no filme “Cinderela”⁹ (Corso; Corso, 2006).

Em todas as versões da história da Cinderela, seu destino é ser negligenciada em casa, trabalhando como serva, enquanto sua beleza é obscurecida pelo trabalho árduo e sofrimento. Ao contrário da história da “Branca de Neve”, onde a madrasta age movida pela inveja da beleza da enteada, na Cinderela, a madrasta a trata assim para puni-la por ser superior às suas próprias filhas. Conforme destacado por Bettelheim (2009), a personagem em todas as versões enfrenta a falta de amor e consideração da família, especialmente após o casamento de seu pai (que era viúvo), quando ela perde seu lugar e passa a ser maltratada pelas suas “meio-irmãs”. Cinderela só recebe afeto novamente quando é reconhecida como a dona do sapatinho de cristal, perdido durante um baile no castelo real. A descoberta de que o sapatinho de cristal só servia no pé de Cinderela foi a única pista que o príncipe

⁸ É importante pontuarmos que ao nos utilizamos da descrição História da Literatura Universal, para nos referirmos aos contos de fadas, e em específico ao conto “Cinderela” estamos voltando o nosso olhar para os dizeres de Eckermann (1958), quando o autor salienta que uma história é considerada uma literária universal quando ela se constitui como um bem comum para toda a humanidade. Ou seja, é uma narrativa que se manifesta entre centenas ou milhares de pessoas, em tempos históricos diferentes e culturas diferentes, porém não perde sua essência ou processo de familiarização entre os sujeitos. Tal apontamento assim como posto nesta pesquisa, também é destacado por Coelho (1991).

⁹ A história que pode ser considerada mais acessível a todos que queiram conhecê-la é o conto de Perrault (1989), tendo ainda sua versão baseada em seus escritos desenvolvida por Walt Disney, lançada no ano de 1950. Neste momento do nosso percurso é importante lembrarmos o contexto histórico no qual a animação “Cinderela” foi lançada. Segundo Almeida (2023), logo após a Segunda Guerra Mundial, os estúdios da Disney não estavam em seu melhor momento produtivo, a perda de mão de obra, a insatisfação dos trabalhadores que permaneceram na empresa e a dificuldade financeira diante do pós Guerra, levavam a companhia para um momento de fragilidade econômica e institucional. Neste momento delicado e com a intenção de reverter o quadro de instabilidade, a Disney investiu os seus recursos na produção do filme “Cinderela”, como a esperança de alavancar novamente os negócios. O filme foi um sucesso que alavancou a Disney e até hoje ainda arrecada lucros. Na atualidade, devido ao grande sucesso do conto Cinderela, e o fato de ter sido o conto que salvou a ‘terra da magia’ a Disney de uma possível falência, Cinderela é eternizada nos parques da Disney em Orlando na Flórida nos Estados Unidos e na Disneyland em Tokyo no Japão, assim como na abertura dos filmes da companhia pelo seu lindo castelo, sendo este considerando uma das atrações mais procuradas pelos visitantes nos parques da Disney.

tinha para encontrar sua verdadeira amada. Ao ser encontrada e identificada pelo sapato, Cinderela alcança um lugar de destaque, casando-se com o príncipe e ascendendo ao posto de princesa, recebendo mais atenção do que suas irmãs. Essa reviravolta clássica em sua história revela que, apesar das adversidades impostas pelo ambiente externo, Cinderela demonstra grandes qualidades de personalidade ao superar esses obstáculos, conforme destacado por Corso e Corso (2006).

A rivalidade entre irmãs apresentada em Cinderela, conforme Corso e Corso (2006), é uma característica recorrente nas diferentes versões do conto. Isso revela uma atitude infantil por parte das irmãs más, enquanto a heroína demonstra uma jovialidade ao se arrumar para o baile, tornando-se bonita aos olhos do príncipe, ao contrário das irmãs, que são preparadas pela mãe. Cinderela é constantemente rebaixada e degradada por sua madrasta e irmãs, devido à sua superioridade em aspectos como desenvolvimento intelectual, físico e social. Mesmo sendo colocada em tarefas sujas e sacrificantes, ela mantém sua independência da família e realiza suas obrigações sem receber elogios, mostrando sua força e perseverança, como destacado por Bettelheim (2009).

Nos conteúdos discutidos acima, fica evidente a rivalidade entre as irmãs, que manifestam ciúme e inveja em relação a Cinderela. Enquanto ela demonstra traços de maturidade e independência, as irmãs persistem em manter uma mentalidade infantil, dependendo dos outros para realizar suas tarefas. Elas tentam diminuir não apenas a beleza de Cinderela, mas suas habilidades e qualidades, buscando obscurecer não só sua juventude, sua simpatia, educação e delicadeza, além de sua expressão de vontades próprias.

A figura da fada madrinha surge como uma representação da mãe falecida, vindo em auxílio da filha em transição da infância para a adolescência em momentos de necessidade. Conforme Corso e Corso (2006), ela permanece como um ser mágico e místico, simbolizando proteção e orientação. A rivalidade entre Cinderela e suas irmãs – sem parentesco e que iniciaram um convívio já no final da infância – persiste até o desfecho do conto, especialmente em versões como as dos irmãos Grimm, onde as irmãs, auxiliadas pela madrasta, chegam ao extremo de mutilar seus pés para tentar ocupar o lugar de princesa, que por direito pertence a Cinderela. Essa tentativa visa impedir que Cinderela alcance seus objetivos de conquistar a atenção e o amor do príncipe, substituindo o afeto fraterno que perderá. A obtenção desse amor representaria a liberdade de Cinderela das maldades da

madrasta, e seu pé pequeno simboliza a feminilidade que as irmãs não possuem, apesar de suas tentativas desesperadas de adquiri-la. Para Bettelheim (2009), o sapatinho de cristal tem um papel central no conto, representando a transição de Cinderela para a autonomia e a capacidade de fazer suas próprias escolhas, sem estar mais vinculada às decisões parentais. Da mesma forma, a fada madrinha simboliza o auxílio da mãe falecida ou da figura materna positiva da primeira infância. Em geral, na adolescência, as meninas buscam expressar sua feminilidade e amadurecimento, e o sapato de cristal de Cinderela representa essa busca por uma identidade mais adulta e feminina.

Podemos considerar o simbolismo do sapato, especialmente trazido pelo conto Cinderela por intermédio do "sapatinho de cristal", como uma hipótese para compreender por que as mulheres têm uma predileção por sapatos diversos em termos de tamanhos e estilos. O sapato, como símbolo de feminilidade no conto, sugere que quanto mais sapatos uma mulher tem, mais ela se sente feminina e atraente¹⁰ aos olhos da figura de desejo. A figura da fada madrinha, representando a mãe benevolente, reflete a mãe original que deseja profundamente a felicidade da filha, ajudando Cinderela a transformar sua vida e escapar do sofrimento causado pela "outra mãe" (Bettelheim, 2009)

A madrasta, por ser esposa do pai, coloca seu casamento em primeiro lugar, não estabelecendo um vínculo parental com os filhos e buscando viver seu amor com o esposo. Nessa dinâmica, o pai é preferido para manter uma relação afetiva próxima, enquanto os filhos são considerados menos importantes em sua vida. A figura da mãe permanece como a doce fada madrinha, pronta para auxiliar e ajudar, enquanto a madrasta carrega consigo conteúdos conflituosos de inveja e sofrimento. De acordo com Corso e Corso (2006), a madrasta representa uma rivalidade feminina¹¹, onde a inveja que ela sente pela jovem Cinderela é um reconhecimento da beleza desta. No entanto, a jovem triunfa sobre a mulher mais velha, demonstrando uma superação simbólica. Bettelheim (2009) destaca que para o desenvolvimento saudável da personalidade infantil, é crucial superar a

¹⁰ Salientamos que esta análise se trata de uma hipótese, a qual pode ser confirmada ou refutada. O desejo da figura feminina de ter ou não ter sapatos não está única e exclusivamente vinculada a sua beleza ou feminilidade. Quando trabalhamos com a análise psicanalítica fazemos um recorte de possibilidades, uma análise abre um leque para outras.

¹¹ Assim como destaca Corso e Corso (2006) a rivalidade entre mulheres é algo que pode ocorrer na sociedade contemporânea, assim como ocorria nos tempos passados. Apesar desta ação ser algo que devemos combater socioculturalmente promovendo o sentido da sonoridade, o fato não pode ficar oculto a luz reflexiva da psicanálise.

ambivalência entre figuras parentais consideradas boas e más, integrando-as como possuidoras de aspectos positivos e negativos.

No conto Cinderela, a figura materna e a figura paterna são representadas pelos pais "originais", ou seja, os pais da primeira infância, assim como pela fada madrinha – a mãe da infância, a que deseja junto com a criança conferindo-lhe sentido na vida simbólica -. Enquanto os pais maus são personificados pela mãe vinda de outro núcleo familiar originário, que impõe exigências e maltrata Cinderela.

Pode-se relatar deste modo que é possível observar que mesmo os conteúdos esquecidos da infância deixam marcas em nossa vida até a idade adulta, influenciando significativamente nossa personalidade. Como afirmou Freud (1901-1905/2006) na teoria psicanalítica, é notável a presença marcante dos conteúdos da infância, muitos dos quais estão relacionados à sexualidade infantil, porém são reprimidos devido à influência da educação social. Esses conteúdos reprimidos emergem nos contos de fadas por meio de elementos narrativos que refletem essas questões. Apesar dos conflitos edipianos vivenciados por Cinderela, como a perda da mãe benevolente para a madrasta, o conto evidencia que essas angústias infantis são naturais no processo de desenvolvimento e tendem a se suavizar com o tempo. Segundo a psicanálise, cada indivíduo possui representações de suas aspirações que derivam das pulsões sexuais. Essas pulsões, presentes na sexualidade infantil, são reprimidas pela criança e permanecem no inconsciente até a adolescência, quando podem ser resgatadas e revistas, enquanto permanecem reprimidas em níveis mais profundos do inconsciente (Freud, 1901-1905/2006).

Desta forma podemos finalizar nossa breve explanação a respeito da condição humana de não viver em um conto de fadas, mas dos contos de fadas serem uma representação da viver e das experiências de vida humana pontuando que a princesa Cinderela exemplifica em seu conto essa fase inicial do desenvolvimento psicosssexual infantil, cunhado pelo pai da ciência psicanálise, o qual permite que as crianças que conhecem a história possam se identificar e compreender de forma simbólica suas vivências. Podemos argumentar tal fato, destacando que esse conto simboliza para as crianças uma das principais decepções da infância, a desilusão edípica, a ansiedade de castração (descoberta do sexo oposto), as diferentes representações maternas e a rivalidade entre irmãos (Bettelheim, 2009). Temas que ainda no nosso contemporâneo acabam por serem

pouco falados ou pontuados por uma dificuldade sociocultural de enfrentar os fatos latentes os quais são vivenciados dentro das relações interfamiliares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinderela – indiscutivelmente um conto de fadas – também mostram um modelo de ascensão social, mais pertencente à esfera material que ao idealismo transcendente (Merege, 2010, p.9)

Para assim realizarmos as nossas considerações finais a respeito do conto Cinderela como uma narrativa ancestral a qual é entrelaçada por conteúdos da psique humana, podemos pontuar de modo geral que os contos de fadas têm o potencial de permitir que a criança explore os aspectos presentes em seu mundo interior. Essa compreensão pode ocorrer tanto de forma consciente quanto inconsciente, pois nas narrativas existem conteúdos explícitos e latentes correspondentes a psique dos sujeitos. A criança consegue identificar sua própria luta interna ao longo da história, encontrando, assim, soluções para as dificuldades que enfrenta, fator que pode vir a contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia e confiança pessoal.

No caso específico do conto "Cinderela", os comportamentos infantis, os anseios, os sentimentos, os medos e os conflitos, como as rivalidades entre irmãs, são experienciados pela heroína. Ao final da história, vemos a vitória de Cinderela, mesmo após enfrentar todas as adversidades em busca da felicidade. Isso ressalta a importância dos temas relacionados ao desenvolvimento emocional infantil presentes nos contos, que abrangem diversos aspectos do crescimento das crianças.

Concluirmos nossa investigação teórica narrativa, descrevendo que o conto de fadas Cinderela auxilia na compreensão dos pensamentos e sentimentos que afetam e confundem as crianças, ajudando a despertar os conteúdos presentes em sua imaginação. Dessa forma, podemos concluir que os elementos contidos nos contos de fadas não só são fundamentais para as crianças, mas se tornam ferramentas que facilitam aos adultos a compreensão do mundo infantil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. Clássicos do cinema que salvaram seus estúdios da falência. **Cinexpert**. São Paulo. Disponível em: [https://blog.hiperion.art.br/2023/03/07/classicos-do-cinema-que-salvaram-seus-estudiosdafalencia/#:~:text=Cinderela%20\(1950\)%20%E2%80%93%20Disney&text=O%20est%C3%BAdio%20havia%20perdido%20grande,Fantasia%E2%80%93%20havia%20sido%20limitado](https://blog.hiperion.art.br/2023/03/07/classicos-do-cinema-que-salvaram-seus-estudiosdafalencia/#:~:text=Cinderela%20(1950)%20%E2%80%93%20Disney&text=O%20est%C3%BAdio%20havia%20perdido%20grande,Fantasia%E2%80%93%20havia%20sido%20limitado). Acesso em: 18 fev. 2024.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fada**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 9-29, 325-73.
- COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil / juvenil**. 4 ed. São Paulo: Ética, 1991. p. 84-5.
- CORSO, D. L.; CORSO, M. **Fadas no divã, psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 107-16.
- ECKERMAN, Johann Peter. **Gespräche mit Goethe in den letzten Jahren seines Lebens**. Berlin: Deutsche Buch-Gemeinschaft, 1958.
- FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud, vol. VII**: Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 155,163,184-6
- MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MEREGE, A. L. **O conto de fadas: origens, história e permanência no mundo moderno**. São Paulo: Claridade, 2010.
- KOBORI, E. T. **“O amor nos tempos do cólera”**: subjetividade e sofrimento psíquico – Um ensaio sobre psicanálise e literatura. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/50157> Acesso em: 14. Abril. 24.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PAPEL DA(O) PSICÓLOGA(O): UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

RESTORATIVE JUSTICE AND THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN JUSTICE SYSTEM

*Kauani Tanfere
Luciano Ferreira Rodrigues Filho*

RESUMO

A presente pesquisa aborda o cenário brasileiro em relação ao Sistema de Justiça Tradicional e sua eficácia na penalização e diminuição da reincidência de crimes. O sistema prisional é caracterizado como violento e discriminatório, com base em práticas de violência, crueldade e exclusão. Diante disso, surge a necessidade de novas estratégias e modelos de atuação, como a Justiça Restaurativa, que busca reestruturar o sistema, assegurar os direitos básicos dos indivíduos e promover a conscientização do delito cometido, visando à resolução do conflito e à redução dos danos causados. A pesquisa tem como objetivo analisar o contexto histórico, o papel social, as práticas, as limitações e as potencialidades do Sistema de Justiça, bem como observar a atuação do Sistema Prisional e analisar sua eficácia e os danos causados pelo encarceramento. Além disso, busca compreender como a Justiça Restaurativa e suas práticas podem contribuir para o Sistema de Justiça e para a diminuição da reincidência de crimes, destacando as diferenças em relação ao modelo tradicional. A pesquisa também visa analisar as possíveis contribuições da Psicologia na atuação dentro da Justiça Restaurativa como estratégia de humanização do Sistema de Justiça Criminal. A metodologia utilizada na pesquisa é caracterizada por uma abordagem bibliográfica exploratória, de caráter qualitativo. A Justiça Restaurativa é apresentada como um paradigma de justiça necessário diante do sistema punitivo tradicional, que se baseia na imputabilidade penal e na busca pela retribuição.

Palavras-chave: Sistema de Justiça Tradicional; Justiça Restaurativa; Sistema Prisional; Ressocialização; Psicologia no Sistema de Justiça.

ABSTRACT

This research addresses the Brazilian scenario in relation to the Traditional Justice System and its effectiveness in penalizing and reducing the recidivism of crimes. The prison system is characterized as violent and discriminatory, based on practices of violence, cruelty and exclusion. In view of this, there is a need for new strategies and models of action, such as Restorative Justice, which seeks to restructure the system, ensure the basic rights of individuals and promote awareness of the crime committed, aiming at resolving the conflict and reducing the damage caused. The research aims to analyze the historical context, social role, practices, limitations and potential of the Justice System, as well as observe the performance of the Prison System and analyze its effectiveness and the damage caused by incarceration. In addition, it seeks to understand how Restorative Justice and its practices can contribute to the Justice System and to the reduction of the recidivism of crimes, highlighting the differences in relation to the traditional model. The research also aims to analyze the possible contributions of Psychology in acting within Restorative Justice as a humanization strategy of the Criminal Justice System. The methodology used in the research is characterized by an exploratory bibliographic approach, of a qualitative nature. Restorative Justice is presented as a necessary paradigm of justice in the face of the traditional punitive system, which is based on criminal imputability and the search for retribution.

Keywords: Traditional Justice System; restorative justice; Prison System; Resocialization; Psychology in the Justice System.

INTRODUÇÃO

Em face ao cenário brasileiro, é crescente o número de discussões acerca do Sistema de Justiça Tradicional e sua eficácia na penalização e diminuição da reincidência de crimes. É perceptível que desde seu surgimento, o sistema prisional tem se caracterizado como um sistema violento e discriminatório, com base em práticas de violência, crueldade e exclusão. É com base nestas práticas que surge a necessidade de novas estratégias e modelos de atuação, tais como a Justiça Restaurativa, a fim de reestruturar este sistema, assegurar os direitos básicos de vivência a estes indivíduos, minimizando os danos trazidos pelo encarceramento, trazendo a conscientização do delito cometido, visando a resolução do conflito e a diminuição dos danos causados em consequência. Frente à necessidade de práticas efetivas e mais humanizadas nas atuações do Sistema de Justiça e no provimento da ordem social, pensemos a Justiça Restaurativa como meio alternativo para modelo tradicional de Justiça. Sendo essa, uma prática cujo objetivo está atrelado à resolução de conflitos, responsabilização ativa do ato ilícito cometido, compreensão dos danos causados e a redução destes danos, promovendo diálogo entre os envolvidos, incluindo vítima, ofensor e famílias, através de uma escuta acolhedora e respeitosa, a fim de compreender os sentimentos e reais necessidades de cada um.

Visamos por meio desta pesquisa identificar como funciona o Sistema de Justiça, analisando seu contexto histórico, seu papel social, suas práticas, limitações e potencialidades. Bem como, observar o Sistema Prisional em sua atuação, de modo a analisar sua eficácia e os danos causados pelo encarceramento na vida dos sujeitos, a qual promovem indivíduos padronizados às normas da instituição, sendo estes destinados à episódios de violências, sem acesso à itens de higiene e saúde, sem acesso à garantia de direitos humanos e sobretudo, à falta de programas efetivamente eficientes no processo de ressocialização dos apenados. Por fim, visamos analisar e compreender como a Justiça Restaurativa e suas práticas podem contribuir significativamente no Sistema de Justiça e na diminuição do índice de reincidência de crimes, e em especial, analisar como seus métodos e técnicas se diferem das estabelecidas pelo sistema tradicional. Por conseguinte, visamos promover uma análise acerca das possíveis contribuições da Psicologia, enquanto

ciência e profissão, na atuação dentro da Justiça Restaurativa, como estratégia de humanização do Sistema de Justiça Criminal.

A presente pesquisa é caracterizada por uma pesquisa bibliográfica exploratória, de caráter qualitativo. Para realizá-la foram realizadas leituras e análises de artigos científicos e livros acerca do Sistema de Justiça e da Justiça Restaurativa, bem como, a leitura de obras de autores como Kay Pranis e Marshall Bertram Rosenberg, que contribuíram significativamente para o entendimento do tema e desenvolvimento do trabalho.

O PAPEL DA JUSTIÇA E UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA

Partindo da premissa reputada pelo senso comum, analisamos o conceito de justiça frequentemente relacionado a relações de poder e ordem, cuja função está interligada à garantia de direitos da população e ao cumprimento de ações consideradas justas e destinadas a cada um de nós, isto é, comportamentos pautados em normas sociais estabelecidas judicialmente. Juntamente a isso, também engloba a proteção dos direitos individuais e coletivos, a aplicação das leis, e a punição destinada aos infratores, ou seja, aqueles que violam as normas regulamentares. Segundo Cunha (2013, p. 7), a justiça atua como uma instituição que tem como função “aplicar as normas jurídicas estabelecidas aos casos que são submetidos à sua apreciação”. Sendo assim, o autor ainda afirma que “[...] a justiça, diz-se, dá-se necessariamente em uma relação social, e injusto é o que vai de encontro a ela” (ZAGREBELSKY; MARTINI, 2006, p. 18 apud CUNHA, 2013, p.9). Segundo Rawls (1997, p. 7-8), o objetivo central da justiça:

É a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão das vantagens provenientes da cooperação social.

A criminalidade é uma conduta que contraria as normas estabelecidas pelas entidades governamentais, manifestando-se de diversas formas, tais como os crimes contra a vida, integridade física e patrimônio, que se fazem presentes historicamente em nossa sociedade. Todavia, com o atual sistema de justiça, a partir do momento em que o indivíduo comete o delito, passa a ser identificado como infrator da lei e

está sujeito às medidas penais cabíveis do sistema de justiça, de acordo com as normas e legislações vigentes.

Segundo Manso (2016) a pena “tem caráter retributivo e preventivo, e de reeducação, de reinserção social do condenado”, isto é, que mostre a população a punição à determinadas ações; que promova a reeducação do preso, efetivando o aprendizado através das consequências geradas, a fim de que não volte a cometer o ato e seja punido judicialmente; por fim, após o cumprimento das medidas cabíveis, que o indivíduo seja reinserido na sociedade novamente, retornando ao convívio social, conforme afirma Kallas (2019). A Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984 determina os direitos destinados aos encarcerados, garantindo-lhes assistência médica, social, jurídica e educacional, com base em práticas humanistas. E afirma ainda que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984, s/p.).

Sobretudo, a justiça se caracteriza como uma ordem social, a qual estabelece um conjunto de normas que regulam os comportamentos e ações sociais dos indivíduos, respaldadas pela legislação. Segundo a Câmara Municipal de Cajamar (2010, s/p.), a lei “é uma norma ou conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito”. Nesse sentido, a legislação surge para ordenar, organizar e estabelecer o convívio em sociedade, determinando condutas e práticas sociais, tal como um instrumento de respaldo para assegurar aquilo que foi predisposto.

Todavia, a justiça é composta por órgãos como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia, sendo estas instituições responsáveis pela aplicação, fiscalização e garantia de cumprimento da legislação, além de atuar também nos processos judiciais cabíveis ao descumprimento dessas leis, atuando na acusação e defesa dos indivíduos. Portanto, em casos que há descumprimento de lei, violação de direitos ou ato ilícito, opera-se o Sistema Prisional, cujo papel está destinado à custódia aos indivíduos que foram condenados pela justiça e que devem cumprir a pena de prisão, isto é, devem permanecer detidos sob custódia, tendo como pena a privação de liberdade.

O Sistema Prisional Brasileiro caracteriza-se como um conjunto de instituições destinadas aos indivíduos em conflito com a lei, sendo elas presídios, penitenciárias, hospitais de custódia, colônias agrícolas, industriais e similares.

Sendo estas instituições de regime aberto, semiaberto e fechado, abrangendo a população feminina e masculino, e atuando como meio de punição aos indivíduos pelos atos cometidos. O sistema prisional desempenha um papel fundamental no sistema de justiça, tendo em vista que é responsável por efetivas as penas determinadas pelos tribunais de justiça à indivíduos condenados por atos ilícitos. Dentre seus principais objetivos quanto instituição estão a punição do ato cometido, a reabilitação do encarcerado e sua reinserção social, preparando-o para que possa retornar o convívio em sociedade de forma efetiva e não cometam novamente o ato, assegurando a segurança da sociedade.

As primeiras instituições penitenciárias brasileiras eram chamadas por “Casas de Correção” pelos dispositivos legais em vários estados e originaram-se com o intuito de punir os infratores pela transgressão da lei. Em seguida, outros estabelecimentos prisionais foram surgindo na segunda metade do século XIX e início do século XX, sendo até hoje como um sistema penal hegemônico. As instituições carcerárias, a fim de evitar a evasão dos apenados, caracterizam-se por ambientes com paredes altas e reforçadas, cercadas por grades e com vigilância em tempo integral.

Durante longos anos, desde seu surgimento, o Sistema Prisional se constituiu como um sistema violento e discriminatório, com base em ideais de violência e crueldade. Em vista disso, Fernandes (2013, p. 10) explana em sua obra que: “[...] a lógica do cárcere é guiada por ideais de disciplinamento. Como instituição total, a prisão produz um modo de existência regrado, com rotinas pré-estabelecidas e formas de tratamento padronizadas”. Essa padronização, por sua vez, resulta na alteração do modo de vida do indivíduo encarcerado como um todo, determinando novas maneiras de se vestir, andar, comer e comportar, modificando seus horários, seu dormitório e sua liberdade para circular pelo espaço como quiser.

Desse modo, podemos compreender o encarceramento como um processo que visa a exclusão da individualização do sujeito, buscando promover a padronização entre os apenados, tornando então, essa instituição um meio de controle das subjetividades. Nesse sentido, Tokuda (2016) aponta que desde o século XIX até o presente momento, a prisão tem como a principal função o castigo, mas não como punição, e sim como forma de correção ou recuperação. A pretensão do Estado em manter o “criminoso” isolado da sociedade e de disciplinar os corpos desses indivíduos. Segundo Barreto (2006, p. 588):

No interior do cárcere, os internos se submetem à violência local desde a sua entrada no sistema prisional, e é justamente essa a primeira etapa do processo de “prisionalização”. Aspectos que compõem a identidade do sujeito, tais como as redes de relações compostas por amigos, familiares e trabalhos executados, são completamente afastados do recluso. As mudanças do mundo externo não são mais acompanhadas, e as práticas cotidianas anteriormente executadas são excluídas completamente de sua vida.

Todavia, além das significativas mudanças relacionadas à padronização entre os indivíduos encarcerados, a qual produzem novos meios de ser e se relacionar, podemos citar também as condições às quais estes indivíduos estão sujeitos, caracterizada por condições precárias de existência. Dentre os inúmeros impasses existentes no sistema prisional, destacam-se a falta de recursos, violação de direitos, extrema violência, falta de acesso à itens básicos de saúde e higiene, superlotação de celas e, em especial, a falta de programas de ressocialização. Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário de 2009:

A CPI verificou que a maioria dos estabelecimentos penais não oferece aos presos condições mínimas para que vivam adequadamente. Ou seja, condições indispensáveis ao processo de preparação do retorno do interno ao convívio social. A CPI constatou, no ambiente carcerário, uma realidade cruel, desumana, animalésca, ilegal, em que presos são tratados como lixo humano. [...] A realidade encontrada pela CPI, em suas diligências nos mais variados estabelecimentos penais, é de confronto com a legislação nacional e internacional, de agressão aos direitos humanos e de completa barbárie (BRASIL, 2009, p. 192).

Nesse sentido, é imprescindível considerarmos que, embora o direito à liberdade do indivíduo encarcerado esteja temporariamente suspenso, seus demais direitos permanecem plenamente vigentes, de acordo com as normas e legislações vigentes que respaldam a população carcerária. Diante disso, compreende-se o Sistema Prisional como um sistema que viola os direitos da pessoa humana, todavia, conforme cita Bertoni e Marcondes (2013, p. 13), torna-se “no mínimo inaceitável que os presos sofram situações de violência quando submetidos à tutela do Estado, dentro de um ambiente em que se encontram privados de sua liberdade”.

É notório que com o surgimento das prisões no Brasil, a população carcerária surge e tem um aumento significativo ao decorrer dos anos, de modo que, as instituições não acompanharam sua capacidade de pessoas, espaços e celas de acordo com a demanda que surgia. Dessa maneira, chegavam mais detentos do que

as instituições carcerárias seriam capazes de receber, gerando então, uma superlotação. Segundo Marques *et al.* (2012) apud Figueiró (2015, p. 77), com o aumento da população carcerária “a infraestrutura do sistema penitenciário nacional não acompanhou o mesmo ritmo, o que tem produzido condições degradantes para os apenados: celas superlotadas, infraestrutura inadequada, um processo de ressocialização ineficaz”. Sendo assim,

A superlotação no sistema prisional é um dos grandes problemas, impedindo que possa existir qualquer tipo de ressocialização e atendimento à população carcerária, o que faz surgir, constantes rebeliões. Destacando-se também que a alimentação é precária, sendo que a assistência médica, higiene e dentre outros elementos necessários para a vida dos apenados são insuficientes (Machado; Guimarães, 2014, p. 566).

Em teoria, o sistema prisional conta com diversos profissionais para atender essa demanda, sendo eles agentes penitenciários, psicólogos, médicos e enfermeiros, que atuam nas mais variadas áreas a fim de garantir segurança, saúde e ressocialização dos presos. Entretanto, habitualmente sua teoria difere-se discrepantemente de suas práticas, tendo em vista que os profissionais destinados à garantia de direitos dessa população, frequentemente são os responsáveis por infringir estes direitos, isto é, pela falta de recursos da instituição que poderia ofertar melhores condições para os encarcerados, e pela falta de treinamento adequado e humanizado dos profissionais, pautados em uma cultura punitiva e violenta, contrariamente aos princípios de dignidade e direitos humanos.

Nesse sentido, torna-se indubitável que a falta de recursos das instituições carcerárias também reflete na diminuição dos profissionais carcerários, bem como, em sua capacitação, ocasionando a diminuição na qualidade do serviço ofertado. Desta maneira, Foucault (1997, p. 221) afirma que “as prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta”.

Todavia, as falhas do sistema prisional fazem-se presentes não apenas em suas condições de existência, como também em sua efetividade, isto é, se o sistema criminal tradicional tem por objetivo a reclusão do infrator como pena, a fim de garantir a segurança da população e assegurar que este sujeito não volte a cometer o delito, entretanto, o sistema se mostra ineficaz em sua finalidade.

Dentre os fatores que contribuem para o aumento da taxa de reincidência, Ribeiro e Oliveira (2022) destacam a falta de oportunidades no egresso à prisão/desemprego, a ausência de escolarização, desamparo familiar, uso de drogas e a falta de acesso à programas ressocializadores eficazes que efetivamente promovam sua reinscrção social. Segundo Ramalho (2018, p. 91), muitas vezes “para sobreviver no ambiente prisional, é necessário se vincular a uma organização criminosa, o que não se desfaz com o retorno à vida livre” e que o encarcerado “ao sair da cadeia se acha sem recursos para recomeçar a vida” (RAMALHO, 2018, p. 91). Neste sentido, Martins, Oliveira (2013) apud Schneider, Moreira (2021, p. 3) afirmam que:

[...] o alto registro de reincidência destaca a realidade social alarmante dos presídios do país, que é colocada através das taxas mostrando um sistema que não atende às finalidades para as quais se destina, que seria a recuperação do sentenciado pela justiça penal.

De modo geral, espera-se que o preso através do seu período em encarceramento sob pena de privação de liberdade, seja punido pelo ato ilícito cometido e não volte a delinquir. Entretanto, é notório que o próprio sistema de justiça não produz condições para que isso ocorra, pois, suas práticas ainda estão pautadas num sistema punitivo/retributivo. Neste sentido, faz-se necessário a utilização de novos modelos, caracterizados em práticas humanizadas que promovam reflexão e responsabilização do crime e dos danos causados, a fim de promover a conscientização do ato, bem como, proporcionando um espaço onde o infrator possa ser acolhido e reabilitado, possibilitando medidas de reintegração social ao infrator após o cumprimento de suas obrigações de responsabilização e reparação.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Diante disso, em contrapartida ao modelo de Justiça Punitivo, ao qual dispõe da punição e pena como meios de resolução do delito cometido, e que em suma maioria são técnicas regidas por práticas violentas e agressivas, que por sua vez, mostram-se ineficazes frente aos seus objetivos, isto é, na prevenção de novos delitos e na reintegração social do apenado. Por isso, frente à necessidade de novas técnicas e métodos, surge a Justiça Restaurativa, contrapondo-se a esse modelo e

originando um novo paradigma de Justiça no mundo. Antemão, torna-se necessário compreendermos que, assim como cita O Manual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Paraná “A Justiça Restaurativa não pretende competir com as várias formas tradicionais de aplicação do direito e há casos em que não comportam práticas restaurativas e a solução tradicional deve ser aplicada” (BRASIL, 2015, p. 3). Neste sentido, a Justiça Restaurativa surge não como substituta ao modelo de Justiça Tradicional, mas sim, como a implementação de técnicas alternativas mais humanizadas, a serem utilizadas sempre que viável, deslocando o foco da pena de privação de liberdade, buscando a resolução do conflito e oferecendo condições mais favoráveis para a reintegração social do infrator, conforme citam Zambiasi e Alves (2022).

Portanto, a Justiça Restaurativa caracteriza-se por um novo paradigma de justiça, composta por técnicas e métodos específicos, cujo objetivos estão atrelados à resolução de conflitos, a auto responsabilização e reparação dos danos causados em consequência do delito, visando a auto responsabilização do infrator, com base no diálogo entre vítima, infrator e demais envolvidos no caso. Nesse sentido, Carvalho e Xavier (2018, p. 594) afirmam que em muitos países a Justiça Restaurativa surge “como alternativa às incongruências do sistema punitivo-retributivo, com a proposta de permitir que a resposta às consequências do crime seja elaborada pela vítima, ofensor e comunidade, a partir do olhar e do contexto vivido por estes.” Dessa forma, esse novo paradigma de justiça está pautado em práticas mais humanizadas que visam, em especial, a compreensão do delito cometido e dos danos gerados à vítima e/ou familiares e, também, o acolhimento da vítima que, por muitas vezes, se vê excluída do processo e não é realmente ouvida, a fim de observar seu verdadeiro interesse e necessidades, tendo em vista que essa é a principal parte atingida pelo conflito. Sendo assim, Carvalho e Xavier (2018, p. 594) afirmam que:

[...] diferentemente da justiça tradicional retributiva, que se direciona para a punição, a justiça restaurativa tem o foco na reparação do dano causado e na restauração dos laços a partir da afirmação e reforço de valores como responsabilidade, respeito e reconhecimento.

No Brasil, a implantação da Justiça Restaurativa frente ao Sistema de Justiça tem sido realizada desde o ano de 2005, através do Ministério Público, conforme cita

Carvalho e Xavier (2018). Entretanto, apenas em 2016 a Justiça Restaurativa foi institucionalizada como política pública, mediante a Resolução nº 225 de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta suas normas, diretrizes e demais exigências para seu desenvolvimento e aprimoramento, estipulando quais atividade competem a cada órgão responsável pelo seu desenvolvimento. A resolução tem por objetivo então, fundamentar as práticas e métodos que compõem este modelo de Justiça, delimitando suas atuações e sua fundamentação teórica.

Todavia, é visto que, antemão ao desenvolvimento da resolução nº 225, que contribui significativamente para a atuação da Justiça Restaurativa em nosso país, diversos foram os estudos acerca de seu conhecimento e de sua constituição, através da constituição de resoluções como a nº 2000/14, de 27 de julho de 2000, a nº 56/261, de 31 de janeiro de 2002 e a nº 2002/12, de 24 de julho de 2002, que fundamentaram e ampliaram o conhecimento da Justiça Restaurativa, possibilitando a elaboração e implantação da atual resolução em vigor. Nesse sentido, a Resolução nº 225/16 afirma que a Justiça Restaurativa em sua atuação “constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência” (CNJ, 2016, p. 3), que promove diálogo entre vítima, agressor, familiares e demais envolvidos com a presença de um ou mais facilitadores, a fim de garantir a satisfação das necessidades dos envolvidos.

Neste sentido, a Justiça Restaurativa fundamenta-se em técnicas e ferramentas específicas que regem sua atuação. Dentre elas, aplicam-se os Círculos de Construção de Paz em suas práticas, os quais têm sido amplamente utilizados como uma técnica central nos programas de Justiça Restaurativa, conforme citado por Brasil (2019).

De acordo com Kay Pranis, professora, escritora e facilitadora em processos circulares, nascida em 1948 e uma das pioneiras na Justiça Restaurativa e sua implementação, o Círculo de Construção de Paz consiste em “um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças” (PRANIS, 2011, p. 11). Os Círculos consistem em uma prática cultural ancestral, na qual os envolvidos em determinados conflitos sentam-se em

círculo, posicionados horizontalmente um ao lado do outro, a fim de solucionar a queixa e abordar a parcela de responsabilidade que cada indivíduo presente teve na geração desse conflito. Os círculos proporcionam um espaço de fala seguro e acolhedor, permitindo que os envolvidos dialoguem, ouçam uns aos outros e busquem juntos a reparação dos danos e soluções para o conflito.

No entanto, para realizar o círculo de forma eficaz, é necessário seguir um conjunto de etapas pré-estabelecidas, a fim de garantir a organização e o desenvolvimento adequado dessa ferramenta. A princípio, antes de iniciar a atividade, os membros devem posicionar-se em um círculo e o diálogo entre eles será mediado por um objeto chamado objeto de fala. A utilização deste objeto é feita a fim de regular o fluxo do diálogo entre os participantes, isto é, o objeto é passado de participante a participante e detém o poder da fala quem estiver com o objeto.

Dentre as etapas a serem seguidas ao decorrer do Círculo, estão a cerimônia de abertura, onde é dado o início da atividade e apresentado o tema central. Para Pranis (2011, p. 16) “as cerimônias de abertura ajudam os participantes a se centrarem, a trazê-los para participar plenamente no espaço, reconhecer sua interconectividade, livrar-se de distrações não relacionadas ao contexto”. A seguir ocorre o check-in, momento em que todos colocam em pauta como estão se sentindo e como chegaram para o círculo - enfatizando suas emoções e sentimentos. Logo após são abordadas as diretrizes, ou seja, as características que acompanham o processo e devem ser seguidas, isto é, “os acordos entre os participantes sobre como eles se conduzirão no diálogo do círculo” (Pranis, 2011, p. 17). Em seguida ocorre a rodada de perguntas, são realizadas perguntas acerca do tema do encontro, onde os membros são convidados a responderem em primeira pessoa, pensando a partir de suas próprias experiências e perspectivas; *check-out*, para a compreensão de como os participantes estão se sentindo após a realização do círculo e por fim, a cerimônia de encerramento, onde é apresentada alguma frase, trecho ou música sobre o tema, a fim de encerrar a atividade. Segundo Pranis (2011, p. 18) as cerimônias de encerramento “reconhecem os esforços realizados pelo círculo, afirmam a interconectividade dos presentes, transmitem um sentido de esperança para o futuro e prepara os participantes para que retornem ao espaço de suas próprias vidas”.

À vista disso, os círculos devem ocorrer sob mediação de um facilitador capacitado através do curso de Facilitador em Processos Circulares, ofertado por

diversas instituições que disponibilizam a capacitação desses profissionais. Em geral, o papel do facilitador no círculo consiste no intermédio entre os participantes, promovendo um ambiente seguro em que os membros participem ativamente, direcionando o foco dos assuntos abordados e auxiliando na resolução dos conflitos. Sendo assim, o intermédio deste diálogo e acolhimento ocorrem através da Comunicação Não- Violenta.

Sobretudo, a Comunicação Não-Violenta desempenha um papel fundamental na promoção de um diálogo respeitoso e acolhedor. Em princípio, o conceito de Comunicação Não-violenta (CNV) originou-se através do autor Marshall Bertram Rosenberg. Para ele, a CNV atua como meio de comunicação e linguagem, reformulando a maneira como nos expressamos e ouvimos os outros. Através dela torna-se possível um diálogo claro, respeitoso e empático entre os participantes, visando a compreensão dos sentimentos e necessidades dos envolvidos. Nesse sentido, Silva et. al (s/d., p. 6) caracterizam a CNV como a “capacidade de olhar o ser humano com um olhar mais tolerante através de situações de conflitos que possam surgir entre os mesmos, fazendo assim com que as partes percebam que possuem em sua estrutura emocional sentimentos”.

Desse modo, Vieira; Goi; Hauser (2019) afirmam que a CNV baseia-se em uma comunicação respeitosa e empática, onde nós abdicamos de nossos próprios julgamentos para observarmos o outro, visando compreender as reais necessidades e os sentimentos das partes envolvidas, e em uma linguagem clara e objetiva, busca evitar julgamentos e críticas, permitindo então que os envolvidos se comuniquem de forma respeitosa e empática, visando a resolução do conflito para os envolvidos.

Segundo Rosenberg (2006, p. 24), a CNV nos instrui “a observarmos cuidadosamente (e sermos capazes de identificar) os comportamentos e as condições que estão nos afetando” e por intermédio dela “[..] aprendemos a identificar e a articular claramente o que de fato desejamos em determinada situação” (Rosenberg, 2006, p. 24). Para o autor, através da CNV “somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática” (Rosenberg, 2006, p. 24). Para ele, o objetivo da CNV concentra-se em “nos lembrar do que já sabemos - de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros - e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento” (Rosenberg, 2006, p. 24).

De modo geral, a Justiça Restaurativa utiliza as ferramentas referenciadas

acima com o objetivo de proporcionar a resolução do conflito, de forma a promover um diálogo claro e respeitoso entre os indivíduos, buscando compreender as reais necessidades de cada um e valorizando seus sentimentos, a fim de viabilizar a resolução do conflito. Tais práticas caracterizam um avanço significativo no Sistema de Justiça Brasileiro, possibilitando aos envolvidos um papel ativo na resolução do conflito, tirando-os apenas da posição de autor e vítima.

A CONTRIBUIÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Frente a isso, podemos compreender a Psicologia, enquanto ciência e profissão, como uma área cujos objetivos estão atrelados à promoção da saúde, dignidade, igualdade e integridade dos indivíduos, através dos preceitos descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, trabalhará em busca da melhora na qualidade de vida do sujeito e “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Em suma, o trabalho do profissional de Psicologia concentra-se no entendimento da história de vida do sujeito e de seus comportamentos frente a determinadas situações, visa a compreensão e resolução da queixa trazida pelo paciente, a fim de promover melhora na qualidade de vida deste indivíduo. Dentre as possíveis áreas de atuação do profissional de psicologia, estão a Psicologia Clínica, do Trabalho, Educacional, Social, do Trânsito, do Esporte e Jurídica.

Neste sentido, em meados do século XVIII surgem os primeiros resquícios da Psicologia Jurídica, como uma intersecção entre as práticas psicológicas e o campo jurídico. Segundo Sacramento (2019), o Direito e a Psicologia se relacionam quanto ao seu objeto de estudo, o comportamento humano. Para ele, o Direito “é entendido como o conjunto de regras que busca regular esse comportamento, delimitando condutas, através das Leis e formas de solucionar conflitos” (SACRAMENTO, 2019, p. 21), e já a Psicologia visa compreender esses comportamentos, levando em consideração a singularidade e subjetividade de cada indivíduo e de cada caso. Para a autora, “o comportamento e a subjetividade humana são objetos de estudo da Psicologia e quando interligados a assuntos jurídicos, são objetos da Psicologia Jurídica”. Neste sentido, ressaltam as limitações do Direito em compreender e responder determinadas demandas que não competem a sua área de conhecimento e atuação, dando origem então, à Psicologia Jurídica. Segundo Martins; Dias (2022),

o profissional da Psicologia no contexto da Justiça deve promover a saúde e o bem estar do indivíduo, através de técnicas e métodos específicos desta ciência, visando a garantia e promoção dos direitos das pessoas em atendimento, “busca-se, assim, o fomento a responsabilização das pessoas envolvidas em situação de conflito ou violência” (Martins; Dias, 2022, p. 213).

Durante os anos iniciais que permearam o surgimento da Psicologia Jurídica no Brasil, frequentemente seu trabalho esteve relacionado às avaliações psicológicas e perícias que auxiliassem os processos judiciais que se fizessem necessários. Todavia, nos séculos seguintes seu trabalho foi ganhando espaço e atualmente abrange áreas como a Psicologia Criminal, Forense e Judiciária, tais como conhecemos hoje em dia. Deste modo, o(a) psicólogo(a) judiciário “atua no âmbito da Justiça, nas instituições governamentais e não-governamentais, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência” (CFP, 1992, p. 7).

Ademais, a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito da Justiça Restaurativa não possui normativas próprias que regulamentam este trabalho. Todavia, torna-se perceptível as correlações entre as práticas exercidas na Justiça Restaurativa e na Psicologia, que visam o processo de escuta e acolhimento, bem como, a garantia e promoção do acesso aos direitos humanos, que comumente são negligenciados pelo Sistema de Justiça Tradicional. Em vista disso, Martins; Dias (2022, p. 213) afirmam que há, portanto, “uma aproximação entre o saber psicológico e a base principiológica da Justiça Restaurativa, uma vez que tem como embasamento a Declaração Universal dos Direitos Humanos e primam pela promoção da dignidade humana”.

A Resolução nº225/16 do Conselho Nacional de Justiça estabelece o compromisso de promover a Justiça Restaurativa por meio de uma abordagem interdisciplinar “proporcionando estratégias capazes de agregar ao tratamento dos conflitos o conhecimento das diversas áreas científicas afins, dedicadas ao estudo dos fenômenos relacionados à aplicação da Justiça Restaurativa” (CNJ, 2016, p. 6). Além disso, predispõe a participação dos Servidores Públicos nos programas de Justiça Restaurativa, reafirmando a responsabilidade dos Tribunais de Justiça no incentivo e promoção do treinamento e capacitação desses servidores. Frente a isso, o CNJ realizou no ano de 2016 uma pesquisa e mapeamento acerca dos programas e ações da Justiça Restaurativa, onde constatou-se que:

a grande maioria dos programas, dos projetos e das ações de Justiça Restaurativa contam com a participação de Servidores dos quadros do Poder Judiciário, especialmente Assistentes Sociais e Psicólogos, integrantes das Equipes Técnicas Judiciárias, mormente atuando como Facilitadores de práticas restaurativas (CNJ, 2016, p. 26).

Em vista disso, torna-se notório que a atuação da psicologia tem ganhado espaço nas Políticas de Justiça Restaurativa. Nesse sentido, ainda no mesmo estudo, o CNJ (2016) predispõe o trabalho de profissionais como psicólogos e assistentes sociais na equipe técnica, que contará com uma equipe interdisciplinar que trabalhará a fim de fornecer suporte técnico e supervisão aos facilitadores do programa, reafirmando então, as contribuições destes profissionais no âmbito da Justiça Restaurativa. Sendo assim, é possível conceber a Psicologia como um campo que permite a sua atuação em um ambiente interdisciplinar, tal qual no âmbito da Justiça Restaurativa. Nesse sentido, no que concerne ao papel da equipe, Carvalho (2005) apud Mezzaroba, Campoli e Bueno (2018, p. 2) relatam que:

apesar de existir uma equipe interdisciplinar na atuação da Justiça Restaurativa e a Psicologia fazer parte dela, essa equipe não é apenas a reunião de várias áreas, mas um compartilhamento de princípios, ideias e valores. O objetivo é desenvolver um reconhecimento do ser humano, na capacidade da mediação para a solução de conflitos, na responsabilização das pessoas por seus atos, no seu desenvolvimento e na sua emancipação.

Todavia, embora não haja regulamentações específicas que regulamentam a atuação do psicólogo na área, o CNJ relata o dever e a responsabilidade dos Tribunais de Justiça em disponibilizarem Servidores Públicos, como Psicólogos e Assistentes Sociais para que “após devidamente formados, atuem na qualidade de Facilitadores Restaurativos junto aos Núcleos de Justiça Restaurativa, com dedicação exclusiva ou parcial” (CNJ, 2016). À vista disso, o CNJ (2016) apud Martins e Dias (2022, p. 213), relatam que fica prevista “a atuação dos(as) psicólogos(as) na Política Nacional de Justiça Restaurativa, tanto na condição de facilitador restaurativo como de supervisor dos facilitadores restaurativos”. Entretanto, cabe ressaltar que “essas atuações não se configuram como saberes próprios da ciência psicológica, podendo ser realizadas por profissionais de outras áreas do conhecimento” (MARTINS; DIAS, 2022, p. 213).

Contudo, a atuação do psicólogo no âmbito da Justiça Restaurativa e nas demais áreas de atuação está pautado no Código de Ética Profissional do Psicólogo,

formulado pelo Conselho Federal de Psicologia, em agosto de 2005, que tem por objetivo estabelecer as responsabilidades e deveres do profissional de psicologia, fornecendo os princípios e diretrizes para sua formação, abstendo-se de julgamentos e “contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão” (CFP, 2005, p. 6).

Sobretudo, o psicólogo na Justiça Restaurativa visa contribuir através de suas práticas e fundamentações teóricas com o acolhimento e escuta dos envolvidos no processo, como autores, vítimas e familiares através de atendimentos individuais, realizando uma análise acerca dos danos causados, das reais necessidades dos envolvidos e oferecendo apoio psicológico à estes. Além disso, Martins e Dias (2022) afirmam que os psicólogos na área podem também auxiliar no desenvolvimento de atividades junto à equipe de facilitadores; supervisionar a equipe técnica, fornecendo apoio e garantindo o atendimento das necessidades psíquicas dos envolvidos; realizar avaliações psicológicas, se assim solicitado pela equipe; auxiliar no desenvolvimento de Políticas Públicas e realizar estudos e pesquisas para a ciência psicológica.

Segundo os autores Mezzaroba, Campoli e Bueno (2018, p. 13), o(a) psicólogo(a) no contexto da Justiça Restaurativa “além de dispor de estratégias de resolução de conflitos e de poder atuar como mediador nesse processo, é capacitado para avaliar as possíveis implicações psicológicas das partes envolvidas no processo restaurativo”. Para os autores, vista a possibilidade de surgimento de conteúdos emocionais e sofrimento psíquico dos participantes nas atividades da Justiça Restaurativa, o(a) psicólogo(a) desempenha uma atuação capacitada neste contexto, visando através de seus conhecimentos e princípios éticos regidos pela profissão, a aptidão para aplicar medidas interventivas que se façam necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, a Justiça Restaurativa surge como um paradigma de justiça de extrema necessidade frente ao Sistema de Justiça Punitivo, que baseia-se na imputabilidade penal e na busca pela retribuição, práticas frequentemente marcadas por violência e exclusão. Essas abordagens se revelam ineficazes na consecução de seus objetivos de ressocialização e prevenção de reincidência, inviabilizando estratégias que visem a compreensão do delito cometido e dos danos causados em consequência a ele.

Evidencia-se, portanto, as diversas falhas presentes no Sistema Prisional Brasileiro, como a saúde precária, superlotação, episódios de violência e práticas inoperantes na diminuição do índice de reincidência. Sobretudo, é visto que o sistema de justiça tradicional contraria os princípios de dignidade e direitos humanos, que comumente são negligenciados dentro das instituições prisionais. Neste sentido, as instituições que surgem como espaços de reeducação, tornam-se ferramentas inviabilizadoras deste processo.

Diante disso, a Justiça Restaurativa origina-se como um novo paradigma de Justiça, contrapondo-se ao sistema de justiça tradicional. Nesse sentido, surge como um modelo de Justiça, pautado em práticas mais humanizadas, cujo objetivos consistem na resolução do conflito e na promoção efetiva da reintegração social do indivíduo. A Justiça Restaurativa consiste no processo de acolhimento, escuta e diálogo dos envolvidos, possibilitando a eles a compreensão dos danos causados e viabilizando a estes a participação ativa na busca pela resolução do conflito. Frente à isso, Martins e Dias (2022, p. 214) afirmam que as práticas restaurativas surgem como “uma resposta evolutiva ao ato danoso que respeita a dignidade e a igualdade entre as pessoas, constrói a compreensão do conflito e promove a harmonia social por meio do cuidado das vítimas, dos ofensores e das comunidades”.

É visto que a Justiça Restaurativa tem se desenvolvido e obtido resultados positivos no Sistema de Justiça Brasileiro, mesmo ainda que em processo de implementação e desenvolvimento, suas práxis constituem um novo paradigma de Justiça, visando a participação das partes envolvidas e na restauração das relações danificadas, promovendo a responsabilização e viabilizando efetivamente a resolução do conflito. Neste contexto, torna-se perceptível o quanto o desenvolvimento e avanço da Justiça Restaurativa são reflexos de uma necessidade de extrema urgência no Sistema de Justiça de nosso país, com foco na valorização da dignidade humana e na construção de um sistema de justiça mais humanizado.

O papel do(a) psicólogo(a) no âmbito da Justiça Restaurativa ainda não dispõe de normativas que regulamentam sua atuação, todavia, observa-se que suas práticas e conhecimentos teóricos contribuem significativamente neste contexto, auxiliando a equipe interdisciplinar destes programas e fornecendo subsídios e apoio necessário ao restante dos facilitadores. Além disso, através de suas práticas, pode fornecer apoio psicológico e escuta capacitada aos envolvidos nos processos, desempenhando um papel ativo na identificação das necessidades de cada um dos

membros, e ademais, visa o bem-estar e a promoção de saúde e acesso aos direitos humanos destes sujeitos, pautadas no Código de Ética da profissão.

Outrossim, o(a) psicólogo(a), por meio de seu conhecimento teórico e prático, colabora no planejamento e implementação de programas de prevenção e intervenção, trabalhando em busca da eliminação de formas de negligência e violência, realizando análise acerca das Políticas Públicas existentes e promovendo estudos e pesquisas acerca de suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Rosa Maria Zaia Borges. O Contrato Social e a análise crítica da realização da justiça e da igualdade na modernidade. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 211-230, 2007.

BARRETO, M.L. da. S. Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, 2006, v.26, n. 4, p. 582-593.

BERTONCINI, M. E. S. N.; MARCONDES, T. C. A. A dignidade da pessoa humana e os direitos humanos no sistema prisional brasileiro. **FUNJAB**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 4-21, 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2009.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a lei de Execução Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/3rERfxC>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR. **O que é uma lei? Para que ela serve?** 2010. Disponível em: <https://www.cmdc.sp.gov.br/texto/12>>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Final de Planejamento da Política de Justiça Restaurativa**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/07/791781111412e76b197bd22ed1da7054.pdf>>. Acesso em: 16 de mai. 2023.

CUNHA, R. A .V. Justiça e equidade. **Revista de Informação Legislativa**, v. 50, n. 198, p. 5-29, 2013.

FERNANDES, E.G. **Produção e mortificação de subjetividade no sistema prisional feminino**. 2013. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (Pesquisa em Psicologia II). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Faculdade de Psicologia, Porto Alegre.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.1997.

KALLAS, Matheus Rodrigues. A falência do sistema prisional brasileiro: um olhar sobre o encarceramento feminino. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 62-89, 2019.

LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, dez. 2009.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, v. 5, n.1, p. 566-581, 2014.

MANSO, J. M. **A Pena Privativa de Liberdade e sua atual eficácia**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47427/a-pena-privativa-de-liberdade-e-sua-atual-eficacia>>. Acesso em: 09 de abr. 2023.

MARQUES, V. T. et al. Perfil dos presídios sergipanos. In: MARQUES, V. T.; SPOSATO, K. B.; FONSECA, V. (Organização). **Direitos Humanos e política penitenciária**. Maceió: 2012, p. 109-145.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2002. p. 7-8.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 3. ed. São Paulo: Ágora, 2006.

RIBEIRO, L.; OLIVEIRA, V. Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória. **Instituto Igarapé**. Rio de Janeiro: 2022.

SACRAMENTO, Livia de Tartari. **Psicologia Jurídica: conceito e histórico**. In: Cadernos de psicologia jurídica: Psicologia jurídica na prática jurídica. Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (Org.) São Luís: UNICEUMA, v. 1, 2019.

SCHNEIDER, L. C. MOREIRA, C. V. R. S. As principais falhas no sistema penitenciário brasileiro. **XII Encontro Internacional de Produção Científica da Unicesumar**. 2021.

SILVA, F. P. P. **Práticas restaurativas: Uma nova forma de transformar os conflitos**. Campinas, p. 1-17, s.d.

TOKUDA, André Masao Peres. **Psicologia e sistema penitenciário: cartografando as atuações das(as) psicólogas(os) em uma instituição total**. Assis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134299/tokuda_amp_me_assis.pdf;sequence=3>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

VIEIRA, M. D. M.; HAUSER, E. E.; GOI, J. P. Justiça Restaurativa e a comunicação não-violenta: refletindo sobre processos dialogais e cultura de paz. In: Congresso Nacional de Ciências Criminais e Direitos Humanos, 2019, Ijuí. **Editora Unijuí**. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2019.

ZAMBIASI, V. W.; ALVES, J. J. F. Justiça Restaurativa: um modelo alternativo de solução de conflitos. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**. v. 10, n. 1, p. 61-84. 2022.

A ELABORAÇÃO PSÍQUICA NA LUDOTERAPIA: O PAPEL DO PSICOTERAPEUTA NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL

PSYCHIC ELABORATION IN PLAY THERAPY: THE ROLE OF THE PSYCHOTHERAPIST IN CHILD PSYCHOLOGICAL CARE

Sheila Firmino¹

Eduardo Toshio Kobori²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo evidenciar como o atendimento psicológico infantil pôde contribuir significativamente para a evolução do quadro clínico de uma criança, cujo comportamento destrutivo, refletia uma dinâmica familiar permeada pelas práticas parentais negativas. O estudo de caso, foi conduzido a partir do acompanhamento psicoterápico de uma menina de quatro anos de idade em uma clínica escola de Psicologia localizada em um município no interior do estado de São Paulo. Utilizou-se nesse estudo o método clínico qualitativo que insere o pesquisador como um instrumento de pesquisa e procura acolher, compreender e interpretar os sofrimentos psíquicos observados no *setting* analítico. Em relação a essa pesquisa o aspecto clínico qualitativo, se insere na perspectiva da pesquisa psicanalítica. Diante do estudo realizado, foi possível observar que as demandas da genitora e da criança atendida eram divergentes, pois, ao passo que a primeira se demonstrava insatisfeita com os comportamentos de sua filha, a paciente apresentava sentimento de tristeza e de autodestruição em decorrência da ausência de cuidado materno suficiente desde o período gestacional até o momento em que o acompanhamento psicológico transcorreu. Contudo, conforme observado, ao longo dos atendimentos psicoterápicos, a paciente passou a representar em suas brincadeiras gradativamente não mais a destruição, mas sim o cuidado. Dessa forma, foi possível chegar à conclusão de que o atendimento psicológico infantil foi essencial para que ela elaborasse sua tristeza, passasse a se sentir cuidada e vislumbrasse a capacidade de também exercer o cuidado para com o outro.

Palavras-chave: Atendimento psicológico infantil; Cuidado; Práticas parentais negativas.

ABSTRACT

The present study aims to highlight how child psychological care could significantly contribute to the evolution of the clinical condition of a child who presented destructive behaviors, given their insertion in a family that exercised negative parental practices. The case study was conducted based on the psychotherapeutic follow-up of a four-year-old girl at a Psychology school clinic located in a city in the interior of the state of São Paulo. In this study, the qualitative clinical method was used, which inserts the researcher as a research instrument and seeks to welcome, understand and interpret the psychological suffering observed in the analytical setting. In relation to this research, the qualitative clinical aspect falls within the perspective of psychoanalytic research. In view of the study carried out, it was possible to observe that the demands of the mother and the child attended were divergent, as, while the former was dissatisfied with her daughter's behavior, the patient had a feeling of sadness and self-destruction due to the absence of sufficient maternal care from the gestational period until the moment psychological follow-up took place. However, as observed, throughout the psychotherapy sessions, the patient gradually began to represent in her games no longer destruction, but rather care.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (Unifio).

² Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (Unifio).

In this way, it was possible to reach the conclusion that children's psychological care was essential for them to work through their sadness, start to feel cared for and envision their ability to also exercise care towards others.

Keywords: Child psychological care; Careful; Negative parenting practices.

INTRODUÇÃO

O trabalho psicanalítico com crianças foi desenvolvido por profissionais que seguiam caminhos e perspectivas distintas, destacando-se inicialmente: Sigmund Freud, Anna Freud, Melanie Klein, Donald Winnicott, Arminda Aberastury. Apesar de esses psicanalistas apropriarem-se de abordagens teóricas diferentes, todos compreendiam que a psicanálise infantil somente poderia ser estruturada, se considerasse a criança como um ser humano singular, que pudesse ser respeitado e escutado a partir de seus próprios desejos (Leitão; Cacciari, 2017). Entretanto, conforme aponta Zorning (2008), a sociedade pós-moderna tende a não levar em consideração a subjetividade do infante, impondo um modelo ideal de criança. Dessa forma, quando o sujeito não se enquadra no estereótipo postulado, é comum que as figuras cuidadoras visualizem uma demanda para atendimento psicológico. Quando crianças são encaminhadas para psicoterapia por seus pais, de forma oculta, os responsáveis estão solicitando que esse infante seja “consertado” e inserido dentro de um ideal de bem-estar físico e mental, que incluía determinados comportamentos considerados “normais” como docilidade e simpatia, bom desempenho escolar, obediência as regras, comunicação e escrita perfeitas, entre outros.

No entanto, ao mesmo tempo em que culturalmente as figuras cuidadoras objetivam ter filhos ideais, a dinâmica e as práticas parentais vigentes dentro do círculo familiar, em muitos casos não são saudáveis, apresentando como características marcantes, por exemplo, a permissividade, a superproteção, a negligência. Gomide (2014), explica que pais que não promovem relações afetuosas e não são capazes de estabelecer limites aos filhos adotam um estilo parental de educação negativo. Cardoso e Veríssimo (2013), destacam que esse tipo de prática prejudica o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, pois interfere negativamente no processo de aprendizagem, autoestima, autocontrole, aquisição de independência e maturidade. Também, outra prática que pode comprometer o

desenvolvimento da criança é a superproteção parental. Conforme indicado por Pellegrinelli (2018), o controle e a preocupação em demasia por parte dos pais, apresenta como consequência um impedimento na exploração do mundo pela criança, ocasionando em atrasos e prejuízos para seu desenvolvimento.

Nesse sentido, estudos psicanalíticos afirmam que quando algo não vai bem no contexto ao qual a criança está inserida, ela comunica os conflitos pelos quais está passando por meio da manifestação de um sintoma. Bolsson e Benetti (2011), apontam que dentre os sintomas apresentados por crianças, destacam-se tristeza, raiva, solidão e desejos destrutivos. Um ponto importante, a ser destacado é que esse sintoma que anuncia um estado de mal-estar, não está atrelado unicamente aos conflitos do infante, mas também a questões das figuras cuidadoras, visto que os filhos são o objeto de desejo dos pais (Motta, Silva, Castro, 2010).

Mannoni (1988), explica que a criança expressa, por meio de seus sintomas, os efeitos de relações familiares ou conjugais não saudáveis, que são camufladas pelas figuras cuidadoras. A autora afirma que por trás de um sintoma infantil sempre se faz presente uma desordem parental. Além disso, a autora explica que o aspecto negativo da inserção da criança em um conflito familiar não está centrado em seu confronto com a realidade que a permeia, mas sim na mentira relatada ou ocultada pelo adulto, ou seja, o não-dito. Mannoni (1988), deixa claro que falar a verdade é crucial, pois, o silêncio pode gerar uma série de sintomas, que prejudicam a formação do psiquismo do sujeito. Dessa forma, chega-se a conclusão de que tanto práticas parentais negativas, quanto a manutenção de segredos familiares interferem no desenvolvimento saudável de crianças.

Entretanto, conforme apontado por Leitão e Cacciari (2017), crianças podem expressar e elaborar sentimentos como angústias e ansiedades, decorrentes dos sintomas provocados pelas relações familiares conflituosas, por meio da brincadeira. Ademais, os autores pontuam que a ludoterapia não se refere ao ato de brincar de forma inconsequente. Pelo contrário, para a psicanálise, a brincadeira corresponde a uma forma de linguagem, não sendo vista apenas como um mediador para a relação terapêutica, mas consiste no próprio processo terapêutico. No texto freudiano *O poeta e o fantasiar* de 1908, o psicanalista realiza uma comparação entre o brincar de crianças e a produção de um escritor criativo, pois, afirma que o infante assim como um escritor constrói e ajusta um mundo próprio, da forma que melhor lhe agrada (FREUD, 1908/1996). Além disso, em *Recordar, Repetir e Elaborar* Freud

(1914/2006), afirma que a repetição corresponde a uma tentativa de elaboração de algo que não é possível recordar. Dessa forma, a cada vez que uma criança repete uma brincadeira no *setting* analítico, há a possibilidade de que ela elabore conteúdos que não podem ser rememorados e nem verbalizados.

Levando em consideração os pontos citados, o presente artigo tem como objetivo discutir como o funcionamento de uma dinâmica familiar marcada por práticas parentais negativas pode interferir no comportamento infantil, bem como contribuir para a manifestação de determinados sintomas como tristeza e desejos destrutivos. Além disso, a pesquisa pretende expor como o acompanhamento psicoterápico pode contribuir para uma evolução significativa do quadro clínico de uma criança inserida nesse tipo de contexto familiar. Utilizar-se-á como embasamento para a discussão o estudo de caso de uma menina de 4 anos de idade atendida por aproximadamente três meses em uma clínica escola de Psicologia.

MÉTODO

O método utilizado nessa pesquisa, foi o clínico qualitativo, que conforme descrito por Turato (2005), busca compreender seriamente sentimentos, ideias e comportamentos de pacientes e dos familiares que fazem parte de seu cotidiano. Ainda, essa metodologia inclui o pesquisador como instrumento de pesquisa. Esse método, é utilizado especificamente nos *settings* analíticos, visando acolher os sofrimentos psíquicos vivenciados pelos analisados e a interpretação dos conteúdos fornecidos por eles (Turato, 2011). Em relação a essa pesquisa, o aspecto clínico qualitativo se insere na perspectiva da pesquisa em psicanálise. Conforme pontua Iribarry (2003), a abordagem teórica psicanalítica trabalha com o inconsciente e a singularidade do sujeito.

PARTICIPANTE

A presente pesquisa foi constituída pelo estudo de caso de uma criança de 4 anos de idade, do gênero feminino, denominada Vanessa³. Ela foi encaminhada por sua mãe, para atendimento psicoterápico em uma clínica escola de uma Universidade localizada em um município no interior do estado de São Paulo.

³ Nome fictício utilizado ao longo do estudo para se referir à paciente acompanhada.

Levando em consideração a história de vida da paciente, o caso foi delimitado pela evolução observada em seus atendimentos, que passaram da expressão de comportamentos destrutivos e de tristeza para comportamentos de cuidado. Foram realizados 15 atendimentos, com frequência semanal, sendo a duração de cada sessão de aproximadamente 50 minutos. Após a conclusão de cada atendimento, foram elaborados relatos longos a partir do que foi observado na hora lúdica e de informações fornecidas regularmente pela genitora ao término das sessões. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a psicoterapia de orientação psicanalítica, com entrevistas não estruturadas com a genitora e a ludoterapia com Vanessa.

De acordo com as informações coletadas por meio das sessões de psicoterapia de orientação psicanalítica com a criança, e entrevistas com a figura cuidadora, realizou-se uma análise compreensiva do caso. Conforme observado o estudo desse caso está intimamente relacionado à experiência clínica, pois, inicialmente ocorria a sessão psicoterápica, em seguida a elaboração do sentido do que transcorreu no atendimento, seguindo o que foi expressado pela paciente e, por fim, a elaboração de um relato dos pontos observados. Redigir o caso, possibilitou que a pesquisadora adentrasse no campo da experiência compartilhada ao nível da teorização. Para isso, foi utilizado como referencial materiais científicos de cunho psicanalítico, a fim de que pudesse ser viável a discussão e reflexão acerca do significado inconsciente existente nas brincadeiras expressadas pela paciente.

PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA INFANTIL

Gabbard (2007), explica que a Psicoterapia Psicanalítica, foi elaborada originalmente por Sigmund Freud, e tem seus pressupostos teóricos pautados nos processos mentais inconscientes. Dessa forma, essa abordagem objetiva evidenciar como os conteúdos inconscientes, interferem nos relacionamentos interpessoais e no comportamento dos sujeitos, além de tentar compreender sua origem. Conforme pontuado por Eizirik e Hauck (2008), por meio da utilização dessa técnica, espera-se que o paciente compreenda melhor o seu funcionamento, e assim desenvolva repertório para lidar com os seus conflitos e melhore os padrões de relações objetais. Partindo dessa conceituação, a prática da Psicoterapia Psicanalítica aplicada a crianças, se refere a uma forma de acompanhamento pautado na interpretação (Urwin *et al.*, 2009 *apud* Freitas, 2016). O tratamento destinado a esse

público, tem como foco a realização de intervenções que possam solucionar problemáticas que afetem negativamente o cotidiano da criança (Deakin; Nunes, 2008).

A base da psicoterapia infantil, está centrada na teoria psicanalítica freudiana, já que Freud, foi o primeiro a realizar intervenções com crianças. É importante salientar que foi o atendimento destinado a adultos que forneceu subsídios para o futuro aprofundamento dos estudos do pai da Psicanálise e de outros autores a respeito do tratamento psicoterápico de crianças. Isso aconteceu, pois, o Freud constatou que muitos transtornos psicológicos desenvolvidos por adultos remontavam a experiências vivenciadas no período da infância. (Brum *et al.*, 2012; Deakin; Nunes, 2008).

Freud, conseguiu averiguar que a criança se apropria da brincadeira para elaborar experiências traumáticas. Na obra *Além do Princípio do Prazer*, Freud, retrata essa questão, ao descrever a brincadeira de seu neto de 18 meses. Segundo o psicanalista, essa criança tinha o hábito de jogar um objeto (carretel) para um canto, emitindo um som de “ó”, e em seguida puxava o brinquedo por meio de seu cordão e junto ao reaparecimento do carretel, emitia um *da*. Freud, interpretou esse jogo, conhecido como *Fort-da*, como uma encenação das partidas e retornos de sua mãe. Dessa forma, ele chegou à conclusão de que o menino “deixava a mãe ir”, pois, agora ele mesmo poderia representar a ausência e chegada dela. Assim, essa dinâmica pode ser compreendida como uma tentativa da criança de transportar externamente, seus sentimentos, como medo, raiva, angústia e dominá-los por meio da ação (Freud, 1920/2010; Freud, 1909/1996). Conti e Souza (2010), reiteram que a funcionalidade do brinquedo, está centrada na possibilidade de a criança substituir aquilo que lhe é desagradável ludicamente. Assim, a brincadeira torna-se um método viabilizador de elaboração, visto que o sujeito pode reproduzir ou modificar determinada situação simbolicamente (Stragliotto, 2008). Porém, apesar dessas contribuições, Freud não deu continuidade as suas pesquisas destinadas ao atendimento infantil (Zimerman, 2004).

Por outro lado, Melanie Klein se tornou referência no acompanhamento psicoterápico de crianças, devido a introdução do método lúdico e ampliação do campo de análise da infância na clínica psicanalítica. Levando em consideração que a criança expressa seu mundo interno por meio da brincadeira, a metodologia desenvolvida por Klein foi pautada na interpretação dessa brincadeira, a fim de

tentar acessar as fantasias inconscientes (FULGENCIO, 2008). Para Klein (1926/1996), a brincadeira se constituía como método de acesso ao inconsciente, pois, ao brincar o sujeito realiza associações genuinamente verdadeiras. Dessa forma, é possível compreender que o método usado no atendimento de crianças se assemelha ao tratamento de adultos, no entanto, é necessário que essa técnica seja moldada ao psiquismo da criança, visto que sua comunicação não acontece por meio de palavras, mas se dá pela via lúdica (KLEIN, 1927/1996).

Corroborando com a teoria kleiniana, Stragliotto (2008), reitera que o ato de brincar possibilita à criança, encenar versões mediante suas próprias experiências. É por meio dos jogos, ações e comportamentos, expressos durante a hora lúdica, que a criança pode sentir, viver e reviver experiências relacionais com o mundo exterior e com ela mesma. Assim, paulatinamente constrói-se um espaço imaginário, e torna-se, então, viável a sua elaboração.

Tradicionalmente, o atendimento clínico infantil realizado por Melanie Klein, era feito por meio de observações e interações no decorrer da brincadeira, assim, a criança possuía liberdade para criar, tanto por meio da construção, quanto pela destruição. Dentre os materiais disponibilizados pela psicanalista, pode-se citar, por exemplo, água, cola, papel, tinta, tesoura, alguns bonecos e outros objetos que mobilizavam reações diversas nos pacientes, permitindo-lhes a expressão de seus sentimentos (Leite, 2016). No entanto, conforme afirma Silva (2017), ao longo do tempo, os analistas começaram a enriquecer suas caixas lúdicas com outros brinquedos e materiais de plástico. Dessa forma, para o atendimento da paciente, foi utilizada uma caixa lúdica, contendo uma variedade de brinquedos de plástico, papel e tecido, como por exemplo, bonecas, Barbies, alimentos, dinheiro – cédulas cenográficas –, mantas, secador de cabelo, materiais de manutenção, carros, aviões, capacete, utensílios de cozinha, entre outros. Além disso, foi disponibilizado papel sulfite e lápis de cor. De acordo com Aberastury (1982), a utilização dessa caixa nos atendimentos promove uma troca intersubjetiva, em um processo de experiência de descoberta. Ainda a autora ressalta que a caixa lúdica não representa apenas um local de depósito de brinquedos, pelo contrário, ela simboliza o sigilo profissional, que no caso do adulto é acordado apenas de forma verbal.

Um ponto importante da psicoterapia de orientação psicanalítica com crianças, diz respeito a relação transferencial que se estabelece no *setting*. Conforme aponta Mannoni (1988), no caso do acompanhamento infantil coexistem

as transferências do terapeuta, das figuras cuidadoras e da criança. Visto que os conflitos dos pais compõe parte do sintoma da criança, eles também estão incluídos no tratamento psicológico. Além disso, existe um paradoxo em relação a demanda psicológica apresentada, visto que em muitos casos, a queixa dos pais não condiz com a queixa da criança. Entretanto, apesar dessa divergência, é imprescindível dar lugar a fala das figuras cuidadoras, para que seja possível compreender em que lugar o infante encontra-se situado no desejo deles. Assim sendo, tal como pontua Faria (1998), o atendimento psicoterápico realizado com crianças, deve ter espaço para escutá-la, bem como sua família, a fim de que a análise do infante seja viável.

Tal como recomendado por Mannoni (1988), o tratamento psicanalítico realizado com a paciente, contou inicialmente com uma entrevista de anamnese realizada com sua genitora. Conforme apontado por Silva e Bandeira (2016), a entrevista de anamnese é realizada com o objetivo de coletar informações sobre a história do examinando em ordem cronológica; é um tipo de entrevista focalizada na investigação de fatos. Dessa forma, por meio desse instrumento foi possível identificar qual era a queixa inicial da genitora da paciente, como era a relação de Vanessa com suas figuras maternas e paternas, como ela estava vivenciando o seu desenvolvimento infantil e como se caracterizava a sua dinâmica familiar. Todavia, o contato com a mãe da paciente não se restringiu a entrevista de anamnese, visto que recorrentemente após o término das sessões, alguns minutos eram reservados para dialogar com a genitora, a fim de compreender como ela vislumbrava os comportamentos da filha ao longo da semana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso clínico de Vanessa foi organizado com base em sua história de vida, no contexto familiar ao qual estava inserida e nas sessões clínicas acompanhadas. Assim, inicialmente apresentar-se-á uma síntese de sua história de vida e em seguida realizar-se-á uma discussão clínica do caso.

SÍNTESE DA HISTÓRIA DE VIDA

Vanessa é uma menina de 4 anos de idade, reside em um município localizado no interior do estado de São Paulo e está frequentando a escola regular. Atualmente ela reside com a mãe, e avós maternos. Conforme referiu a genitora, a paciente nunca teve contato com sua figura paterna, visto que o genitor se negou

registrar sua filha. Contudo, no período em que o acompanhamento psicoterápico estava sendo realizado, Vanessa, estava mantendo contato frequente com o namorado de sua mãe, e com a filha desse sujeito. De acordo com o discurso da genetriz, apesar de não estimular sua filha a encarar seu parceiro como uma figura paterna, a criança o chama de pai. Além disso, conforme referido pela genitora, a paciente já passou por outros tratamentos psicoterápicos tanto na APAE quanto em outras clínicas particulares.

A respeito das condições do nascimento de Vanessa, sua mãe relatou que ela não foi planejada nem desejada. Além disso, explicou que teve duas intercorrências na gravidez, sendo uma o descolamento de 90% de sua placenta que foi ocasionada após uma briga com o pai biológico da criança (esse fato aconteceu quando ela estava com 4 meses de gravidez), e a outra pré-eclâmpsia (complicação potencialmente da gravidez, caracterizada por pressão elevada) e por isso teve de ficar 1 mês internada após o nascimento da paciente. Conforme referido pela figura cuidadora, Vanessa, nasceu de 34 semanas, com um peso de 1kg e 400g. Não houve necessidade da criança, ficar internada, permanecer na incubadora ou tomar banho de luz. A genetriz, afirmou que sua filha, ingeriu o leite materno até os 3 meses de vida e depois essa amamentação foi interrompida, devido a necessidade que a genitora teve de administrar remédios anticonvulsivos. Até o período em que a paciente estava sendo acompanhada, ainda ingeria fórmula na mamadeira. Sobre o seu desenvolvimento, a mãe, explicou que a filha sentou com 1 ano e 5 meses, depois começou a engatinhar mais ou menos nesse mesmo período, porém, engatinhou somente por dois meses, depois, cessou o processo. Ela falou ainda que a menina andou apenas quando tinha 2 anos. A figura cuidadora, referiu que, apesar de Vanessa já possuir o controle dos esfíncteres, ainda utiliza fraldas.

No caso da condição de saúde da paciente, a genitora, referiu que a menina nunca teve histórico de longos períodos de internação, mas que teve de ficar hospitalizada uma vez, devido a bronquite. Outra informação fornecida pela figura cuidadora, se refere ao diagnóstico que Vanessa recebeu de autismo quando tinha 1 ano e 8 meses de idade. A respeito desse assunto, ela relatou que a filha nasceu prematura e por conta desse motivo foi encaminhada para um tratamento médico especializado, sendo que nesse período de acompanhamento a médica responsável por seu caso suspeitou que a menina era autista. A mãe disse que no início não percebeu nenhum indício, porém, com o tempo começou a observar, a ocorrência de

movimentos estereotipados e vislumbrou que as informações da médica eram coerentes. Assim, a genitora solicitou o diagnóstico de dois neurologistas e da APAE, sendo que os três profissionais que acompanharam esse caso, confirmaram a hipótese e lhe forneceram um laudo, atestando a condição de autista de Vanessa. A genetriz disse que quando obteve esse diagnóstico encaminhou a filha para a APAE, entretanto em 2022 cancelou a matrícula dela nessa instituição, devido a insatisfação com os atendimentos prestados. Ela explicou que tomou essa decisão, porque a APAE, expunha a filha por meio de fotos nas redes sociais e não fornecia nenhum feedback a respeito da condição de saúde dela. Além disso, ela alegou não ter observado efetividade nas terapias.

É importante salientar que no decorrer do atendimento e das conversas conduzidas com a mãe, percebeu-se que existe a possibilidade de a APAE não ter atestado o diagnóstico de autismo. Levantou-se essa hipótese, pois, inicialmente a figura cuidadora, afirmou possuir laudos que diagnosticavam Vanessa com autismo, porém, posteriormente ela verbalizou que a APAE tentou refutar a ideia de que sua filha era autista. Dessa forma, percebe-se que as informações fornecidas foram contraditórias. A fim de elucidar essa dúvida, solicitamos que a mãe apresentasse os laudos. Contudo, estes documentos, até o fim dos três meses de atendimento, não foram apresentados.

Sobre o histórico de saúde de Vanessa, a genitora referiu que a menina não apresenta outras questões relacionadas a saúde, além do autismo. Como forma de tratamento desse transtorno, a mãe, afirmou que a paciente, administra dois medicamentos, sendo o Arpejo, utilizado para acalmar a criança e a Melatonina, tomada para regular o sono. Foi constatado que a genetriz, tem um entendimento superficial a respeito das recomendações do Arpejo. Analisando a bula desse remédio, foi possível verificar que é uma droga recomendada para o tratamento de esquizofrenia e episódios de mania associados ao transtorno bipolar do tipo I. Conforme verificado, Vanessa faz uso dessa medicação administrada pela mãe, desde os dois anos de idade.

DISCUSSÃO DO CASO CLÍNICO

Ao longo dos atendimentos realizados com a paciente, foi possível observar que sua demanda para atendimento psicológico era divergente dos motivos que levaram sua genitora a buscar a psicoterapia. Foi notado que enquanto a paciente

se sentia sufocada pela mãe, e apresentava sentimentos de tristeza e de autodestruição, a reclamação da figura cuidadora estava centrada na agressividade e intolerância a frustração da criança.

Primeiramente considerar-se-á a demanda trazida pela genitora, pois, os comportamentos da paciente encarados como um problema pela mãe, evidenciarão como a superproteção e as práticas parentais negativas, podem interferir no desenvolvimento saudável da criança. Em seguida, será discutida as demandas da paciente, que também mostrarão os efeitos desfavoráveis das práticas parentais negativas, mas enfatizará a evolução clínica do caso.

De acordo com o que mencionamos, a demanda que motivou a genitora da paciente a buscar por atendimento psicoterápico para sua filha na clínica escola foram comportamentos que indicavam intolerância a frustração e agressividade. Ao longo do acompanhamento, foi possível constatar que a manifestação desses comportamentos pode-se fundamentar pelo fato de que a paciente é superprotegida por sua figura materna. Conforme verificado, a mãe, evita expor sua filha a fim de garantir a privacidade de sua identidade, pois, teme que algum mal lhe aconteça. Compreende-se que esse medo da genitora seja decorrente de vivências traumáticas que experienciou, como por exemplo, situações de violência gestação de risco. Esse modo de funcionamento da genetriz, corrobora com as constatações feitas por Benício e Souza (2020), que notaram diversos motivos para a adoção de uma postura mais protetora de mães para com seus filhos, como por exemplo, complicações durante a gravidez, abortos anteriores, mortes neonatais, acidentes, entre outros.

Conforme aponta Denobe (2021), figuras cuidadoras superprotetoras possuem como missão evitar que sua prole passe por frustrações. Contudo, agir dessa forma, pode causar prejuízos para o desenvolvimento da autonomia da criança e comprometer o processo de aquisição de repertório para lidar com situações frustrantes. Conforme verificado, os familiares de Vanessa contribuem para o atraso de seu desenvolvimento por permitirem que ela ainda utilize mamadeira e fraldas, apesar de já ter desenvolvido habilidades para ingerir líquidos no copo e possuir controle total dos esfíncteres. Esse tipo de funcionamento é prejudicial para a criança, pois, como aponta Benício e Souza (2020), a proteção em excesso, pode atrapalhar o sujeito a fazer determinadas tarefas para as quais já possui capacidade para desempenhar. Além disso, a tutela em demasia pode

comprometer a conquista de habilidades físicas e motoras, como o processo de sentar, engatinhar e andar. Essa questão ficou evidente no caso da paciente que, de acordo com os relatos da genitora, começou a engatinhar apenas com 1 ano e 5 meses de idade e permaneceu nesse processo por 2 meses, regredindo após esse período.

Outra questão importante a ser considerada, decorrente da superproteção, está relacionada a intolerância a frustração. Conforme a análise realizada, a genitora e os avós, atendem todos os desejos da paciente, não permitindo que ela passe por frustrações. Para Freud (1927/2010), a frustração se refere a impossibilidade de satisfação de um determinado estímulo. De acordo com Rossi e Camargos (2020), a frustração é inerente ao desenvolvimento infantil, sendo um fator essencial para o crescimento e amadurecimento do sujeito. Logo, é necessário que a criança, passe por experiências de proibições, limites e obstáculos, impostos primordialmente pelas figuras cuidadoras e posteriormente por outros indivíduos aos quais a pessoa tem contato. Segundo Vavassori (2017), a criança precisa ser exposta a contextos frustrantes para que consiga superar situações sociais e não apenas manipula-las para reduzir seus efeitos desagradáveis. Quando a criança não se frustra, seu desenvolvimento não ocorre de forma completa, visto que ela não é treinada para criar alternativas para resolver seus desconfortos (ROSSI; CAMARGOS, 2020). Levando em consideração esses pressupostos, pode-se inferir que no caso de Vanessa, a baixa tolerância a frustração ainda esteja relacionada a manifestação de agressividades tanto na escola, quanto em casa. Conforme referido por sua mãe, sempre que Vanessa, é contrariada em casa, sua agressividade se expressa. Além disso, no contexto escolar, essa reação emotiva é demonstrada quando a criança precisa disputar a autoridade que exerce sobre a sala de aula, com outra colega. Na clínica, observou-se, por diversas vezes, que a paciente possui baixa tolerância a frustração quando, por exemplo, faz birras ao ser contrariada.

Esse comportamento da genitora e dos demais familiares de Vanessa, correspondem a práticas parentais negativas e permissivas. Baumrind (1966) *apud* Weber et al., (2004) descreve que figuras cuidadoras permissivas agem de forma não punitiva, a fim de satisfazerem todos os desejos dos filhos, e mostrar-se a eles como alguém que realiza pedidos e não como um modelo, nem como um sujeito responsável para moldar e direcionar o seu comportamento. Conforme apontado por Dutra (2019), pais permissivos, aparentemente são mais felizes e vitais, no entanto,

são imaturos e possuem dificuldades em controlar seus impulsos. Essa pesquisadora, ainda afirma que figuras cuidadoras que adotam o estilo parental permissivo, no geral, são carinhosas e dão atenção aos seus filhos, porém, suas habilidades na resolução de conflitos são escassas. Conforme La Taille (2009), pais permissivos, ao mesmo tempo que tentam desenvolver seus filhos por incentivarem eles a fazer algum tipo de atividade extra, também tentam poupá-los de entrar em embate com o mundo, tentando protegê-los e não os contrariando. O resultado, é a geração de adultos incapacitados para refletir e ponderar suas escolhas de forma consciente.

Outras falhas existentes na dinâmica familiar a qual a paciente está inserida justificam os comportamentos e sentimentos demonstrados pela paciente. Conforme expressado por meio das brincadeiras, nos primeiros atendimentos, foi possível constatar que Vanessa, encarava sua mãe como uma figura que a sufocava, por inclusive ter matado simbolicamente essa figura de cuidado diversas vezes nas sessões. Durante o atendimento essa expressão destrutiva acontecia, não somente para com a mãe, mas também para com outras figuras. Em um determinado encontro, a paciente exigiu que a mãe subisse e participasse da sessão, e nesse momento, simbolicamente a genitora confirmou que não era uma mãe suficientemente boa e não nutriz, por brincar de atirar muitas vezes na filha, reforçando assim, a sua posição de figura aniquiladora.

No início do acompanhamento psicoterápico, foi possível perceber que as brincadeiras de Vanessa, eram expressadas com um certo grau de sadismo. Contudo, com a evolução do caso, foi constatado, que na verdade a paciente demonstrava tristeza ao “matar” uma pessoa e ao solicitar que fosse assassinada. Essa questão foi observada em uma das brincadeiras empreendidas por Vanessa, que era pautada em assinar uma pessoa, leva-la ao médico numa tentativa de fazê-la voltar a viver e devido a impossibilidade disso, fazia-se um velório para que todos pudessem chorar e se despedir do falecido antes que ele fosse enterrado. Na brincadeira da paciente, o caixão era representado pela caixa lúdica despida de brinquedos. Dessa forma, percebe-se que por meio dessas representações, a paciente simbolizava sua tristeza e a ausência de vida interna, porque apesar de ser cuidada fisicamente e materialmente, ela não recebia o amor e carinho que deveria da genitora. Assim sendo, pode-se concluir que essas brincadeiras pautadas em matar outras pessoas e se matar faz parte de uma tentativa de elaboração da

tristeza. Pode-se inferir que Vanessa, agia dessa forma porque não estava sendo bem nutrida pela mãe.

Winnicott (1950/2011), elabora um conceito denominado preocupação materna primária que faz referência a um estado psicológico, no qual a sensibilidade materna em relação ao filho se torna exacerbada. É uma condição na qual a genitora se devota à criança e se adapta às suas exigências. Segundo esse autor, a mãe, utiliza como estratégias para fazer preocupação materna primária três ferramentas, sendo *holding*, *handling* e apresentação de objetos. Por meio do *holding* a criança é sustentada emocionalmente e fisicamente, logo, ela passa de um estado de não integração para um estado de integração, assim sendo, ela é capaz de delimitar o eu do não eu. Já o *handling* faz referência ao manuseio da criança com cuidado e desejo. Essa ferramenta possibilita que o bebê passe por um processo de personalização. Por fim a apresentação de objetos é importante para que a criança entenda que é possível se relacionar com o mundo externo (WINNICOTT, 1988/2006).

A manifestação da preocupação materna primária varia de acordo com a fase do desenvolvimento que a criança está vivenciando, logo, compreende-se que no período da dependência absoluta essa preocupação deve estar em vigor praticamente o tempo todo. Levando em consideração essas questões, é possível concluir que desde o nascimento de Vanessa, aconteceram falhas na relação mãe-bebê, que inviabilizaram a genitora, de demonstrar a preocupação materna primária. Isso pode ser constatado, porque justamente na fase da dependência absoluta (0-6 meses), a figura cuidadora, teve de permanecer 1 mês internada, devido a complicações decorrentes da gestação. Segundo Winnicott (1983/2007), além de sentir fome, o bebê vivencia ansiedades, que só podem ser evitadas com a presença de sua figura materna e de sua capacidade em se colocar no lugar de seu filho e compreender quais são suas necessidades. No caso da paciente, essas demandas que primordialmente deveriam ser sanadas pela mãe, não puderam ser concretizadas. Assim, pode-se considerar que do ponto de vista da psicanálise winnicottiana o ambiente ao qual Vanessa, estava inserida nos primórdios de sua vida, não foi facilitador para o seu desenvolvimento, já que um ambiente satisfatoriamente bom, no geral é propiciado pela mãe, e no caso da paciente, sua genitora não teve uma participação efetiva nos estágios iniciais de seu nascimento (WINNICOTT, 1989/2011).

Outra questão importante a ser considerada é que a genetriz, não conseguiu amamentar sua filha inicialmente, devido ao distanciamento provocado por sua hospitalização e, posteriormente, em razão da administração de medicamentos para convulsão. De acordo com Freud (1940/2014), ao nascer o bebê é extremamente frágil, dessa forma, necessita ser nutrido fisiologicamente por meio do seio materno. Porém, ao sugar esse alimento e ser contemplado pelo leite, a criança sente o prazer relacionado ao fato de mamar. Inicialmente, o sujeito escolhe o seio materno como seu objeto e não se apercebe separado do mesmo, dessa forma, compreende-se que nesse estágio inicial, a criança não consegue enxergar que existe uma delimitação entre si e a mãe. Winnicott (1988/2006) ressalta que esse momento inicial, não diz respeito apenas à alimentação, mas representa a relação do sujeito com o objeto, e é a partir dessa construção que a totalidade do relacionamento desse indivíduo com o mundo se baseará. Apesar da importância desse processo inicial, Vanessa, não pôde ser nutrida pela genitora. Além disso, simbolicamente, essa figura materna, continua se apresentando como alguém não nutriz, devido à falta de carinho e amor direcionados a filha, caracterizando-se como uma mãe não suficientemente boa.

Apesar de todas essas questões, foi notado que a cada sessão, Vanessa, apresentava evoluções diante dessa tentativa de elaboração da tristeza que permeava sua vida. Por exemplo, em algumas sessões seguintes, foi observado que a paciente continuou repetindo a brincadeira já citada, porém, com o diferencial de que as pessoas que eram encaminhadas ao médico não mais faleciam, mas eram curadas por esse profissional. Nessa etapa do processo, a terapeuta recebia a atribuição de médica. Em uma determinada sessão, foi possível observar que Vanessa, entrou dentro da caixa lúdica, mantendo uma posição semelhante a fetal e afirmou que estava naquele local se escondendo de sua genitora. Levando em consideração, conforme já mencionado que nas representações de Vanessa, a caixa lúdica vazia simboliza um caixão, pode-se compreender que por intermédio desse ato, a paciente relacionou o caixão-caixa a uma representação inconsciente do útero de sua mãe. Isso significa, que o útero materno que deveria simbolizar vida, na verdade, para ela, representava morte. Assim foi possível analisar como a paciente representava concomitantemente duas questões completamente opostas em suas brincadeiras, o nascimento e a morte. Simbolizando, dessa forma, que o seu nascimento não significava vida, mas sim, morte.

Oliveira Filho (2021), explica que Green, na tentativa de articular as pulsões de vida e morte em suas tendências intrínsecas ao narcisismo, propõe a existência de duas modalidades, sendo narcisismo de vida e narcisismo de morte. De acordo com Green, a pulsão de morte se refere a tendência autodestrutiva e se expressa pelo desinvestimento, pois, ela é antívida e objetiva o desligamento. Isto é, a função desobjetalizante, que causa destruição nas relações de objetos, no próprio Eu e até a função oposta a ela, a de objetualização. Assim, para Green, o narcisismo de morte se constitui como uma forma de manifestação da pulsão de morte, podendo levar a destruição do Eu.

Levando em consideração essas conceituações, pode-se compreender que as brincadeiras realizadas por Vanessa, simbolizam essa tentativa de autodestruição do Eu, por solicitar que a terapeuta a assassinasse, por ela mesmo se matar e por se inserir em um local que deveria representar vida, mas na verdade simbolizava um útero-caixão. Além disso, vale salientar que do ponto de vista de vista neurológico, intercorrências na gravidez relacionadas a questões emocionais, também são responsáveis por causar efeitos negativos para a saúde do bebê na vida intrauterina. No caso da paciente, constatou-se que sua genitora teve complicações provocadas por conflitos com seu ex parceiro amoroso. De acordo com Busnel e Pedromônico (2002), emoções positivas da genitora ocasionam no feto respostas como aumento da frequência cardíaca, por outro lado, emoções negativas geram perturbações emocionais e alterações fisiológicas. Mães que estão diante de situações estressoras, podem passar por um processo de endurecimento da artéria uterina, inviabilizando a irrigação sanguínea da placenta, fazendo com que o feto receba menos nutrição, e como consequência se desenvolvendo menos que o normal. Dessa forma, do ponto de vista neurológico, também é possível considerar que a genitora de Vanessa, era deficitária em propiciar vida à sua filha.

Apesar da existência desse narcisismo de morte, foi possível observar outras evoluções do quadro de Vanessa. Posteriormente, nos atendimentos, notou-se que o conteúdo das brincadeiras modificou-se, pois, diferentemente dos atendimentos anteriores onde a paciente era a agente que matava, agora as pessoas apenas se machucavam, eram encaminhadas ao médico e não faleciam. A paciente continuou representando o mesmo conteúdo em suas brincadeiras, dessa forma, entende-se que a repetição da brincadeira da paciente de se machucar e se recuperar quando atendida pelo médico, representava simbolicamente a frequência e o trabalho

realizado pelo atendimento psicológico. Além disso, em uma determinada sessão, foi possível compreender que a caixa que anteriormente simbolizava um útero que não provia vida, passou a ter um novo significado, pois, houve a solicitação de que a terapeuta cuidasse da boneca que representava a paciente, alocada dentro da caixa. Assim, pode-se dizer que a caixa para Vanessa simbolizava um útero, onde ela estava sendo gestacionada (cuidada pela terapeuta) e havia a presença do carinho, amor e afeto que deveria existir em um processo gestacional. Isso mostra que a paciente estava se sentindo cuidada. Além disso, foi constatado que no decorrer dos atendimentos, Vanessa, inverteu o seu papel na sessão, passando a ocupar a função de médica, evidenciando assim que estava se sentindo cuidada e em condições de fazer o mesmo pelo outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado diante do caso da paciente Vanessa, foi possível concluir que os comportamentos demonstrados por ela, que induziram sua mãe a encaminhá-la ao atendimento psicológico infantil eram decorrentes de práticas parentais negativas, exercidas pelos familiares que conviviam com a criança. Assim, questões relacionadas a agressividade e intolerância a frustração, eram manifestadas pela paciente em seu círculo social, em razão da superproteção dirigida a ela e da incapacidade de as figuras responsáveis pelo seu cuidado irem contra os seus desejos.

Todavia, apesar dessas expressões comportamentais serem verídicas e possuírem fundamentos sólidos para as suas manifestações, foi possível constatar que a paciente possuía outras demandas que não eram de conhecimento de sua genitora e que causavam sofrimento psíquico a ela. A respeito dessas questões, analisou-se que suas origens se iniciaram no período gestacional, passando pelo nascimento e continuaram sendo evidenciadas ao longo de seu desenvolvimento. Afirma-se esse fato, pois, conforme averiguado, ao longo da gestação da paciente sua mãe passou por complicações biológicas marcadas por conflitos psicológicos que causaram repercussões desfavoráveis à Vanessa. Em seguida, nos seus primeiros estágios de vida, sua genetriz foi impossibilitada de lhe amparar, devido mais uma vez a obstáculos atrelados a saúde, inviabilizando, portanto, a importante construção da relação mãe-bebê nesse período crucial do desenvolvimento. E por fim, ao longo de seu crescimento, foi notado que, apesar de a genitora fornecer

todas as provisões em sentido material para a criança, ainda havia falhas em seu exercício materno, pois, este, não era marcado pela demonstração de amor e afeto e ao invés de cumprir o seu papel de cuidado, terminava por sufocar Vanessa.

Diante desse contexto, conforme relatado, foi observado que inicialmente a paciente representava, por meio da hora lúdica, tentativas de autodestruição do Eu, por solicitar que a terapeuta a assassinasse, por ela mesmo se matar e por se inserir em um local que deveria representar vida, mas na verdade simbolizava um útero-caixão. Além disso, o quesito destruição, era manifestado também em relação aos outros personagens que compunham a brincadeira, pois, por vezes eram assassinados. Entretanto, apesar desse tipo de representação, foi notado que, gradativamente, devido ao acompanhamento regular em psicoterapia, a paciente foi capaz de elaborar a tristeza que perpassava sua vida e a dar um outro significado a ela. Essa questão foi apontada por meio de brincadeiras que expressavam o cuidado e não a destruição. Apesar de alguns elementos relacionados a ferimentos ainda fazerem parte das expressões dela no *setting*, foi notória a capacidade que Vanessa apresentou de solicitar e demonstrar o cuidado, evidenciando, portanto, que por meio do atendimento psicológico, ela estava recebendo os cuidados que necessitava para atenuar seu sofrimento psicológico.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Psicanálise da criança: teoria e técnica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- BENÍCIO, D. G.; SOUZA, D. A. O impacto da superproteção no desenvolvimento psicológico da criança. **Psicologia.pt.**, 2020. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1384.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.
- BOLSSON, J. Z; BENETTI, S. P. C. Angústia infantil: um estudo de caso clínico. **Aletheia**, n. 34, p. 61-80, jan./abr. 2011.
- BRUM, E. H. M; FRIZZO, G. B; GOMES, A. G; SILVA, M. R; SOUZA, D. D; PICCININI, C. A. Evolução dos modelos de pesquisa em psicoterapia. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, n. 2, p. 259-269, 2012.
- BUSNEL, M. C.; PEDROMÔNICO, M. **Relação mãe-feto: visão atual das neurociências**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- CARDOSO, J. VERÍSSIMO, M. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise Psicológica**, v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013.
- CONTI, F. D; SOUZA, A. S. L. O momento do brincar no ato de contar histórias: uma modalidade diagnóstica. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 1, p.98-113, 2010.

DEAKIN, E. K; NUNES, M. L. T. Investigação em psicoterapia com crianças: uma revisão. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, 2008.

DENOBE, G. J. **Superproteção: o excesso de cuidado dos pais e as consequências para os filhos**. 45 f. 2021. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Ourinhos, 2021.

DUTRA, M. P. S. **Estilos parentais e práticas educativas: formação para a Democracia**. Simpósio Democracia e Direitos Humanos: Crises e Conquistas, 5, 2019, Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2019.

EIZIRIK, C. L; HAUCK, S. Psicanálise e psicoterapia de orientação psicanalítica. In: CORDIOLI, A.V. (Org.). **Psicoterapias: Abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 151-166.

FREITAS, M. C. Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico. **Multiciência Online**, v. 0, n. 0, p. 114-133, 2016.

FREUD, S. **Compêndio da Psicanálise**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2014.

FREUD, S. Além do Princípio do Prazer. In: _____. **Obras Completas - História de uma Neurose Infantil ("o homem dos lobos"), Além do Princípio do Prazer e Outros Textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Escritores criativos e devaneios**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas e Completas de Sigmund Freud (Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. In: _____. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

FREUD, S. **Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas e Completas de Sigmund Freud (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FULGENCIO, L. O brincar como modelo do método de tratamento psicanalítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.42, n.1, p.124-136, 2008.

GABBARD, G. Principais Modalidades: Psicanalítica/Psicodinâmica. In: GABBARD, G. O; BECK J. S; HOLMES, J (Org.). **Compêndio de Psicoterapia de Oxford**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 14-29.

GOMIDE, P. I. C. **Inventário de estilos parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação**. Petrópolis: Vozes. 2014.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, v. 6, n. 1, p. 115-138, jan./jun. 2003.

KLEIN, M. Princípios psicológicos da análise de crianças pequenas. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 152-163.

KLEIN, M. Simpósio sobre a análise de crianças. In: _____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 164-196.

LA TAILLE, Y. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

LEITÃO, I. B; CACCIARI, M. B. A demanda clínica da criança: uma psicanálise possível. **Revista Estilos da Clínica**, v. 22, n. 1, p. 64-82, jan./abril. 2017.

LEITE, R. F. Caixa lúdica e novas tecnologias. **Revista Estudos de Psicanálise**, n. 45, Belo Horizonte, jul., 2016.

MANNONI, M. **A primeira entrevista em psicanálise**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MOTTA, C. R; SILVA, L. R; CASTRO, H. A psicanálise da criança – um estudo de caso. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 9, n. 1, p. 89-94, 2010.

OLIVEIRA FILHO, C. **Pelos caminhos do ódio – da pulsão ao narcisismo**. 169 f. 2021. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

PELLEGRINELLI, K. B. **Existe associação entre a forma que os pais com TBI foram cuidados na sua infância e a forma como eles cuidam dos seus filhos na vida adulta?** 118 F. 2018. Tese. Doutorado em Ciências. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROSSI, P. C; CAMARGOS, G. A frustração como fator de impacto para o desenvolvimento infantil. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2020.

SILVA, A. M; BANDEIRA, D. R. A Entrevista de Anamnese. In: HUTZ, C. M. (Org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016,

SILVA, M. C. P. A caixa lúdica do analista: uma reflexão sobre as mudanças na teoria da técnica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 51, n. 4, p. 71-88, 2017.

STRAGLIOTTO, C. E. B. Pensando sobre o brincar. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, n. 5, p. 10-187, 2008.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos. **Revista Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAVASSORI, M. B. Postura Dialógica e Frustração Habilidosa: Tramas da Terapia Gestáltica. **Rev. IGT na Rede**, v. 14, n. 27, p. 185-200, p. 185 – 200, 2017.

WEBER, L. N. D; PRADO, P. M; VIEZZER, A. P; BRANDENBURG, O. J. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, p. 323-331, 2004.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2011.

ZIMERMAN, D. E. **Manual da técnica psicanalítica: Uma Revisão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZORNING, S. M. A J. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2008.

A CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

THE CANCEL CULTURE AND ITS PSYCHOLOGICAL AND SOCIAL IMPACTS IN CONTEMPORARY SOCIETY

Lara Meireles de Britto¹
Karla Cristina Rocha Ribeiro²

RESUMO

Este estudo propõe analisar as características e o funcionamento da cultura do cancelamento, relacionando-a com o indivíduo e suas relações humanas e virtuais e, para isso, concentrar-se-á na revisão bibliográfica com o objetivo norteador de mostrar os impactos desse uso indevido da internet que causa o fenômeno, além de compreender os comportamentos que levam a sociedade a essa conduta. A Cultura do Cancelamento é um fenômeno que ocorre na internet quando um indivíduo ou uma instituição demonstram comportamentos inaceitáveis para a sociedade, trazendo consequências, dentro e fora da *web*, nas relações interpessoais e para os indivíduos envolvidos. Após a análise e a apresentação de exemplos, será possível perceber que a origem da Cultura do Cancelamento veio como uma justiça social e sua utilização se tornou autoritária, desproporcional e radical, causando violência física, psicológica e virtual. São necessários mais estudos para contribuir para o uso correto da internet e desta cultura na sociedade, com o intuito de refletir e prevenir prejuízos que, muitas vezes, serão irreversíveis.

Palavras-chave: Cultura do Cancelamento; Discurso de ódio; Linchamento Virtual; Sociedade Contemporânea.

ABSTRACT

This study proposes to analyze the characteristics and functioning of the cancel culture, relating it to the individual and their human and virtual relationships and, for that, it will focus on the bibliographic review with the guiding objective of showing the impacts of this misuse of the internet that causes the phenomenon, in addition to understanding the behaviors that lead society to this behavior. The Cancel Culture is a phenomenon that occurs on the internet when an individual or an institution demonstrates unacceptable behavior to society, bringing consequences, inside and outside the web, in interpersonal relationships and for the individuals involved. After analyzing and presenting examples, it will be possible to perceive that the origin of the Cancel Culture came as a social justice and its use became authoritarian, disproportionate and radical, causing physical, psychological and virtual violence. More studies are needed to contribute to the correct use of the internet and this culture in society, in order to reflect and prevent damage that will often be irreversible.

Keywords: Cancel Culture; Hate speech; Online lynching; Contemporary Society.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade de Marília - UNIMAR.

² Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Especialista em psicoterapia psicanalítica pelo núcleo de Psicanálise de Marília e região. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutora em Psicologia pela UNESP. Docente no curso de Psicologia e do programa de pós graduação da Unimar (Mestrado profissional em Administração) - PPGA na Universidade de Marília - Unimar. Pesquisadora do grupo de pesquisa " Administração de organizações inovadoras" da Universidade de Marília - Unimar.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, a internet tornou-se essencial no cotidiano do ser humano, proporcionando a conexão, interação e informação com facilidade e velocidade, consequentemente influenciando social e culturalmente o mundo todo. E uma das influências na cultura é o fenômeno Cultura do Cancelamento, também chamado de linchamento virtual, que resulta em consequências dentro e fora do ciberespaço. De forma sucessiva, as pessoas são canceladas na internet, conforme uma pesquisa feita pela agência de publicidade Mutato e reportado pela Agência Brasil, do ano de 2019 a 2020, houve um aumento de 200% na citação da palavra “cancelamento”, na internet, sendo citada mais de 60 mil vezes (BERALDO, 2021).

A Cultura do Cancelamento é uma ação que ocorre em massa culminando em mais coragem, sobretudo atrás das telas, e mostra-se em duas faces: uma como forma de protestos contra os ferimentos dos direitos humanos trazendo força e visibilidade para atos considerados inadequados pela massa, e a outra é sua face autoritária, radical e desproporcional de punições, resultando em repressões, sem chances de defesa, cuja sentença são consequências decretadas pela sociedade: humilhação e outros ostracismos.

Os canceladores demonstram prazer em cancelar, com uma possível ideia de ser moralmente superior punindo o outro, e os cancelados podem desencadear psicopatologias, como depressão, estresse pós-traumático, ansiedade generalizada, entre outras, e até cometer o suicídio, em razão dos impactos econômicos e do sofrimento com a violência, tanto física quanto psicológica, resultantes do cancelamento.

O presente artigo tem como propósito levantar dados que exponham os impactos do cancelamento virtual na saúde mental e nas relações sociais. Desse modo, serão exploradas as relações nas redes sociais, o indivíduo e a sociedade contemporânea, as características da Cultura do Cancelamento e sua origem, visando identificar os seus mecanismos nas mídias sociais, e avaliar a cultura do cancelamento e suas feitorias. Com uma metodologia teórica de abordagem qualitativa, as leituras feitas para esse projeto foram de bases internacionais e nacionais, livros como *Psicologia das Massas* (1920-1923/2011) e *O mal-estar na civilização* (1930-1936/1969), do psicanalista Sigmund Freud; *A sociedade do Espetáculo* (1972), de

Guy Debord; e *Vigiar e Punir* (1987), do filósofo Michel Foucault, artigos científicos em bases eletrônicas, como: Google Acadêmico e SciELO e exemplos de casos da cultura do cancelamento e suas consequências.

O AVANÇO DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS

O sujeito contemporâneo é caracterizado, de acordo com Birman em *“Mal-estar na atualidade”* (2003), pelo individualismo, a exaltação do “eu” com características de exibicionismo e o consumismo que, nos tempos atuais, levam à sedimentação de um sistema econômico que afeta a todos e permeia as relações humanas. O ritmo cultuado e estabelecido para o consumo acaba por criar falsas necessidades que alimentam o desejo do sujeito alienado na busca pelo objeto do consumo. “Assim, os desejos alienados de consumo, uma vez satisfeitos, são rapidamente substituídos por outros por meio do ritmo incessante” (STACECHEN; BENTO, 2008, p. 425).

Cardoso (1996, p. 67) escrevera “que as mudanças processadas no modo de vida do homem e na organização da sociedade constituem um marco delimitador de duas épocas, rompendo com a ética e os valores antes professados”. Com essas características do sujeito contemporâneo, “as noções éticas de alteridade e reconhecimento da diferença tendem a desaparecer, de forma que dê lugar à estetização da existência” (BIRMAN, 2003). Para Debord (1997), há uma busca incessante pelo prazer e uma importância à imagem e ao “parecer”, tornando o que é individual diretamente dependente do poderio social.

Nosso tempo, sem dúvida... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... O que é sagrado para ele, não passa de ilusão, pois a verdade está no profano. Ou seja, à medida que decresce a verdade a ilusão aumenta, e o sagrado cresce a seus olhos de forma que o cúmulo da ilusão é também o cúmulo do sagrado. (FEUERBACH, 1841 *apud* DEBORD, 1972, p. 10).

Com a tecnologia avançada, a internet tem reforçado essas características pelo uso das redes sociais digitais que, para Vermelho *et al.* (2014) consistem em “meios de comunicação mais interativos, permitindo uma comunicação mais flexível e liberando o indivíduo dos limites do tempo e espaço”, além da sensação de liberdade que o sujeito tem de se expor e se expressar atrás das telas. Esta tecnologia surge no cenário da Guerra Fria, mais precisamente em 1960 que, segundo Giles (2010 *apud* CORRÊA, 2013), a internet era chamada de Apanet e o propósito inicial era de ser um sistema de

informações e comunicações entre os centros universitários americanos de pesquisa, não centralizando essas informações em uma rede, mas sim obter outros pontos de redes espalhados pelo país, além de obter uma tecnologia avançada que pudesse possibilitar a comunicação da sociedade caso acontecesse um ataque nuclear da União Soviética.

Segundo Castells (2001), em 1990, a antiga Apanet foi retirada do sistema, sendo liberada a Internet de forma privada. Em 1995, muitos fornecedores do serviço da Internet produziram suas próprias redes para comercialização crescendo mundialmente. Em *A Galáxia da Internet*, Castells (2001) afirma que logo na divulgação do uso do *world wide web* (www), havia cerca de 16 milhões de usuários de redes de comunicação por computador no mundo todo. “Uma rede é um conjunto de indivíduos interconectados e mesmo sendo uma prática muito antiga, as redes ganharam vida nova nos tempos atuais, transformando-se em redes de informações energizadas pela internet” (CASTELLS, 2001).

Atualmente, a internet faz parte do cotidiano de milhares de pessoas no mundo todo, contribuindo como fonte de informação e interação entre os internautas. Segundo Guedes (2013), as famosas “Redes Sociais”, também já chamadas de sites de relacionamentos, têm o objetivo de interação e relação entre as pessoas conectando-as por meio dos mesmos interesses. Para o referido autor, as redes sociais digitais se tornaram algo facilitador que promoveu a conexão e a interação com pessoas de diferentes espaços geográficos e com quem não conversava há muito tempo.

As novas tecnologias permitiram a criação de meios de comunicação mais interativos, liberando os indivíduos das limitações de espaço e tempo, tornando a comunicação mais flexível. Com apenas um clique, qualquer pessoa pode acessar uma informação específica e manter contato com pessoas que estão distantes [...]. (VERMELHO *et al*, 2014, p. 182).

Há diversas redes sociais digitais, sendo as principais da atualidade o *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*, *YouTube* e *TikTok* – exemplos de grandes veículos de interação e com alto potencial de propagação de informações em curto espaço de tempo. “O Twitter é uma rede social que permite o envio e recebimento de atualizações dos perfis da sua escolha, as quais são exibidas em tempo real e redistribuídas por quem lê a informação, podendo alcançar milhares de pessoas em segundos (GUEDES, 2013).”

Para Kallas (2016), no *Instagram* e *Facebook* são feitas exposições de imagens das situações até mais banais do cotidiano de cada um, exibindo como um espetáculo de indivíduo em busca de admiração e aprovação do outro. A autora acrescenta que “as pessoas postam em redes sociais o que consideram o melhor de si, assim como são capazes de expressar, em perfis falsos ou não, o lado mais preconceituoso e agressivo de seu ser” (KALLAS, 2016, p. 56). O *YouTube* surgiu em 2005, possibilitando que qualquer pessoa publicasse vídeos dos mais diversos conteúdos, sendo uma rede social com caráter democrático (MOURA; FREITAS, 2018). O *TikTok* é a plataforma mais recente das citadas, mídia social que permite criar, assistir e compartilhar vídeos de, no máximo, 3 minutos, recebendo muitas informações em um curto espaço de tempo.

Na pandemia, a partir de 2020, a humanidade precisou se relacionar de forma virtual massiva, como nunca antes. Com a chegada do Covid-19, as pessoas foram obrigadas a adotar medidas de restrições e prevenções rígidas relacionadas ao distanciamento entre os indivíduos. Segundo Cuan Baltazar *et al.* (*apud* LEMOS *et al.*, 2022), com a internet, os usuários têm “o mundo em suas mãos”, com acesso a inúmeras informações, e tudo depende da maneira como é utilizada, podendo impactar positiva ou negativamente.

Entretanto, as conexões estabelecidas neste “mundo ilusório”, seja por meio de plataformas como *Instagram*, *WhatsApp*, *Twitter*, *Facebook*, etc, dita a forma que o “eu” irá se exibir para os “outros”, assim, em muitos momentos a imagem passada é apenas uma fachada que sobressai a realidade vivenciada, sendo também uma forma pretensiosa de o usuário se sentir “parte de algo”, ser por hora aplaudido e aumentar sua autoestima por meio de “likes” recebidos e aceitação nas mídias sociais. (DESLANDES; COUTINHO, 2020 *apud* LEMOS *et al.*, 2022).

Diante dessa nova realidade da sociedade atual, leva-se em conta o conceito de Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord (1997), no qual o consumo e as aparências se tornaram mais valorizadas nas relações sociais. De acordo com o autor:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto de modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, é um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação e propagandas, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na

produção, e no corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a permanente justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORD, 1972, p. 12).

Outro autor que trabalha neste ínterim, nesta vertente, é Lasch (1983), que cunha o termo cultura do Narcisismo para se referir ao autocentramento do eu. Baseado na mitologia grega, o vaidoso personagem Narciso, ao olhar sua imagem refletida no lago, acaba morrendo por se apaixonar por si mesmo. Lasch (1983) afirma que as características da sociedade do século XX incluem a busca pela exaltação do eu, e essa teoria é atual e afirmada com a sociedade contemporânea, especialmente com a utilização das redes sociais. “Viver para o momento é a paixão predominante – viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade [...]” (LASCH, 1983, p. 25).

Segundo Debord (1997, p. 14), há a valorização da exposição do sujeito pois “[...] O espetáculo da sociedade não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens”. A exposição trouxe uma desconstrução da definição de intimidade, pois as pessoas trazem o que é de caráter particular para as redes sociais de forma pública, isso inclui compartilhamento de fotos, vídeos, localização, publicação de comentários, pensamentos, ideias, entre outras exposições: “[...] O particular é cada vez mais exposto e, fazendo com que as emoções compartilhadas culminem no nascimento das tribos pós-modernas e permanece enquanto durar o desejo e a sensação de identificação entre eles” (ESPERANDIO, 2007, p. 62).

REDES SOCIAIS E CULTURA DO CANCELAMENTO

Conforme Kallas (2016), o ciberespaço leva as pessoas se sentirem mais à vontade, se permitindo passar por situações que não arriscariam na vida real, além de, em razão desse anonimato, a percepção de responsabilidade parece diminuir. A autora escreveu, também, que “Protegidos pelo anonimato ou pela percepção de ser anônimos, os usuários se arriscam mais e ousam procurar e vivenciar fantasias *on-line*, a que não se permitiriam presencialmente. [...]” (KALLAS, 2016, p. 56).

Segundo a obra *O mal estar na civilização* (1930-1936), de Sigmund Freud, o mal seria quando alguém é ameaçado da perda de amor, se tiver certeza de que as

autoridades não saberão ou farão algo contra esse mal feito, o indivíduo se permite realizar esse mal contanto que não seja descoberto. “Se há um estágio de consciência de culpa não passa claramente de medo da perda do amor, o medo social” (FREUD, 1930-1936/1969, p. 128). E se o mal for validado? O jornalista Pereira (2017 *apud* CARVALHO; FERREIRA, 2020) realizou uma entrevista com o psicanalista Calligaris, na qual ele afirma que as redes sociais validam o ódio das pessoas, pois, com o alcance público é possível reagir com curtidas e elogios de seguidores e isso traz a sensação de validação. Essa sensação de validade diante das redes sociais pode ser relacionada com as considerações sobre felicidade em *O mal-estar na civilização*, de Freud (1930-1936/1969, p. 141): “O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica [...]”.

Desde os tempos imemoráveis ocorre a prática de manifestação e protesto contra um ato considerado errado na sociedade. “A cultura judaico-cristã trouxe o conceito de culpa e punição de condutas que contrariavam os preceitos morais e éticos, isto porque as transgressões estariam na origem da existência do mal” (BIRMAN, 2009, p. 21 *apud* SANTOS; SILVA, 2020). Na Grécia Antiga praticavam o ostracismo, que consistia em “um processo no qual os cidadãos concordavam pelo exílio de quem representava algum tipo de risco à comunidade e à ordem pública” (BATTAGLIA, 2021 *apud* LOPES, 2022, p. 150). A Segunda Guerra Mundial é, também, um exemplo citado por Santos e Silva (2020), pois o mal ganhou um conceito mais social resultando no Holocausto, em razão dos regimes autoritários com a discriminação e dominação.

Atualmente, essas manifestações de pensamentos e ideais são feitas por intermédio das redes sociais digitais. De acordo com Mercuri (2016), a internet abriu portas e deu voz a muitas pessoas para se expressar, ajudando em denúncias de violência, embates políticos e quebras de assuntos considerados tabus sociais, no entanto, abriu portas para conflitos sociais que, disfarçados de liberdade de expressão, na verdade, são discursos de ódio. O discurso de ódio, linchamento virtual e Cultura do Cancelamento são alguns dos nomes que foram atribuídos à:

[...] prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem

a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade”. Nas redes sociais digitais, este tipo de discurso realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias. “Parece haver um ‘ganho’ para quem incita ódio em redes sociais, e este ganho é a visibilidade, popularidade, reputação e influência. Tais fatores estão ligados a questões de pertencimento ao grupo ou afirmação de identidade”. (SANTOS; SILVA, 2016, p. 5 *apud* CARVALHO; FERREIRA, 2020, p. 422).

A origem da denominação de cancelamento na internet, a princípio, foi um movimento que surgiu em 2017, por atrizes de Hollywood, com o intuito de denunciar casos de assédios sexuais e estupro, por meio das redes sociais (SILVA; SANTOS, 2020). O colunista do jornal *The News York Times*, Ross Douthat (2020 *apud* SANTOS; COSTA, 2021) explica que a pessoa para ser cancelada não precisa, necessariamente, estar envolvida em questões polêmicas como o crime citado, nem ser famosa; basta ter um dia ruim e opiniões divergentes que as consequências estarão marcadas permanentemente até o *Google* existir. “A necessidade de silenciar o outro se mostra cada vez mais presente, pelo simples fato de que o outro tenha opinião contrária à do silenciador” (CAMILLOTO; URASHIMA, 2020).

Há um clima de radicalização política permanente na web e, de repente, em torno de qualquer assunto, formam-se dois ou mais blocos de opinião diametralmente opostos, sem nenhum espaço para mediações. As pessoas refutam, com os argumentos mais simplistas, todo questionamento às suas opiniões a respeito do assunto do dia, ainda que seu nível de conhecimento sobre o mesmo seja mínimo. (CARVALHO; FERREIRA, 2020, p. 421).

No livro *Psicologia das Multidões* (1980), é mencionada a Teoria do Contágio, formulada por Gustavo Le Bon, no qual afirma uma forte influência de multidões para com seus membros, pois, com o anonimato, a sensação de segurança e fortaleza por estar em maior número de pessoas possibilita que as emoções sejam contagiosas em massa e transferidas de indivíduo para indivíduo de forma irracional. Freud (1920-1923/2011), em *Psicologia das Massas*, afirmava que

[...] em um grupo todo sentimento e todo ato são contagiosos, e contagiosos em tal grau, que o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Trata-se de aptidão bastante contrária à sua natureza e da qual um homem dificilmente é capaz, exceto quando faz parte de um grupo. (FREUD, 1920-1923/2011, p. 13).

O simples fato de fazer parte de um grupo organizado, um homem desce vários degraus na escada da civilização. Isolado, pode ser um indivíduo culto; numa multidão, é um bárbaro, ou seja, uma criatura que age pelo instinto. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos. (FREUD, 1920-1923/2011, p. 14).

Logo, na sociedade contemporânea, o virtual é mais um dos fatores, além do consumo, que reduzem os indivíduos à condição de massa, ou seja, fazem-nos agir de forma inconsciente, inconsequente e diferente do que agiriam de forma individual. A cultura do cancelamento se tornou o linchamento público de outrora, em que o crime deveria, em praça pública, ser punido pela comunidade. A diferença aqui é que virtualmente os ditos canceladores estão protegidos pelo anonimato, que em certa instância dificulta o processo de responsabilização e simbolização de seus atos.

A PSICODINÂMICA DO CANCELAMENTO

O vocábulo cancelamento vem do verbo cancelar que significa nulo, eliminar ou excluir (DICIO, 2022). Para Freud (1930-1936/1969), em *O mal estar na civilização*, existem exigências de beleza, limpeza e ordem na cultura e quando a maioria tem um poder maior que se sobressai a uma minoria, então esse poder é visto como um “Direito” diante da minoria, que seria uma “Força bruta”. Esta espécie de força bruta valida a hegemonia social quanto a determinado fenômeno. Pode-se pensar, desta forma, que na contemporaneidade, o cancelamento tem um papel de justiça na sociedade atual. Duarte (2009 *apud* LIMA *et al.*, 2021) afirma que “o que é justo e injusto passou a ser sinônimo de bem ou mal, sendo assim, se alguém agiu de forma injusta, torna-se automaticamente uma pessoa má, o que dá aos justiceiros o passe para punir e condenar, visando realizar um bem aparentemente maior” (LIMA *et al.*, 2021, p. 326).

Para Barreto e Rios (2012), as redes sociais digitais só potencializam os atos de controle e coerção entre os indivíduos, as pessoas são sujeitos ativos na vigilância e punição e, ao mesmo tempo, se ajustam para se enquadrar na sociedade. Segundo Foucault (1997), em sua clássica obra *Vigiar e Punir*, a sociedade funciona por meio da disciplina facilitando sua vigilância e, caso algum indivíduo se oponha a isto, cabe à sociedade da disciplina corrigir com a punição. “É

pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por intermédio da disciplina que se estabelecem as relações: opressor-oprimido; mandante-mandatário e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 371).

Desta forma, os sujeitos transformam-se em vigilantes potenciais, capazes de punir socialmente indivíduos e comportamentos que não sejam condizentes com o que a moral da cultura que nasce na virtualidade das relações de poder contempladas pela cibercultura julga corretos. (BARRETO; RIOS, 2012, p. 9).

A cultura do cancelamento é definida por Mercuri (2018) como quando um sujeito demonstra algum comportamento inadequado por um grupo de pessoas e isto vai a público, e a partir daí, o cancelado se deparará com diversos comentários e até protestos online. Com a comunicação sem fronteiras, Kotler (2010 *apud* VERMELHO *et al.*, 2014) informa que há uma facilidade no acesso às informações causada pelas tecnologias, permitindo que as pessoas tenham liberdade de expressão participando ativamente das mobilizações, compartilhando e trocando informações. A liberdade de expressão é prevista no artigo 5º da Constituição Federal (1988) (BRASIL, 2020), como um direito, assegurado de censura ou licença, estando, assim, incluída toda e qualquer forma de comunicação de notícias, opiniões, julgamento e comentários. Entretanto, segundo Rothenburg e Stroppa (2015), o limite da liberdade de expressão mostra-se quando aflige outros direitos de forma negativa.

“[...] Portanto, o direito de expressão não goza de uma preferência incondicionada, sendo suscetível de restrição em razão da concorrência negativa de outros direitos fundamentais e bens constitucionais, como ocorre quando há divulgação de discursos discriminatórios.” (ROTHENBURG; STROPPIA, 2015, p. 7).

Segundo Baldissera *et al.* (2021), o sentimento de ódio, quando compartilhado, liga afetivamente os indivíduos que têm o mesmo objetivo. Para Vasconcellos (2020 *apud* BALDISSERA *et al.*, 2021) os discursos de ódio nas mídias sociais são realizados com a cruel intenção de eliminar o outro, e esses discursos se conectam com indivíduos que compartilham dos mesmos sentimentos de ódio e desprezo pelo outro que goza e tem costumes distintos. No contexto

digital, a descrição de Le Bon sobre a “massa efêmera que obtém uma consciência coletiva, elimina a subjetividade e pode representar a cultura do cancelamento” (BALDISSERA *et al.*, 2021). “O grupo vai diretamente a extremos; se uma suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível; um germe de antipatia se transforma em ódio selvagem” (FREUD, 1920-1923/2011). Freud cita McDougall em sua obra *Psicologia das Massas* (1920-1923/2011) no qual o psicólogo descreve o grupo como extremamente emocional, impulsivo, violento, instável e incoerente.

Conforme Baldissera *et al.* (2021), as manifestações de ódio na internet trazem consequências semelhantes ao que seria uma violência física, pois o desejo de vingança e ódio é percebido pelo sujeito que recebe e vivencia as sensações desse afeto, mesmo que estejam distantes por conta do contexto virtual ou, até mesmo, não se conheçam, esta ação impacta negativamente na vida real do indivíduo que foi cancelado.

O fato é que a internet tem se tornado um ambiente adoecedor, já que o conteúdo produzido na internet é feito de forma “Do it yourself”, (ou seja, os usuários mostram sua vida pessoal por meio de vídeos e fotos) (CARVALHO *et al.*, 2017), o indivíduo expressa sua subjetividade dessa forma e quando esse conteúdo é ridicularizado, depreciado e julgado virtualmente o sujeito se sente diretamente atacado. Uma opinião, modo de ser ou até mesmo um comportamento individual pode ser visto como errôneo e logo aquele indivíduo se vê com uma sua subjetividade rejeitada, o abandono dos seus pares mais próximos e a perda de sua dignidade. (LIMA *et al.*, 2021, p. 331).

De acordo com Mercuri (2018), o cancelamento pode afetar a autoestima, causar transtornos, como ansiedade, depressão ou estresse pós-traumático e pode resultar em suicídio. A autora menciona que os indivíduos que são cancelados relatam ameaças e assédios, podendo afetar as relações e sua integridade física. Conforme Santos (2021), em seu artigo, o cancelamento traz incontáveis malefícios para quem é cancelado, podendo ser uma empresa, ou uma pessoa influente na mídia ou até anônimos, trazendo danos econômicos e psicológicos.

Ideias são tomadas como verdades absolutas, propagadas e defendidas ferrenhamente refutando todo e qualquer argumento opositor. O desinteresse pelo diálogo e abertura para se ouvir outros argumentos faz com que se desenvolva o conflito que prejudica indivíduos e grupos nas mais diversas esferas da vida. (SILVA, 2020 *apud* CASAROTTO; HOLDEFER; SILVA, 2021, p. 2).

No Brasil, há vários exemplos de cancelamento de empresas e figuras públicas. Há, por exemplo, o caso da rapper Karol Conká que, de acordo com Santos (2021), durante sua participação no programa *Big Brother Brasil 2021*, causou frustrações por causa de seus comportamentos expostos não serem os esperados, resultando em quebras de contratos de shows com prejuízos financeiros, além de perder seguidores em redes sociais. Para Putti (*apud* SANTOS, 2021) houve ofensas racistas, perseguição e ameaças contra sua vida e de sua família. Azevedo (2021) cita o caso da cantora Luiza Sonza, que sofreu ataques na internet após seu divórcio com o comediante Whindersson Nunes, sendo criticada por uma suposta traição que, mesmo desmentida, causou danos à sua saúde mental, imagem e carreira.

Entretanto, o cancelamento não é exclusivo de figuras públicas, Guimarães e Barbosa (2020) relatam o poder que a internet tem a partir do instante em que há a exposição de alguma foto, vídeo ou conversa que podem transformar tudo em segundos. Sanches (2020 *apud* SANTOS, 2021) relata o caso de um americano chamado Cafferty, que estava em seu carro quando tiraram uma foto sua com seu braço para fora do carro e suas mãos estavam fazendo um gesto considerado racista, as consequências foram sua demissão e danos psicológicos, mesmo com o responsável pela fotografia admitir seu erro, a imagem de Cafferty já estava vinculada ao racismo.

Casos de suicídio também ocorrem, como por exemplo a blogueira carioca Alinne Araújo, que em 2019, aos 24 anos, cometeu o ato após resolver manter a festa de casamento mesmo com o término de seu relacionamento, diante das críticas e comentários na internet, Alinne não aguentou à pressão (JOVEM..., 2019). Outro caso é do adolescente Lucas Santos, de 16 anos, filho da cantora de forró Walkyria Santos, que após a publicação de um vídeo nas suas redes recebeu comentários preconceituosos e de ódio e acabou tirando a própria vida (FERNANDES, 2021).

Para Santos e Costa (2021), antes o caráter da cultura do cancelamento era positivo e com o uso indevido tornou-se negativo. Conforme Prestes e Negreiros (2021, p. 144), “Há casos em que o cancelamento foi importante, como as acusações feitas por abusos sexuais cometidos por atores e diretores de Hollywood.

Porém, também há situações em que o cancelamento se perde em seu objetivo de debater e se torna um ato violento e agressivo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a influência da internet para a construção da atual sociedade, apesar de nesta revisão bibliográfica estarem presentes algumas antigas teorias e obras como metodologia da pesquisa, percebe-se a atemporalidade destas teorias, pois o individualismo, narcisismo, consumismo, espetáculo, entre tantas outras características citadas, permeiam as relações sociais, e a internet evidencia cada vez mais essas características.

Cada rede social é composta por indivíduos de todas as faixas etárias, etnias e culturas diversas, todos atrás de uma simples tela que provoca uma sensação de anonimato e de poder de liberdade de ser sem limites, trazendo atitudes que fora do ciberespaço jamais existiriam.

Segundo Barreto e Rios (2012), a construção social pós-moderna permite essa vigilância recorrente entre os indivíduos, enquanto vigiam uns aos outros, então os comportamentos podem ser validados com curtidas e comentários, por exemplo, ou julgados como incorretos pela massa na intenção de corrigir e continuar controlando e vigiando com a finalidade de disciplinar e enquadrar a todos no que a sociedade julga ser o correto. O cancelamento não permite o cancelado a evoluir e aprender, resultando na exclusão sem chances de respostas e mudanças.

A Cultura do Cancelamento é um fenômeno pós-moderno que requer muitos estudos, pois a pandemia trouxe a internet de forma massiva para manter as relações sociais, o que potencializou as publicações virtuais, a vigilância e, consequentemente, o cancelamento. Os resultados de todo o fenômeno podem ser observados de dentro e fora do ciberespaço, em duas esferas opostas: a Cultura do Cancelamento como justiça social e a Cultura do Cancelamento como humilhação pública. Portanto, o papel da Psicologia é continuar estudos desse fenômeno nas relações sociais e como isso interfere no indivíduo, na sua saúde e qualidade de vida, a fim de promover a conscientização e reflexão de como as pessoas precisam utilizar a internet com sabedoria, responsabilidade e mais alteridade, além de compreender a linha tênue entre justiça e vingança. Com a constante vigilância, um dia você é o cancelador e no outro dia você poderá ser o cancelado.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Artur Francisco Medeiros de. **Produção, gravação e montagem do curta “FEED”**. 2021. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Audiovisual) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33995/1/ProducaoGravacaoMontagem_Azevedo_2021.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022
- BALDISSERA, Rian dos Santos *et al.* Cultura do cancelamento: uma perspectiva psicanalítica. **Salão do Conhecimento, XXIX Seminário de Iniciação Científica**, Ijuí, v. 7, n. 7, p. 1-5, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Lara/Downloads/20764-Texto%20do%20artigo-54251-1-2-20211018%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/Lara/Downloads/20764-Texto%20do%20artigo-54251-1-2-20211018%20(6).pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.
- BARRETO, Paulo Jefferson Pereira; RIOS, Riverson. Vigiar e punir: a internet e as redes de poder participativo na era da globalização. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXV.*, 2012, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1173-1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BERALDO, Lílian. Caminhos da Reportagem discute a cultura do cancelamento virtual. **AgênciaBrasil**. Brasília, 05 set. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/caminhos-da-reportagem-discute-o-cancelamento-virtual>. Acesso em: 14 set. 2022.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.
- CAMILLOTO, Bruno; URASHIMA, Pedro. Liberdade de expressão, democracia e cultura do cancelamento. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 7, n. 2, p. 1-25, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/317/190>. Acesso em: 16 set. 2022.
- CANCELAR. *In: DÍCIO, Dicionário online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cancelar/#:~:text=Significado%20de%20Cancelar,considerado%20leg%C3%ADtimo%3A%20cancelar%20a%20licen%C3%A7a>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_44afe65e85_0011622.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

CARVALHO, Jaqueline; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e Intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/3LNyLswf9rkhDStZ9v4YT3H/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 17 jun. 2022.

CASAROTTO, Claudia Wust; HOLDEFER, Ana Paula Gomes; SILVA, Diocleide. A cultura do cancelamento: um olhar atual. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, XIX., 2021, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: Fag, 2021. p. 1-15. Disponível em:

https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/13-10-2021--11-58-23.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Disponível em:

https://www.academia.edu/41717035/A_Galaxia_da_Internet_Manuel_Castells.

Acesso em: 12 set. 2022.

CORRÊA, Fabiano Simões. **Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da Internet**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08102013-162610/publico/Fabiano_Correa_Mestrado.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução de Francisco Alves e Afonso Monteiro. Lisboa: Afrodite, 1972.

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências auto infligidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2479-2486, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/56TbmHfDsWJyK6DVJzjcHhp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 jun. 2022.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **Para entender pós-modernidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

FERNANDES, Raphaela. Cantora Walkyria Santos confirma morte do filho de 16 anos após comentários negativos da web. **Purepeople**. Rio de Janeiro, 04 ago. 2021. Disponível em: https://www.purepeople.com.br/noticia/morte-de-filho-de-walkyria-santos-foi-por-comentarios-da-web_a323310/1. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2,

p. 367-383, mar./abr. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 23 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

FREUD, Sigmund. (1930-1936). **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos**. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969. Livro 8.

FREUD, Sigmund. (1920-1923). **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.

GUEDES, Tais Morais. **As Redes Sociais – Facebook e Twitter – e suas Influências nos Movimentos Sociais**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15245/1/2013_TaisMoraisGuedes.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

GUIMARÃES, Patricia Specimille; BARBOSA, O L. A Internet nunca esquece: Consequências da “Cultura do Cancelamento” no debate público. **Revista Pet Economia UFES**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 13-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/33803>. Acesso em: 14 set. 2022.

JOVEM que casou sozinha depois do noivo deixá-la morre ao cair da janela. **Claudia**. São Paulo, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/jovem-que-casou-sozinha-depois-de-noivo-deixa-la-morre-ao-cair-de-janela/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KALLAS, Marília Brandão Lemos de Moraes. O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e à psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 38, n. 71, p. 55-64, jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v38n71/v38n71a06.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Tradução de Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LE BOM, Gustave. **Psicologia das Multidões**. Tradução de Ivone Moura Delraux. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1980. (Coleção Pensadores). Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2016/03/le-bon-gustave-psicologia-das-multidc3b5es.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

LE MOS, Fernanda Abade *et al.* A Dicotomia dos impactos causados pelo uso da internet em período de pandemia. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 2, e46011226033, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26033/22912>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LIMA, Gabriele Oliveira *et al.* As consequências da cultura do cancelamento na saúde mental: uma revisão narrativa. In: FADEL, Cristina Berger; DAMIÃO, Domingos Bombo; ZAGO, Maria Cristina (org.). **Psicologia: abordagens teóricas e empíricas**. Guarujá: Científica Digital, 2021. cap. 21, p. 325-333. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/downloads.editoracientifica.com.br/articles/210605174.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

LOPES, Michelle Aparecida Pereira. A cultura do cancelamento no dispositivo midiático: subjetividade e prática de si. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 146-164, 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3225/2102>. Acesso em: 14 set. 2022.

MERCURI, Karen Tank. **Linchamentos Virtuais**: paradoxos nas relações sociais contemporâneas. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/976587?guid=1658448005967&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1658448005967%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D976587%23976587&i=23>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MERCURI, Karen Tank. Conflitos sociais contemporâneos: possíveis causas e consequências dos linchamentos virtuais. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 197-208, 2018. -

MOURA, Gabriela Beatriz Ferraz de; FREITAS, Lucia Gonçalves de. O *youtube* como ferramenta de aprendizagem. **REVELLI**, Inhumas, v. 10, n. 3, p. 259-272, set. 2018.

NICOLAU, Aldemir. O que é CiberEspaço? **Webartigos**. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-que-e-ciberespaco/22537/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Néli. Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista. **BBC Brasil**. São Paulo, 10 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773#:~:text=Nas%20redes%20sociais%2C%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel,%2C%20de%20alguma%20forma%2C%20validado>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PRESTES, Vivian Rafaella; NEGREIROS, Ellen Sara. O excesso de positividade, a cultura do cancelamento e as novas formas de vigilância social. **Revista Percorso – Nemo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 135-148, 2021.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPIA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 450-468, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19463/pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos; SILVA, Mônica Tereza Mansur. Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, discriminação e racismo nas redes sociais.

In: ROVER, Aires José; SIMÃO FILHO, Adalberto; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. **Direito e novas tecnologias**. Florianópolis: FUNJAB, 2013. p. 82-99. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=dc1f1e86d49bb24c>. Acesso em: 13 set. 2022.

SANTOS, Paulicéia Lázara dos; COSTA, Rafaela Cândida Tavares. Já que é pra tombar, tombei! a cultura do cancelamento e o tribunal da internet. **Diálogos Internacionais da FDCL**, Conselheiro Lafaiete, v. 4, p. 110-123, 2021. Disponível em: https://fdcl.com.br/site/wp-content/uploads/2021/07/Volume_5.pdf#page=111. Acesso em: 14 set. 2022

SANTOS, Thais Rodrigues dos. **Cultura do cancelamento**: o impacto das redes sociais nas relações humanas. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifaema.edu.br/bitstream/123456789/2928/1/90527.1640204579.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SILVA, Amanda Carolina Guedes *et al.* O Movimento de Massas na Cultura do Cancelamento. **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science**, v. 4, issue 12, p. 162-168, 2021. Disponível em: <http://www.ijlrhss.com/paper/volume-4-issue-12/14-HSS-1208.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

STACECHEN, Luiz Fernando; BENTO, Victor Eduardo Silva. Consumo excessivo e adicção na pós-modernidade: uma interpretação psicanalítica. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, n. 2, p. 421-436, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/FccwbKdbLhyHvyZGZCX9wGB/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VERMELHO, Sônia Cristina *et al.* Refletindo sobre as Redes Sociais Digitais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSqCZGVr88rYf/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2022.

VIANA, Janile Lima; MAIA, Cinthia Meneses; ALBUQUERQUE, Paulo Germano Barrozo de. O cyberbullying e os limites da liberdade de expressão. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 294-312, dez. 2017. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4915/3660>. Acesso em: 17 ago. 2022.

**CONSTELAÇÕES DE APRENDIZAGENS:
POSSIBILIDADES E CAMINHOS PARA AS PESQUISAS NAS ÁREAS DE
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA COMUNITÁRIAS**

**LEARNING CONSTELLATIONS:
POSSIBILITIES AND PATHWAYS FOR RESEARCH IN THE AREAS OF
COMMUNITY EDUCATION AND PSYCHOLOGY**

*Jefferson Olivatto da Silva¹
Marcia Denise de Lima Dias²
Tauana Aparecida de Oliveira³*

INTRODUÇÃO

O cotidiano dinamiza o acervo cultural e afetivo em cada interação diária a ponto de diferentes ambientes oportunizarem variadas formas de aprendizagem que podem ser em seu aspecto informal, mais ou menos organizado de acordo com seu valor social. Há aprendizagens que podem ser instituídas em ambientes escolares sem corresponderem ao currículo oficial, mas compõem o âmbito das práticas pedagógicas que podem legitimar ou não determinadas relações identitárias; enquanto outras aprendizagens em decorrência da historicidade de uma dada localidade podem legitimar práticas familiares para o atendimento e cuidado comunitário. Neste sentido, este capítulo propõe contribuir com a discussão sobre aprendizagens étnico-raciais na sua dimensão informal em dois ambientes distintos: a tensão causada pelo pertencimento negro na UNICENTRO caracterizado pela não adoção de cotas raciais e a discussão sobre o benzimento como uma prática situada nas interações cotidianas da cidade de Foz do Jordão. A reflexão terá como pano de fundo o uso da concepção de constelações de aprendizagem (DA SILVA, 2016a; 2016b; 2017; 2019) como uma estratégia teórico-metodológica interdisciplinar para desvelar dinâmicas e processos de aprendizagens relativos a questão étnico-racial.

¹ Graduado em Filosofia (USC-Bauru), Psicologia (UNESP-Assis), Mestre em Educação (UNESP-Marília), Doutorado em Ciências Sociais (UNESP-Marília), Pós-Doutor em História e em Educação (UFPR). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional (UEL) e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UNICENTRO). Coordenador do NEAA/UNICENTRO.

² Graduada em História – LP (UNICENTRO, 2009); Mestra em Educação (PPGE/UNICENTRO 2019); Doutoranda no PPGE-UNICENTRO, 2021-2024; Membro do Comitê-Pacto Direitos Humanos (UNICENTRO); Membro do NEAA-UNICENTRO.

³ Mestra em Educação (UNICENTRO, 2019); Graduada em Educação Física Bacharelado e Licenciatura (UNICENTRO, 2009; UniGuairacá, 2011); Graduada em Pedagogia – (UNIFACVEST, 2020).

Os saberes e práticas tradicionais respondem por um entendimento formulado na experiência das relações, entre elas as relações estabelecidas com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. Segundo, Castro (2000), trata-se de maneiras diversas de perceber no âmbito local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais.

Estes saberes tradicionais fazem parte da estrutura sociocultural e histórica dessas comunidades e a partir das constelações de aprendizagens (DA SILVA, 2016a; 2016b) eles podem ser evidenciados e interpretados dentro de seu próprio contexto e estrutura.

Durante o desenvolvimento de ações formativas, extensionistas e de pesquisas junto as populações negras e tradicionais da região de Guarapuava-PR, a etnografia foi o disparador para conseguir mediar ações dialógicas a respeito da educação nas dimensões formais, não-formais e informais. Estas ações fazem parte do diálogo interdisciplinar do Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/UNICENTRO, na capacitação e diálogos com profissionais de educação e saúde e comunidades da região, como quilombolas, povos originários, povos de santo, capoeiras e irmandades de benzedeiras (DA SILVA, 2019).

Assim tais ações visam contribuir para um enfoque comunitário em que as diferentes aprendizagens que acontecem(ram) no cotidiano social podem evidenciar determinados processos relegados ao desprezo epistemológico. Ademais romper com a perspectiva da experiência individualizada ou a análise limitada a uma geração pode elucidar novos caminhos interpretativos sobre o comportamento social afro-brasileiro e indígena (DA SILVA, 2016). Assim as constelações de aprendizagem possibilitam compreender os processos imersos na história de vida e no cotidiano dessas comunidades, evidenciando a dinâmica entre os processos educacionais presentes na resistência e invisibilidade social.

Contribuir para um enfoque comunitário em que as diferentes aprendizagens que acontecem(ram) no cotidiano social podem evidenciar determinados processos relegados ao desprezo epistemológico. Ademais romper com a perspectiva da experiência individualizada ou a análise limitada a uma geração pode elucidar novos caminhos interpretativos sobre o comportamento social afro-brasileiro. (DA SILVA, 2016, p. 40).

As comunidades tradicionais carregam consigo práticas educacionais, provenientes de aprendizagens ancestrais e de vivências familiares e comunitárias.

As histórias de vida e familiar é repleta de resistência e aprendizados, principalmente na área da saúde e educação familiar e comunitária.

Nas práticas de resistências negras e povos originários a ancestralidade promove uma ligação entre passado e presente, sendo a tradição oral um elo fundamental para estas comunidades. O que permite entender a experiência espaciotemporal coletiva, em que o sentido de pertencimento está tanto relacionado com o presente, entre seus pares atuais, quanto com um passado distante agregado à ancestralidade a tempo imemoriais africanos e indígenas, como também de um futuro de permanência ou resistência (DA SILVA, 2016).

Cada comunidade tradicional possui uma dinâmica própria, com símbolos e signos que evidenciam as suas experiências com o mundo e respondem as suas necessidades, nesse sentido se faz necessário reconhecer a articulação da prática etnográfica ao próprio escopo teórico ao qual ela se encontra atrelada, uma vez que a mesma não pode ser compreendida como simples técnica de coleta de dados, pois os dados são construídos no processo interativo com os sujeitos, com os lugares, com as experiências vividas por parte do entrevistado e do pesquisador.

O livro *O guru: Iniciador e outras variações antropológicas*, de Fredrik Barth (2000), chama a atenção para o fato de que o significado é uma relação entre um signo e um observador. Desvendar os significados construídos em determinada realidade cultural pressupõe “[...] ligar um fragmento de cultura e um determinado ator(a) à constelação particular de experiências, conhecimentos e orientações desse/dessa ator(a)” (BARTH, 2000, p. 128). Barth (2000) ainda ressalta o fato de que os atores sociais estão sempre posicionados e é a partir destas posições que eles produzem seus discursos e suas práticas. Compreender o que os sujeitos produzem e fazem pressupõe uma apreensão de onde eles falam. Mais que isso, leva-nos a reconhecer que todos os pontos de vista colhidos, no trabalho etnográfico, são sempre parciais, incompletos, de modo que a etnografia não se limita a uma descrição da realidade, mas é também uma interpretação da mesma.

Assim, para as pesquisas com os povos negros e tradicionais da região de Guarapuava/PR, tem sido importante considerar o que Manuela Carneiro da Cunha (2009) ressalta sobre os conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. A autora descreve as especificidades e diferenças que existem entre o saber científico e os saberes tradicionais, mas também suas semelhanças e, especialmente, as pontes que podem ser feitas entre essas formas de conhecimento em prol de sua própria

vitalidade e em benefício da humanidade. Uma primeira diferença que aponta entre os dois tipos de saber diz respeito à aspiração de universalidade e de verdade absoluta que caracterizam o saber científico, em contraste com a multiplicidade, o caráter local e a inclusão de divergências que caracterizam os saberes tradicionais. Os conhecimentos tradicionais existem sem a necessidade do uso de recursos metodológicos cientificamente definidos, possuem força própria para manter-se e estabelecer-se. Através destes conhecimentos a comunidade cria sua própria identidade cultural.

Essas comunidades tradicionais são guardiãs de tecnologias e práticas, compartilham cosmovisões fundadas na relação direta e estreita com a natureza, nos ensinamentos desta e no manejo de seus processos. Diferentemente dos pressupostos capitalistas, eurocêntricas e patriarcais, as comunidades tendem ao cultivo da generosidade transmitindo-a oralmente seu legado cultural e coletivo, além de ser indispensável ao equilíbrio do planeta e à promoção da justiça socioambiental das presentes e futuras gerações.

As pesquisas neste âmbito são relevantes não somente para valorizar, mas sobretudo buscar análises e possibilidades de como legitimar os saberes tradicionais. Este é um movimento necessário, principalmente em virtude do processo histórico que vivemos no país, como nos sugere Ailton Krenak em sua obra, *Ideias para adiar o fim do mundo*, 2019, ao questionar o fato de os europeus invadirem o resto do mundo por uma premissa de que os outros aprender a se desenvolverem como espelho de sua humanidade. Para Krenak (2019), tal falácia criou a cisão entre nosso fundamento existencial que é ser parte da natureza, mas diante de tanta destruição causada por essa premissa precisamos nos questionar se ainda somos humanidade e como chegamos até este ponto.

Outros ensinamentos coletivos corroboram o que Abdias do Nascimento (1980) concebeu sobre o quilombismo para interpretar as organizações legais e ilegais em que o povo negro e originário desenvolveu para resistir seu genocídio. Assim como a formação de quilombos, que surgiram principalmente durante a escravização, outros agrupamentos foram e ainda são fundamentais para resistir quer dentre dos espaços em que circulam quer em outros para seu suporte afetivo, cognitivo e político. Desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da população que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os invasores europeus e os povos que viviam onde hoje chamamos, de maneira muito reduzida,

de terras indígenas, levou a uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades (KRENAK, 2019). Tanto é que historicamente todos os direitos assegurados aos povos originários, comunidades tradicionais e população negra somente foram adquiridos por intermédio de denúncias, muita resistência e lutas e mobilizações contra os governos.

Ora, Gomes (2012) menciona que é impossível a construção de identidade no isolamento, neste sentido, as análises das constelações de aprendizagem nos mostram como a aculturação, o isolamento, a não representatividade cultural e étnica são ações refratárias ao reconhecimento e pertencimento (isto é, legitimidade para decidir em grupos e instituições) dessas populações. Podemos questionar mediante as palavras de Krenak (2019), como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização que queria acabar com os eu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafinando o coro dos contentes? Seriam caminhos conduzidos pela criatividade, poesia na forma de resistência desses povos. Essa legitimação não acontece individualmente, a legitimidade é necessária para o coletivo, ou seja, para as comunidades tradicionais, povos originários e população negra.

Como nos aponta Freire (1986), se um indivíduo não é capaz de usar sua liberdade para ajudar outros a se libertarem, por meio da transformação global da sociedade, este está só está desenvolvendo e perpetuando atitudes individualista. Ora, como Krenak destaca (2019), as narrativas sobre diversidade foram tão somente uma estratégia de homogeneizar e tirar nossa alegria de estarmos vivos.

Ademais, como aborda Franz Fanon (2008), é na medida em que se ultrapassa o ser imediato que se apreende do outro como realidade natural e mais do que natural. A valorização da comunidade negra e dos povos originários nos espaços é necessária, todavia, como medida educativa para o sujeito não-negro e não-indígena que poderá aprender a enegrecer seus processos institucionais e sociais de legitimidade.

Neste sentido, as constelações de aprendizagem buscam entender como se dão as relações e o passar de saberes pelas gerações e como essas aprendizagens resistem ao passar do tempo, nos conectando com a ancestralidade.

DESDOBRAMENTOS DAS CONSTELAÇÕES DE APRENDIZAGEM

Refletimos assim sobre dois campos investigativos em que as pesquisas de mestrado se debruçaram sobre a temática racial com um recorte territorial de práticas tradicionais de benzimento e de pertencimento acadêmico negro. Tauana Aparecida de Oliveira (2019) analisou as dificuldades de reconhecimento e pertencimento de discentes negros da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), levando em consideração que a universidade citada ainda não oferece o sistema de cotas raciais para ingresso de pessoas na graduação. Já Márcia Denise Lira Dias (2019) analisou as constelações de aprendizagem que possibilitam a passagem de ensinamentos de geração para geração entre mulheres benzedoras no Município de Foz do Jordão interior do Paraná.

Para construir sua pesquisa, Oliveira (2019) buscou entender quais eram as dificuldades de reconhecimento e pertencimento de discentes negros que estudam ou estudaram na UNICENTRO, bem como, entender de que maneira a instituição chegou à conclusão de que as cotas raciais não eram necessárias em seus processos de ingresso, mesmo esta política afirmativa sendo uma possibilidade permitida pelas leis federais.

O surgimento da instituição teve como disparador o interesse de famílias de classe média e alta da região central para a formação de seus filhos, em meados de 1964. Tais famílias eram compostas por fazendeiros e sesmeiros, bem como, principais líderes políticos da época, evidenciando que o interesse era beneficiar a formação de filhos de famílias mais bem posicionadas financeira e politicamente. Com a pressão dessas famílias, o debate foi se aprofundando e o então prefeito, Nivaldo Kruger, contratou uma equipe responsável para fazer um levantamento sobre quais cursos eram de interesse desta população. Debruçou sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia para que posteriormente, após conclusão da pesquisa, novos cursos fossem anexados. O projeto foi apresentado em Assembleia Legislativa Estadual pelo Deputado Moacyr Julio Silvestri em 30 de Janeiro de 1967 e aprovado em julho do mesmo ano pelo Governador Paulo Pimentel (OLIVEIRA, 2019).

Um conjunto de dados foram as atas 184/2008 do Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (CEPE) e ata 85/2008 do Conselho Universitário (COU) para compreender quais dinâmicas delinearam a discussão sobre cotas raciais. Essas atas foram cunhadas em virtude da necessidade de inserir novos processos de ingresso na Universidade. Em 2008, o tema “Sistema de Cotas” foi estudado pela

Universidade representada por uma comissão especial, designada pela portaria Nº 1534/ 2007-GR/UNICENTRO. Essa comissão, composta por membros representantes dos vários setores da instituição, analisou o conteúdo do processo Protocolo Nº 12037/2007, encaminhado pela Pró-Reitoria de Ensino, PROEN, à coordenação de Processos Seletivos, COORPS, e decidiu pelo Sistema de Cotas Sociais, que é destinado à candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino Médio. Nestas atas foi possível perceber que os Conselhos foram favoráveis às cotas sociais e contrários à implementação do sistema de cotas raciais nos processos de ingresso por entender que as cotas sociais contemplam a necessidade das cotas raciais. Contudo, este argumento é recorrente nas discussões sobre o tema, pois a questão racial pode estar atrelada à questão social, mas não é determinante, já que o racismo se manifesta independentemente da condição financeira das pessoas negras. Essa insistente negativa às cotas raciais demonstra fortes tendências conservadoras na gestão da Instituição, assim como, a judicialização da questão, pois justificativas utilizadas pelas comissões seriam as possíveis problemáticas que a universidade viria a ter com processos judiciais (OLIVEIRA, 2019).

Outro conjunto de dados foram os dados estatísticos do Brasil, Paraná e região de Guarapuava, abordando número de matrículas e processos vestibulares nas Universidades Estaduais e particulares. Constatamos que a disparidade de matrículas em cursos de graduação entre acadêmicos negros e brancos é recorrente em todas as esferas analisadas, como destacou Oliveria em 2017. Por exemplo, neste referido ano, em um total de 310.527 pessoas não negras matriculadas nos cursos de graduação presenciais e à distância no Paraná, o registro foi de apenas 77.772 pessoas negras matriculadas no mesmo recorte de análise no Paraná.

Para entender com mais detalhes os dados estatísticos da UNICENTRO em relação ao ingresso de discentes negros, foram considerados os dados de 2011 a 2017, tendo como parâmetro o início da autodeclaração nas matrículas. No recorte temporal utilizado para a pesquisa, Oliveira (2019) destacou que 11.815 não negros foram matriculados nos cursos de graduação da UNICENTRO, enquanto discentes negros foram 2.682 na instituição mesmo computado as cotas sociais. O contingente de ingresso de pessoas negras na Universidade foi pequeno em relação ao ingresso de não negros, comprovando que as cotas sociais não atingem a demanda de ingresso desta população específica.

Durante as análises, constatamos novas categorias de aprendizagem envolvidas nas relações dos discentes na trajetória acadêmica. Em um universo de 31 respondentes os relatos apresentam experiências refratárias ao pertencimento negro(a). Essas experiências abrangeram os processos de seleção do vestibular, acolhimento institucional, visibilidade negra, coletivos negros e outros grupos institucionalizados.

Deflagramos que o pertencimento que fora apontado pelos(as) respondentes esteve vinculado a vínculos externos à instituição, em grande medida o apoio familiar era o motivador da permanência desses estudantes nos cursos, enquanto o sentido familiar de ascensão social. Além disso, outra escolha atrativa a esta experiência externa era o da escolha de curso, visto que havia uma projeção em um futuro com melhores condições de empregabilidade. No entanto, eram refratários a seu pertencimento pouca presença negra no ambiente universitário, além da equipe de apoio (principalmente, limpeza e segurança), quase que completa ausência da relação dos estudos com sua experiência de vida negra e familiar e, igualmente, epistemologias e tecnologias desenvolvidas e reconhecidas como de autores(as) negros(as).

Os cursos de Educação à Distância se apresentam como possibilidade para escapar de ambientes refratários às pessoas negras na Universidade, já que, apesar de ainda em desvantagem representativa a população negra ingressa nesses cursos é maior que a população de pessoas negras nos cursos presenciais. Como exemplo, destacamos o ano de 2012, já que na UNICENTRO foram 279 discentes negros nos cursos de graduação presenciais, equivalente a pouco mais de 15% das matrículas totais e 44 negros discentes negros nos cursos de graduação à distância, equivalente a mais de 30% das matrículas totais em termos relativos (OLIVEIRA, 2019).

Ora, esses conjuntos de dados são significativos para o entendimento das disparidades subjacentes à negação das cotas raciais, já que revela o quanto as barreiras são nítidas pelas matrículas. As ações afirmativas são importantes na mudança deste contexto, entretanto não são ações eficientes se aplicadas de maneira isoladas. Precisamos reconhecer a importância das Ações Afirmativas para que o ambiente escolar, o currículo oficial e as práticas pedagógicas impliquem-se no cumprimento da lei 10.639/2003 como sugerido pelo Parecer 003/2004.

De outra maneira, podemos entender que há um deslocamento, ou melhor,

um distanciamento do pertencimento da população negra dos direitos sociais. Inclusive, como Krenak (2019) evidência, a modernização jogou pessoas do campo para viver e morar em periferias e favelas na cidade, tornando-se mão de obra barata. Segundo o autor, se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com referências que dão sustentação a uma identidade, podem vir a ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos. Nesse sentido, a conexão com a ancestralidade é fundamental para uma identificação cultural e étnica, a diferença cultural precisa estar presente não somente no discurso, mas nos espaços sociais que são os locais de atuação e existência de todos os povos.

Outra pesquisa aprofundou essa perspectiva. Márcia Denise Dias (2019) desenvolveram a pesquisa intitulada, *Benzedeiras – a educação de resistência feminina de mulheres negras pelas ervas*, para interpretar as práticas educacionais relacionadas ao autocuidado e cuidado com a saúde no ofício do benzimento. Os autores tiveram como objetivo evidenciar os processos educacionais relativos à benzedura que se perpetuaram no decorrer do tempo na comunidade fozjordense. Eles descreveram como os saberes tradicionais do ofício foram repassados/transmitidos, de geração em geração, no município de Foz do Jordão (Paraná), no decorrer do tempo e, através da tradição matricentral (DIOP, 2015), ou seja, da atuação das benzedeadas concomitantemente ao seu conhecimento sobre as ervas e cuidados comunitários.

Dentre os conceitos analisados no trabalho, referentes aos processos do benzimento e das benzedeadas enquanto mulheres cuidadoras do lar e praticantes do ofício estão: o conceito do termo benzedeadas, analisado por Elda Rizzo de Oliveira (1985), segundo a autora, a caridade presente nas práticas, nas orações, no trato com as ervas e o cuidado com o outro, fazem destas mulheres não somente entendedoras da medicina popular mas de práticas humanas de relação com o outro, com a sua dor; o conceito de reciprocidade ternária e reciprocidade positiva presentes nos estudos de Alain Caillé (2014) e Eric Saubourin (2008; 2011) no que tange aos cuidados comunitários; o conceito de matricentralidade, tendo em vista que, os processos de resistência femininas no Brasil está inerente ao matriarcado africano como processo civilizatório. Segundo Diop (2015) é preciso compreender que os processos que permeiam o imaginário desta comunidade possuem traços matricentralizados anteriores a sua própria formação “[...] No domínio moral, um ideal de paz, de justiça, de bondade, um optimismo que elimina qualquer noção de culpa ou

de pecado original nas criações religiosas ou metafísicas” (DIOP, 2015, p.173).

Por meio das constelações de aprendizagem foram analisados e interpretados os dados no decorrer dos anos de 2017 a 2018 por meio de entrevistas e acompanhamento de seus atendimentos em suas casas, com auxílio do aporte teórico de Ecléia Bosi (1994), em seu livro, *Memória & sociedade: lembrança de velhos*, onde observou-se que as benzedeiras entrevistadas mantêm o milenar hábito de uso das plantas, e são, por vezes, o único cuidado à saúde existente na comunidade. Assim as constelações de aprendizagens nos possibilitaram descrever e interligar, concomitantemente, os processos educativos inerentes à rotina familiar e comunitária das benzedeiras.

Observamos que através do ofício as benzedeiras atraem práticas de prevenção e proteção à saúde, pautadas nos saberes tradicionais, nas práticas educacionais e nos traços de aprendizagens familiares e comunitários. Os saberes tradicionais são transmitidos nas relações de cuidado entre o ser mãe, ser mulher e ser benzeadeira.

Os traços de aprendizagens, familiar e comunitários, estavam intrinsecamente ligados ao cotidiano e as vivências dessas mulheres, bem como se faziam presentes nas relações do cuidado materno para com a família, do cuidado materno com o outro (atendimentos), da construção matricentral dos valores e normas familiares e comunitárias, do conhecimento sobre os males do corpo e do espírito e do domínio sobre as ervas.

Logo, as constelações de aprendizagens nos possibilitaram compreender como esses saberes foram perpetuados pelas benzedeiras dentro da comunidade de Foz do Jordão. Estas aprendizagens refletiam suas relações do cotidiano, transmitidas e aprendidas consciente e inconscientemente, com suas famílias ou com suas consulentes. Assim, as constelações de aprendizagens possibilitaram evidenciar que as benzedeiras desenvolvem, no meio familiar e comunitário, aprendizagens educacionais de afetividade e de generosidade, transmitem valores éticos que se perpetuam nas relações e ensinam, a seu turno, ao outro o uso de ervas, a superar dores e os problemas da saúde física e espiritual. Por fim, o ofício das benzedeiras zela pelo princípio da reciprocidade tanto no doar quanto no tecer o acolhimento comunitário, enquanto as benzedeiras promovem seus ensinamentos a outras gerações e mantém vivo o ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito das ações desenvolvidas pela NEAA (DA SILVA, 2019) e as presentes pesquisas tem sido, como nos ensina o aquilombamento, agregar perspectivas diferentes sobre o fazer comunidade, pertencimento e as diferentes dimensões educativas que perpassam a trajetória da população negra e indígena na região centro-oeste do estado do Paraná. Podemos considerar que foi crucial nesse processo compreender as nuances do ser outro em tentativas sociais e institucionais angustiadas para apagar e silenciar a riqueza da humanidade que compõem o acervo afetivo, cognitivo e cultural da população negra, indígena e seus descendentes.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras, a análise da cultura nas sociedades complexas. In: Barth, F. (org: TomkeLask). **O guru, Iniciador e outras variações antropológicas**. São Paulo: Contra Capa, 2000.

BOSI, Ecléia. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. Editora: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HucitecNUPAUB, 2000, p. 169.

CAILLÉ, Ailan. Dádiva, Care e Saúde. **Sociologias**. Porto Alegre. ano 16 no 36. mai/ago 2014. p. 42-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n36/1517-4522-soc-16-36-0042.pdf> . Acesso em: 30 de outubro de 2018.

CUNHA. Manuela Carneiro da, **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.

DA SILVA, Jefferson Olivatto. Religião e africanidades: práticas culturais de longa duração. In: GIL FILHO, Sylvio fausto. **Liberdade e religião: o espaço sagrado no século XXI**. Curitiba: CRV, 2016a. p. 39-50.

_____. Aprendizagens comunitárias africanas de longa duração e em larga escala segundo a expansão banta. **Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 84-107, 2016b.

_____. Dimensões da Psicologia Social Comunitária diante de questões étnico-raciais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 38, n.1, p. 63-80, jan/jul/ 2017.

_____. O Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/UNICENTRO: Instrumentalizar para empoderar. In: KOLODY, Andressa; BELÉM, Dan Junior Alves Nolasco. **Extensão em perspectiva**. Guarapuava: UNICENTRO, 2019. p. 111-130.

DIAS, Marcia Denise de Lima. **A Educação de Resistência Feminina da Mulher Negra Pelas ervas**. 2019. 100f. Dissertação (mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICENTRO, Guarapuava (PR), 2019.

DIOP, Cheikh Anta. *A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Editora: PEDAGO, 2015.

FANON, Franz. **Peles negras, mascaras brancas**. Editora EDUFBA. Salvador, 2008.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em 01 de Julho de 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo; Do sonho da terra; A humanidade que pensamos ser**. Companhia das letras. Editora: Schwartz. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Elda. Rizzo. **Doença, Cura e Benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. 1983. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. **O que é medicina popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984.

_____. **O que é benzeção**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1985.

OLIVEIRA, Tauana Aparecida de. **População negra discente ingressa na UNICENTRO: dificuldades de Reconhecimento e Pertencimento**. 2019. 254 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2019.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologizado desenvolvimento. **Sociologias**. vol.13 nº. 27. Porto Alegre. May/Aug. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>. Acesso em: 25 de março de 2017.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 23, n. 66, p. 131-138, fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 de novembro de 2018.

A ANSIEDADE INFANTIL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E TRATAMENTO NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT)

CHILDHOOD ANXIETY AND THE PROCESS OF INVESTIGATION AND TREATMENT FROM THE PERSPECTIVE OF ACCEPTANCE AND COMMITMENT THERAPY (ACT)

Edilaine Fabiana Carvalho Pereira¹
Ana Elisa Vilas Boas²

RESUMO

Este trabalho abordou a ansiedade infantil e o processo de investigação e tratamento utilizando a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). A preocupação inicial foi o aumento da incidência de ansiedade infantil e a relevância de estratégias e intervenções no contexto em que a criança está inserida, com base na perspectiva da ACT. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho foi investigar se o transtorno de ansiedade na infância pode ser identificado e tratado antes que evolua para as próximas fases do desenvolvimento, acarretando prejuízos emocionais e sociais para o indivíduo. Para alcançar esse objetivo, foi necessário descrever um breve panorama sobre as terapias de terceira geração; relatar a ansiedade infantil no contexto do modelo tradicional e no modelo baseado em processos; elucidar os princípios básicos da Terapia de Aceitação e Compromisso e a ansiedade infantil; e por fim, pontuar o tratamento para a ansiedade infantil na perspectiva da ACT. Em busca de analisar a psicopatologia no público infantil na faixa etária de 6 a 12 anos de forma mais ampla, foi feita uma investigação através da pesquisa bibliográfica exploratória. Os resultados encontrados na literatura ainda não há um consenso para a definição do que é considerado o medo normal do patológico, porém, na perspectiva da ACT há possibilidades de identificar, intervir e operacionalizar a ansiedade, através do processo das relações funcionais do contexto onde a criança está inserida. Por fim, considera-se através destes resultados que é possível identificar e tratar os sintomas de ansiedade infantil antes que evolua para as próximas fases do desenvolvimento. Desse modo, visa-se contribuir para práticas onde os pais/responsáveis e profissionais da saúde e da educação possam ter orientação para que não tenham um posicionamento de subestimar e subtratar os sintomas ansiosos patológicos que se manifestam na infância.

Palavras-chave: Ansiedade; Ansiedade infantil; Terapia de Aceitação e Compromisso; Transtornos. Tratamento.

ABSTRACT

This work addressed childhood anxiety and the research and treatment process using Acceptance and Commitment Therapy (ACT). The initial concern was the increased incidence of child anxiety and the relevance of strategies and interventions in the context in which the child is inserted, based on the ACT perspective. Therefore, the main objective of this work was to investigate whether childhood anxiety disorder can be identified and treated before it progresses to the next stages of development, causing emotional and social damage to the individual. To achieve this objective, it was necessary to describe a brief overview of third-generation therapies; reporting childhood anxiety in the context of the traditional model and the process-based model; elucidate the basic principles of Acceptance and Commitment

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO (edifabi.psicologia@gmail.com).

² Psicóloga Clínica e docente do Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO (anaelisa.psicologia@gmail.com)

Therapy and childhood anxiety; and finally, evaluate the treatment for childhood anxiety from the perspective of ACT. In order to analyze psychopathology in children aged 6 to 12 years in a broader way, an investigation was carried out through exploratory bibliographic research. The results found in the literature there is still no consensus on the definition of what is considered normal or pathological fear, however, from the perspective of ACT there are possibilities to identify, intervene and operationalize anxiety, through the process of functional relationships in the context where the child is inserted. Finally, it is considered through these results that it is possible to identify and treat the symptoms of childhood anxiety before it progresses to the next stages of development. In this way, the aim is to contribute to practices where parents/guardians and health and education professionals can have guidance so that they do not have a position of underestimating and undertreating the pathological anxious symptoms that manifest themselves in childhood.

Keywords: Anxiety; Childhood anxiety; Acceptance and Commitment Therapy; Disorders. Treatment.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre a ansiedade infantil e o processo de investigação e tratamento na perspectiva da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Esse tema se mostra relevante, primeiramente, porque foi encontrado na literatura que desde 2007, já havia a preocupação a respeito da ansiedade em crianças e adolescentes, porém, os autores descrevem que essa questão no Brasil não recebia atenção devida (Assis; Ximenes; Avanci; Pesce, 2007).

Acerca do presente tema, em 2010, Stallard (*apud* Lhullier e Serra, 2018) já sinalizava um alerta que indicava que a ansiedade representava um dos maiores desafios em relação à saúde mental durante a infância e adolescência.

Na atualidade, Lhullier e Serra (2018), afirmam essa preocupação quando relatam que, para além do aumento da frequência da ansiedade no público infantil e adolescente, houve também uma busca significativa na clínica por orientações para lidar com essa psicopatologia. Nota-se que ainda há preocupação por parte de profissionais em torno desse tema, entretanto, para Lídia Nakamura Teles (Teles, 2020) é preciso diferenciar a ansiedade e medo normal do patológico.

Convém ressaltar que a autora ainda traz que isso não é uma tarefa fácil, pois, em crianças e adolescentes algumas manifestações de medo podem fazer parte de determinada fase do desenvolvimento emocional. No entanto, em outras situações, a ansiedade e o medo podem ser vistos como uma psicopatologia quando as respostas desses conceitos são julgadas como excessivas ou inapropriadas para o contexto, configurando em prejuízo funcional e sofrimento para o indivíduo.

Este problema pode se apresentar em razão de vários fatores onde as variáveis

podem estar relacionadas aos estressores familiares ou sociais: os fatores de risco e proteção, como a escola, a psicopatologia familiar, família que passa por conflitos conjugais, estilos parentais, relação com os pares e com os familiares, assim como o apego inseguro, o temperamento da criança, os pais com Transtorno de Ansiedade (TA), estilos parentais como superproteção e comportamentos de evitação (Petersen *et al.*, 2011).

Neste sentido, entende-se que as principais vítimas afetadas pelos problemas levantados são as crianças. Os pais/cuidadores têm dificuldade para identificar a contingência que levou a criança a ter um comportamento ansioso e, muitas vezes, acabam por ter o foco somente no comportamento que é interpretado como não adequado, como, por exemplo o comportamento de “birra”. Isso pode gerar desconforto e prejuízos tanto para criança quanto para os pais, por não conseguirem de fato lidar com a situação experienciada.

Lhullier e Serra (2018) ao descrever sobre a ansiedade na infância constataram a relevância de se ter um olhar com enfoque na prevenção e tratamento. Assim como, saber identificar traços e sintomas de ansiedade, uma vez que nem toda ansiedade pode ser considerada clínica. Sendo assim, para o processo de investigação existe o modelo tradicional de classificação, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o qual tem o seu enfoque nas síndromes, características formais e nas topografias dos eventos públicos observáveis de comportamentos (Wilson *et al.*, 2001 *apud* Matos; Ferreira, 2016).

Neste modelo tradicional, o transtorno de ansiedade é caracterizado como o medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais. Além disso, “medo é a resposta emocional à ameaça eminente real ou percebida, enquanto a ansiedade é a antecipação de ameaça futura” (APA, 2023, p. 215).

Para além do modelo tradicional, representado pelo DSM, o outro modelo descrito neste trabalho é o modelo baseado em processos, no qual a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) faz uso. Nesta perspectiva, o processo de investigação da ansiedade se dá por meio de análise funcional, onde a ansiedade é vista como um padrão de respostas que o sujeito emite, o qual deve ser explicado a partir das relações funcionais com o ambiente (Assaz; Ferreira 2021).

Os autores ainda descrevem que para a ACT, embora seja difícil de se identificar e operacionalizar a ansiedade, deve ser feito o processo de identificação das relações funcionais definidoras que determinam um padrão de respostas do

comportamento do indivíduo com os eventos ambientais (Assaz; Ferreira 2021).

Desse modo, a partir da problemática apresentada e para compreender melhor o fenômeno e evitar análises generalistas, buscou-se delimitar o estudo da seguinte maneira: compreender quando a ansiedade infantil, na faixa etária de 6 a 12 anos, se torna patológica; compreender como ela é percebida e tratada na clínica na perspectiva da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), que será entendida como sendo de base Behaviorista Radical.

Em busca de analisar a psicopatologia proposta, foi feita uma investigação através da pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema, e para que os objetivos apresentados nesta pesquisa fossem analisados de forma mais ampla. Segundo Quadros (2006), essa investigação pode ser realizada através de materiais já elaborados, permitindo, assim, que o investigador tenha acesso aos conteúdos de forma ampla e de confiabilidade.

Nesta perspectiva, a amostra para a coleta de dados foi feita através de livros e bases de dados como Scielo, Pepsic, Pubmed, Psycinfo, Google Acadêmico. No início, se deu de forma aleatória, e depois por critérios de inclusão e exclusão. Quanto às palavras chaves descritas foram: ansiedade, ansiedade infantil, Terapia de Aceitação e Compromisso, transtornos, tratamento. Após o refinamento, o referencial teórico foi selecionado de acordo com a problemática desta pesquisa.

Diante do problema de pesquisa levantado, tem-se a seguinte hipótese: se o transtorno de ansiedade infantil for identificado e tratado efetivamente na fase da infância, então, será possível proporcionar à criança as estratégias de enfrentamento, e aos pais a orientação e psicoeducação da dinâmica do contexto que envolve a ansiedade e suas variáveis. Nesse contexto, será possível proporcionar à criança e aos pais tanto o tratamento efetivo quando o transtorno já estiver presente, quanto a prevenção para evitar possíveis recaídas e outras questões geradoras de sofrimento.

Tendo isso em vista o objetivo geral desta pesquisa foi investigar se o transtorno de ansiedade na infância pode ser identificado e tratado antes que evolua para as próximas fases do desenvolvimento, acarretando prejuízos emocionais e sociais para o indivíduo. Para alcançar esse objetivo, foi necessário descrever um breve panorama sobre as terapias de terceira geração; relatar a ansiedade infantil no contexto do modelo tradicional e no modelo baseado em processos; elucidar os princípios básicos da Terapia de Aceitação e Compromisso e a ansiedade infantil; e por fim, pontuar o tratamento para a ansiedade infantil na perspectiva da

ACT.

TERAPIAS DE TERCEIRA GERAÇÃO

A Terapia de Terceira Geração está relacionada ao conjunto de terapias pertencentes à Terapia Comportamental que surgiu em meados de 1990 (Santos; Gouveia; Oliveira, 2015), mas antes do seu início, por volta 1950 e 1960 a primeira onda da Terapia Comportamental se deu através de um movimento contra as práticas psicológicas da época, cuja ênfase era o subjetivismo e, para os críticos dessa abordagem, essa prática não tinha rigor científico. Sendo assim, as correntes comportamentais desse contexto foram influenciadas pelos estudos de Hans Eysenck, que afirmou que a psicoterapia da época não possuía evidências de eficácia. Em vista disso, os psicoterapeutas foram impulsionados a buscar novas alternativas (Santos; Gouveia; Oliveira 2015).

O enfoque desta nova abordagem era a valorização da pesquisa empírica, pensamentos mecanicistas e as habilidades de aplicar as técnicas, e não se valorizava a relação terapêutica (Braga; Vandenberghe, 2006). Aqui se deu o início da Terapia Comportamental Clássica, que modificava comportamentos ditos problemáticos através de técnicas e princípios de condicionamento clássico e operante (Hayes, 2004).

Conquanto, na primeira onda esses dois últimos conceitos o condicionamento clássico e operante são raízes que se diferenciam, pois um na terapia de conduta trata os problemas clínicos como o medo, ansiedade e as obsessões, enquanto o outro se refere a terapia de conduta e a análise aplicada, que se dá no contexto institucional, ou seja, o enfoque é para além da modificação do comportamento, busca compreender as ações e habilidades, e como elas podem ser influenciadas pelo ambiente. (Alvarez, 2006).

Por volta de 1970, na segunda onda ou geração, a ênfase foi para além do rigor científico e as terapias foram direcionadas para o cognitivo e a aprendizagem social (Hayes, 2004). Braga, Vandenberghe (2006) relata que houve a valorização do homem racional, com o intuito de acrescentar um novo pensamento, contrariando o pensamento mecanicista existente na Terapia Comportamental Clássica. A relação terapêutica passou a ser relevante no novo processo terapêutico. Aqui, houve uma abertura para a combinação e o desenvolvimento da Terapia Cognitiva e da Terapia Comportamental, que se difundiram mais à frente.

Na Terapia Cognitiva de Aaron Beck e Terapia Racional-Emotiva de Albert Ellis, a ênfase do tratamento era para a cognição. O tratamento seria a modificação de pensamentos ditos “sem lógica”, tais como crenças, pensamentos, expectativas e atribuições, pois eles poderiam ser as causas dos problemas comportamentais e emocionais. Além disso, o transtorno é visto como condição própria, déficit e disfunção específica (Alvarez, 2006).

Nesse modelo internalista, o modelo operante da Análise do Comportamento não tinha grande importância para o transtorno de ansiedade, pois não havia diálogo entre os analistas do comportamento externalistas que efetuavam seus trabalhos nas instituições, com os terapeutas comportamentais internalistas da clínica. (Eysenck, 1987 *apud* Vandenberghe, 2006).

Desse modo, a Terapia Cognitivo-comportamental (TCC) se afasta do modelo Comportamental Clássico e volta-se para o modelo da Terapia Cognitiva Clássica de Beck e ao modelo nosológico, ou seja, o modelo médico (Alvarez, 2006). Consequentemente, aderiu à aplicabilidade dos protocolos sistematizados para diversidades de transtornos emocionais. No período entre 1970/1990, esse tratamento começou a ser reconhecido como eficaz e a Terapia Cognitivo-comportamental (TCC) expandiu-se e passou a ser reconhecida em vários países (Hayes, 2004).

Já no que diz respeito à terceira onda ou geração, compreende-se que ela se deu devido às irregularidades anteriores nos métodos e modelos cognitivos para se obter a mudança. Um outro fator é devido às mudanças filosóficas que aconteceram, pois, os pesquisadores começaram a pensar uma abordagem de tratamento que atingisse não somente mudanças de primeira ordem, mas sim que considerasse as mudanças de segunda ordem. Isso significa pensar em uma abordagem na clínica que não eliminasse os sintomas e comportamentos apenas, mas uma abordagem que considerasse o contexto e que buscasse alterar as funções dos eventos e não somente as suas formas (Hayes, 2004).

A terceira geração se desenvolveu no período de 1990 a 2004 e isto foi possível devido ao desenvolvimento da Análise do Comportamento, baseada no Behaviorismo Radical, e às limitações da TCC. Sendo assim, as raízes contextuais contidas na primeira onda da Terapia Comportamental voltam a ser destacadas (Alvarez, 2006).

Entretanto, compreende-se que a Terapia Comportamental, de início, não estava focada para o contexto clínico e depositava seus estudos de forma mais intensa no contexto institucional. O Behaviorismo Radical, de Skinner, e a Análise do

Comportamento se tornaram a base para o contextualismo funcional, e suas contribuições para a terceira geração foram marcantes. Uma das questões propostas era de que o problema a ser tratado está na interação do organismo com o ambiente, ou seja, nas contingências. Por exemplo, “a ansiedade não é a causa do comportamento, mas um efeito colateral das contingências que determinam o comportamento” (Vandenberghe 2011, p. 35). Além disso, a Análise do Comportamento, tendo como base o Behaviorismo Radical, considera os eventos privados, porém não adota uma ideia de controle sobre esses eventos, mas trabalha com a proposta de aceitação.

Desse modo, a forma de intervir é através da análise funcional, que identifica quais contingências estão sendo mantenedoras de determinado comportamento. Além disso, consiste, então, em manipular variáveis para buscar modificar a maneira como a pessoa se relaciona com seu ambiente. Dessa forma, novos repertórios podem ser construídos, ou seja, novas formas de se relacionar e afetar o mundo (Vandenberghe, 2011).

Nesse sentido, observa-se que a postura do terapeuta externalista, no contextualismo funcional, é oposto ao terapeuta internalista, da TCC, o qual busca a causa do problema nos eventos internos do cliente e visa eliminar os processos psicológicos, a fim de eliminar o transtorno (Vandenberghe, 2011).

Nesta lógica, a terceira geração vem se consagrando historicamente diante de processos anteriores que foram significativos para a base do contextualismo funcional, onde seu princípio terapêutico não tem sua ênfase em modelo nomotético, nosológico, mas no modelo contextual que trabalha com a proposta de abandonar a luta contra os sintomas e focar na reorientação da vida (Alvarez, 2006).

Nesse cenário, Steven Hayes foi o pioneiro a difundir a ideia da evolução da Terapia Comportamental que passou pelas três gerações, as quais, as primeiras que compuseram a terceira geração foram a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Psicoterapia Analítica-Funcional (FAP) e a Terapia Comportamental Dialética (DBT) (Santos; Gouveia; Oliveira, 2015).

Portanto, observa-se durante essa descrição da evolução da Terapias Comportamentais o quanto é complexo identificar e tratar o que é patológico ou não. Na primeira onda, na clínica o foco era a identificação e eliminação do comportamento problema, com adição de novos comportamentos mais adequados ao ambiente (aprendizagem), que era o foco para a mudança.

Na segunda, a identificação do que era patológico era quando havia distorções cognitivas e essas seriam as prováveis causas dos problemas psicológicos. Nesse contexto, o foco de tratamento seria a mudança dessas distorções cognitivas. Em ambas havia a supressão e eliminação dos processos internos que estavam relacionados ao sofrimento.

Já na terceira, a identificação do patológico é feita através da avaliação da interação do organismo com o seu ambiente, a partir da análise funcional. O tratamento, nesse caso, não é contra os sintomas, como visto nas anteriores, mas sim na identificação e modificação das contingências e em uma reorientação para a vida. Aspectos mais específicos sobre isso serão vistos em capítulos seguintes.

ANSIEDADE INFANTIL NO CONTEXTO DO MODELO TRADICIONAL

Como avaliado anteriormente, faz-se necessário investigar quando a ansiedade pode ser considerada como patológica. Nesse contexto, será feita uma descrição comparativa entre o modelo médico tradicional e o modelo baseado em processos, o qual a ACT tem como base no tratamento.

No primeiro modelo, a configuração está baseada no Manual de Classificação de Transtornos Mentais, o qual tem o seu foco nas síndromes, características formais, nas topografias dos eventos públicos observáveis de comportamentos (Matos; Ferreira, 2016). Concomitantemente, também “[...] descreve o curso ou o desenvolvimento de uma doença mental” (Hübner e Moreira, 2012 p.154).

Desse modo, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na versão atual do DSM-5-TR (2023), descreve que “o medo é a resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto a ansiedade é a antecipação de ameaça futura ” (APA, 2023, p. 215).

Contudo, a *American Psychiatric Association* (2023) descreve que eles se sobrepõem e podem ser diferenciados. Por exemplo, a frequência do medo pode estar relacionada ao aumento da excitação autonômica, luta ou fuga, ou seja, os pensamentos estão ligados ao perigo imediato, sendo assim, o comportamento emitido é de fuga. Já a ansiedade está associada a uma frequência da tensão muscular, estado de vigília, ou seja, se prepara para o perigo futuro, e o comportamento emitido é de cautela ou esquiva. Nesta perspectiva, ambos podem ser reduzidos a comportamentos de esquiva.

O DSM-5-TR aponta que “[...] a determinação primária do quanto o medo ou

ansiedade são excessivos ou fora da proporção é feita pelo clínico, levando em conta fatores contextuais culturais” (APA, 2023, p. 215). Entretanto, quando a ansiedade é classificada como um transtorno, as características deles também se diferem, mas, nos tipos de objetos e situações que influenciam o medo, ansiedade, comportamento de esquiva e ideação cognitiva.

Além disso, eles podem ser comórbidos entre si, e a diferenciação pode ser feita através de uma análise detalhada das situações que são temidas e evitadas, assim como, pelo conteúdo relacionado aos pensamentos e crenças. Há casos em que eles se diferem do medo e ansiedade temporários, onde na frequência, de modo geral, se espera uma duração de seis meses ou mais, exceto em crianças, onde esse critério pode variar e a duração pode ser mais curta. O DSM- 5-TR (APA, 2023) ainda afirma que muitos dos transtornos se desenvolvem na infância e podem se estender para as outras fases se não forem tratados.

Segundo o DSM-5-TR (APA, 2023), no contexto clínico de crianças, a prevalência de frequência do transtorno de ansiedade em meninas e meninos parece ser a mesma, já nas amostras comunitárias a prevalência é nas meninas. Os transtornos que acometem o público infantil na idade típica da fase do desenvolvimento são: Transtorno de Ansiedade de Separação, Mutismo Seletivo, Fobias Específicas e Transtorno de Ansiedade Social.

No Transtorno de Separação, o medo e a ansiedade estão relacionados à separação das figuras de apego, e devem ser sintomas considerados inapropriados para a fase do desenvolvimento. Por exemplo, a criança pode sentir medo, ansiedade ao que pode acontecer com os pais (que levaria à separação), pode ter pesadelos e sentir sintomas físicos que lhe causam sofrimento. Então, a criança pode não querer que os pais se afastem dela, não querer ir à escola, evitar brincar com os amigos, não querer dormir sozinha. Pode, inclusive, relatar dores físicas devido ao medo e ansiedade de separação. O Mutismo Seletivo também é um tipo de medo que pode levar a criança a não querer falar em ambientes sociais como, por exemplo, na escola, ainda que ela seja verbal, ou seja, que ela fale em outros contextos.

Nas Fobias Específicas, o medo, a ansiedade e a esquiva são induzidos por uma situação fóbica. Sendo assim, é um medo persistente e fora da proporção. Essas fobias específicas podem ser, por exemplo, medo de animais, de injeção, de sangue, de ferimentos etc.

Já no Transtorno de Ansiedade Social, o medo, a ansiedade e a esquiva estão

relacionados às situações sociais de interações nas quais podem haver um contexto de avaliação. Por exemplo, estar em ambientes avaliativos, como contexto acadêmico, ou até mesmo em locais menos informais onde o indivíduo se sente observado

Em suma, esses transtornos podem iniciar no começo da infância e podem acarretar dificuldades na escola, nos relacionamentos sociais e familiares (APA, 2023).

ANSIEDADE INFANTIL NO MODELO BASEADO EM PROCESSOS

Entretanto, vale ressaltar que o modelo citado acima não aponta para a relação funcional que precisa ser descrita, indicando, então, que somente este recurso não é o suficiente (Banaco; Zamignani; Meyer, 2010). Nesse sentido, Assaz e Ferreira (2021) descrevem que, diante das críticas ao DSM-5, muitos pesquisadores buscam se afastar desses modelos tradicionais e focar esforços e atenção nos processos que são responsáveis tanto pelo surgimento quanto pela manutenção dos quadros clínicos.

Neste contraponto, existem os modelos de classificação funcionais em psicopatologia que advém da Análise do Comportamento, a qual coloca o foco na função que o comportamento possui em determinado contexto (Matos; Ferreira, 2016).

Hübner e Moreira (2012) descrevem que a Análise do Comportamento, diferentemente do modelo médico tradicional, não se preocupa em descrever sistematicamente como funcionam os comportamentos problemas, mas sim, em descrever qual é a função deles na relação do indivíduo com seu ambiente. Bem como, “[...] explicar e descrever a probabilidade, a frequência, a intensidade” (Hübner; Moreira, 2012, p. 154).

O modelo clínico considerado transdiagnóstico, com base na terapia baseada em processos, (Hoffmann; Hayes, 2019) aponta que este modelo, para além de valorizar os princípios gerais de mudanças, também pode auxiliar os profissionais a fazer a identificação dos processos que mantêm a psicopatologia para cada pessoa e contexto. Com isso, é possível fazer adaptações de intervenções diante de cada processo.

Dentro desta maneira de enxergar o sujeito, o foco já não se encontra no conteúdo, mas na relação da pessoa com seus pensamentos e emoções. Vale

acrescentar que rotular diretamente um comportamento ou pensamento como obrigatoriamente um sintoma de um transtorno psicopatológico pode mascarar o papel que este comportamento ou pensamento realmente tem na saúde das pessoas. Como por exemplo, a falta de sono na criança pode ser derivada de escolhas comportamentais pouco saudáveis, ou também, pode possuir um contexto, como uma sociedade alerta 24 horas por dia, ou uma rotina desregrada. Porém, ao invés deste panorama ser observado, é tratado como um transtorno por essas publicações e associado a uma necessidade de “cura” do sintoma, e não ao contexto prejudicial que influencia (Hayes, Strosahl, Wilson, 2021).

Portanto, é necessário considerar o que o modelo baseado em processos traz sobre a relevância da “análise funcional da ansiedade a qual se caracteriza como um padrão de respostas do indivíduo que deve ser explicado a partir de suas relações funcionais com eventos ambientais e outras respostas” (Assaz; Ferreira, 2021, p.133). Os autores ainda descrevem que, na literatura, não existe um consenso se há como separar o medo e a ansiedade. Para a ACT, embora esse ponto seja difícil de se identificar e operacionalizar, deve ser feito o processo de identificação das relações funcionais definidoras que determinam um padrão de respostas do comportamento do indivíduo com os eventos ambientais.

Desse modo, a ACT compreende a ansiedade como um conjunto de reações que pode ser compreendido, tanto no público adulto como no infantil, a partir de um estímulo aversivo onde o repertório de evitação e controle não é efetivo para afastar ou eliminar o perigo temido. Entretanto, quando os recursos utilizados são eficazes, eles acabam, ao mesmo tempo, restringindo exacerbadamente a vida. Dessa forma, entende-se que o indivíduo está reagindo à apresentação de estímulo aversivo de forma ineficaz, e isso pode ser decorrência de respostas de contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais (Assaz; Ferreira, 2021).

OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO E A ANSIEDADE INFANTIL

Segundo os estudos de autores sobre a ACT descritos nesta pesquisa, compreende-se que os comportamentos evitativos, a esquiva experiencial e o controle só contribuem para que a psicopatologia se intensifique no indivíduo. A princípio, é importante entender que o foco terapêutico da ACT é que o sujeito alcance a flexibilidade psicológica, tenha menos esquiva experiencial a estímulos aversivos e

tenha aceitação e ação comprometida para uma vida valorosa.

Segundo Luoma, Hayes e Walser (2022), os seres humanos estão sempre lutando de várias maneiras para não terem experiências que os levam a estar em contato com eventos privados desconfortáveis, como pensamentos considerados “negativos” e emoções difíceis. Desse modo, por não querer sentir e experimentar aquilo que é desconfortável, é comum o indivíduo lutar para evitar alguns eventos e, dessa forma, não experienciar as reações emocionais que os acompanham, se sobrecarregando em tentativas de se esforçar para diminuir ou eliminar as experiências indesejadas. Entretanto, os autores afirmam que isso só aumenta o próprio desconforto que se está buscando evitar (Luoma; Hayes; Walser, 2022).

Para a compreensão desse padrão de comportamento, a ACT criou o modelo de psicopatologia baseado em seis processos de inflexibilidade psicológica, os quais são: 1) evitação experiencial, 2) fusão cognitiva, 3) atenção inflexível, 4) apego à conceitualização referente ao eu e aos outros, 5) falta de contato ou clareza com os valores escolhidos, 6) inatividade, impulsividade e evitação persistente. O objetivo aqui é fazer identificação da inflexibilidade psicológica para depois intervir de modo que promova a aumentar a flexibilidade psicológica (Luoma; Hayes; Walser, 2022).

Consequentemente, para alcançar esse objetivo, os autores apontam que é necessário que, no nível de intervenção, os seis processos positivos de flexibilidade psicológica da ACT devem se manifestar nas sessões, na interação entre cliente e terapeuta, estabelecendo uma relação terapêutica saudável. Os seis processos descritos no hexaflex são: 1) aceitação; 2) desfusão cognitiva; 3) atenção flexível presente; 4) eu como contexto; 5) tomada de perspectiva flexível e 6) valores e ações comprometidas.

No primeiro conceito, é enfatizada a importância de experienciar conscientemente eventos privados adquiridos ao longo da história, como sentimentos de ansiedade, sem evitar ou lutar contra eles. A pessoa é encorajada a permitir que esses eventos ocorram sem resistência.

No segundo conceito, desfusão cognitiva, a pessoa é ensinada a observar os pensamentos de forma desapegada, reconhecendo que os pensamentos são apenas eventos mentais e não necessariamente representam a realidade.

No terceiro, a atenção é voltada para o aqui e agora de forma fluida e intencional. Isso possibilita a pessoa a não ficar fusionada, presa aos pensamentos que podem estar relacionados ao passado ou no futuro de modo que a leve a evitar

as oportunidades que podem ser significativas para a sua vida.

No quarto conceito, a *Relational Frame Theory* (RFT), o “eu” é visto como um contexto onde os eventos privados ocorrem, como palavras e pensamentos. O “eu” não se funde ou se identifica totalmente com esses eventos, mas age como um observador consciente.

No quinto conceito, o senso de tomada de perspectiva é destacado como uma expansão da consciência, permitindo que a pessoa perceba o mundo a partir de diferentes pontos de vista, incluindo o eu-aqui-agora e o você-lá-depois. Isso envolve uma maior compreensão das perspectivas dos outros, bem como uma visão ampliada que abrange diferentes tempos e lugares. Essa capacidade de tomar a perspectiva dos outros é essencial para experiências espirituais, empatia, compaixão e autocompaixão.

No sexto conceito, os valores são colocados em foco. São as escolhas que fazemos para direcionar nossas vidas diante das inúmeras possibilidades que o mundo oferece. Em vez de aceitar cegamente os pensamentos, é importante questioná-los e avaliar se estão alinhados com os valores escolhidos. Isso envolve uma observação cuidadosa de como os pensamentos estão impactando a vida e se estão em consonância com os valores pessoais.

Após a identificação e escolha dos valores, é necessário planejamento e organização do ambiente e estabelecimento de objetivos concretos que estejam alinhados com esses valores. Essa ação comprometida baseada nos valores promove uma vida mais significativa e satisfatória, direcionando as ações de acordo com o que é importante para a pessoa.

Esses conceitos, juntamente com os anteriores, formam uma abordagem terapêutica abrangente que busca promover uma maior flexibilidade psicológica e ações alinhadas com os valores pessoais.

A ACT é um modelo que tem seu foco em processos de mudanças que prepara as pessoas, ou seja, ela não é direcionada a protocolos rígidos, mas é uma abordagem flexível. Essa forma de conduzir o processo prepara o indivíduo, se ele concordar, para “[...] experimentar a dor pelo que ela é, aprender com ela e viver melhor fazendo isso” (Luoma; Hayes; Walser, 2022, p. 15) e assim, partir para uma direção escolhida junto ao seu valor pessoal.

De acordo com Black (2023) diante de uma perspectiva clínica, um comportamento deve ser analisado dentro do contexto em que ocorre, pois ele pode

reforçar e moldar variedades de comportamentos.

Dentro de uma percepção contextual funcional, para mudar comportamentos de forma efetiva é preciso modificar os fatores contextuais. Desse modo, é necessário olhar o que a pessoa aprendeu durante os seus processos de linguagem que podem estar contribuindo para a manutenção daquele comportamento (Black, 2023). Ou seja, olhar às respostas de contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais (Assaz; Ferreira, 2021).

O processo de intervenção da ACT foca menos no conteúdo dos eventos privados: a ênfase é na aceitação de todos os eventos psicológicos, e não buscar modificá-los ou evitá-los. Nesse contexto, o foco será nas respostas comportamentais, como elas funcionam para a pessoa quando se trata de valores de vida (Black, 2023).

No que se refere a ansiedade quando é patológica ou não, no contexto da ACT para crianças, ela pode ser considerada patológica quando é identificado que a criança evita praticar algo por medo de sentir a ansiedade, por exemplo, quando a criança experiência preocupação excessivas com seu desempenho, pode não querer participar de atividades as quais ela pode ficar mais expostas, ou quando ela deixa de ir à escola, praticar algum esporte ou atividade por não conseguir lidar com os pensamentos desagradáveis ou emoções diante do período de afastamento das figuras de apego, pais/ responsáveis (Black, 2023).

No processo de investigação proposto por Black (2023) é realizado a conceitualização de caso para identificar áreas específicas, como por exemplo, se a criança já foi diagnosticada previamente com transtorno de ansiedade social ou de separação, o psicólogo poderá fazer perguntas para a criança ou pais, a fim de melhor compreender a história de desenvolvimento e manutenção do problema. Isso norteará como as estratégias poderão ser fornecidas aos pais/responsáveis, professores e demais adultos que possam contribuir no desenvolvimento da criança.

Como já mencionado, o objetivo da intervenção em ACT não é se livrar daquilo que é entendido como uma psicopatologia, mas sim ensinar, ajudar e direcionar o indivíduo para que ele tenha maior flexibilidade psicológica e possa viver de forma mais satisfatória, ainda que experimentando situações desafiadoras e desconfortáveis (Luoma; Hayes; Walser, 2022).

No processo de tratamento ao público infantil e orientação para os pais, o presente trabalho terá como base no modelo de tratamento de crianças adaptado pela psicóloga Tamar D. Black (Black, 2023), a partir do modelo do Hexágono de Hayes

(2006) “ACT Hexaflex” para “ACT Kidflex” que será desenvolvido no próximo tópico.

O TRATAMENTO PARA A ANSIEDADE INFANTIL NA PERSPECTIVA DA ACT

Como foi visto no princípio desta pesquisa, o objetivo é, para além de investigar se há como identificar o transtorno de ansiedade ainda na infância, é também verificar quais são as possibilidades de estratégias de enfrentamento na perspectiva da ACT. Em virtude disso, serão descritas algumas intervenções que poderão ser aplicadas em alguns casos específicos de ansiedade em crianças.

Estudos demonstraram a eficácia da ACT para o público infantil, através dos ensaios randomizados. Essa metanálise foi feita por Fang Ding, em 2020 (apud Black, 2023), na qual foi verificada uma redução significativa da ansiedade e depressão em crianças de até 12 anos (Swain et al, 2015 apud Black, 2023).

A seguir, serão descritos os seis processos centrais que são utilizados para intervir nos processos psicológicos de inflexibilidade do público de 5 a 12 anos: 1) deixe acontecer, 2) deixe ir; 3) escolha o que é importante; 4) faça o que é importante; 5) fique aqui e 6) observe-se.

O primeiro processo (deixe acontecer) se refere à criança permitir que eventos privados indesejados ocorram, sem se livrar deles ou substituí-los. Ao ensinar a criança esse processo, ela pode aprender a fazer o que é importante mesmo que experiencie desconfortos. O segundo (deixe ir) se refere a ter um distanciamento entre a criança e os seus pensamentos para não ficar apegada a eles. O terceiro (escolha o que é importante) se refere a valores, ou seja, ao que importa para criança e em que ela se propõe a trabalhar. Desse modo, é possível encorajá-la a escolher o que é importante para ela, seja no meio familiar, escolar, lazer. O quarto processo (faça o que é importante) se refere a comportamentos que são efetivos e que estão conectados com os valores escolhidos pela criança. No quinto (fique aqui) considera-se importante ensinar a criança a estar em contato direto com suas experiências e desconfortos emocionais, sem rejeitá-los ou diminuí-los. Esse conceito possibilita ensinar a criança a estar consciente do que experiencia diante dos pensamentos ansiosos. E o sexto processo (observe-se) é um exercício que permite que a criança observe e perceba todo o contexto no qual ela está envolvida, bem como, ajudando a estar consciente dos pensamentos e sentimentos.

No tópico anterior foi possível perceber que, através do processo de conceitualização de caso para crianças, proposto por Black (2023), é possível

identificar o problema ou dificuldade no contexto vivenciado pela criança. Ao final desse processo, é possível identificar o que está relacionado à queixa, se há um diagnóstico, quais estratégias de enfrentamento a criança e os pais estão utilizando, bem como, nortear a conduta do terapeuta no tratamento.

Nesse processo, a conceitualização de caso busca informações sobre quando os comportamentos problema começaram, como a criança lida com eles, onde ocorrem com mais frequência e o que acontece antes e depois desses comportamentos. Também analisa se é a primeira vez que a criança enfrenta esse problema, se ela evita fazer algo ou ir a algum lugar devido a disso, e se há algo que ela está perdendo devido à forma como lida com o problema. Além disso, examina por quanto tempo a criança pensa sobre o problema para evitá-lo, se ela percebe que está presa nele e se ela identifica se suas estratégias estão ajudando a resolver o problema.

A partir da conceitualização de caso, o terapeuta poderá saber qual a função ou propósito do comportamento da criança e dos pais, bem como será possível verificar se o comportamento dos pais está promovendo o comportamento evitativo do filho. Com isso, será mais fácil escolher quais estratégias de enfrentamento serão utilizadas, quais conceitos serão ensinados a partir do modelo ACT Kidflex, objetivando que a criança possa obter as habilidades necessárias para alcançar a flexibilidade psicológica.

Quanto ao modelo de atendimento, Black (2023) cita que pode ser feito de duas formas: 1) quando a criança consegue engajar-se nas sessões de terapia na ausência dos pais, mesmo diante do problema e dificuldade por que foi direcionada a estar ali. 2) quando a criança não consegue se engajar nas sessões de terapia devido à dificuldade de vinculação com o terapeuta, diante dos pensamentos e emoções difíceis relacionados à ansiedade de separação. Desse modo, os pais podem passar pelo processo de terapia ocupando o lugar físico do filho, para aprenderem a usar a ACT em si mesmos e depois ensinar as estratégias para o filho em casa. Em ambos os casos, a conceitualização e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo terapeuta serão com base na ACT Kidflex, para alcançar *“Eu sou flexível”*.

No que se refere à orientação dos pais, Siegel e Bryson (2015), em seu livro *“O cérebro da criança”* sinalizam a relevância dos pais e cuidadores serem esclarecidos sobre informações básicas a respeito do cérebro do seu filho. Para os autores, o cérebro é quem determina quem somos e o que fazemos. Contudo, o cérebro é

moldado pelas experiências que os pais oferecem aos seus filhos.

Black (2023) relata que é recomendado que o terapeuta apresente a ACT para a criança e seus pais desde a primeira sessão, e fale sobre a participação da criança nas sessões, bem como explique que os exercícios e as atividades propostas devem ser realizados completamente de forma voluntária.

Siegel e Bryson (2015) descrevem que uma das estratégias que se pode proporcionar para que o cérebro de uma criança trabalhe de forma integrada é não tomar decisões por ela. Desse modo, os autores acrescentam que quando a criança tem essa autonomia, aumenta-se a chance de os responsáveis pela criança ajudá-la a pensar em comportamentos mais adequados e suas possíveis consequências, bem como refletir sobre o que o outro sente e quer.

Na primeira condução do atendimento feito diretamente com a criança, a conceitualização pode ser feita através de metáforas, exercícios e atividades, para que a criança consiga imaginar os cenários diante das suas dificuldades. Além disso, também é possível ajudá-la na conscientização de que nada que usou até aquele momento a aproximou do que é importante para ela. Caso ela não consiga se conscientizar de que nada funcionou para tentar ter o controle, o psicólogo pode fazer uso da desesperança criativa (Black, 2023).

A desesperança criativa é uma técnica terapêutica que envolve o terapeuta ajudar o cliente a observar e avaliar se suas estratégias mentais de controle estão funcionando ou não diante de eventos aversivos. O objetivo é confrontar o controle experiencial na mente do cliente com a experiência real, para que ele possa abandonar as estratégias que não estão sendo eficazes na redução da ansiedade. O terapeuta não tenta convencer o cliente, nem ir além do que está disposto, mas sim auxiliá-lo na avaliação de suas próprias experiências e soluções (Luoma; Hayes; Walser, 2022).

Tendo a desesperança criativa em vista, pode-se imaginar o cenário de uma criança que se sente ansiosa, se preocupa em chegar atrasada em algum lugar, tem muitas expectativas relacionadas ao seu desempenho escolar ou com outra atividade, é muito autocrítica e tem muito medo de cometer erros. Nesse contexto, como estratégia de enfrentamento, o comportamento é de se isolar da família e de todos. Porém, os possíveis efeitos sentidos por ela podem ser de tristeza e preocupação, o que pode deixá-la se sentir pior (Black, 2023). Saban-Bernauer (2023) explica que o motivo desse comportamento de esquiva – a se isolar – tem a ver com respostas que

foram reforçadas em situações semelhantes no passado.

Uma das formas que BLACK (2023) descreve em seu livro “ACT para o tratamento de crianças” é que o terapeuta, nesse caso, poderia ajudar a criança convidando a imaginar que está assistindo um filme sobre sua vida. Se ela concordar, o terapeuta poderia pedir que ela imagine que irá no cinema assistir ao filme da vida dela. O interessante é que esse exercício a possibilitaria se auto observar em vários contextos, como por exemplo escola, casa, contexto familiar, com amigos, etc.

O terapeuta, ao final da dinâmica dos exercícios, poderia fazer perguntas sobre o filme e possibilitar à criança fazer a separação dela com a pessoa que está no filme, e, ao mesmo tempo, proporcionar reflexão sobre o seu comportamento de esquivo. Desse modo desenvolverá a habilidade de se auto observar no contexto, deixar acontecer, ficar no momento presente para experienciar os pensamentos e sentimentos, escolher o que é importante e fazer o que é importante, dessa forma alcançando o objetivo da ACT Kidflex: “*Eu sou flexível*”.

Entende-se que esse exercício pode proporcionar à criança o que Siegel e Bryson (2015) descreveriam como experiência que pode fazer uma “reprogramação” do cérebro. Ou seja, pode-se compreender como sendo uma das possibilidades da criança ressignificar sua forma de enfrentar sua experiência dolorosa de forma mais saudável

Quanto às perguntas feitas durante esse processo, Saban-Bernauer (2023) descreve que são necessárias, porque através delas é possível buscar o tipo de relação: relações de coordenação, relações espaciais e temporais, relações de perspectiva que evocam certos comportamentos. No primeiro tipo de relação, a pergunta tem a função de proporcionar ao indivíduo à probabilidade futura de ser capaz de responder às perguntas “o que é isso?”, “o que aconteceu”, “como é isso?”, “como e quando você fica assim?”, ainda que no momento presente o indivíduo não tenha condições de respondê-las (Saban-Bernauer, 2023, p.73). Já nas relações espaciais e temporais, as memórias são evocadas através de perguntas tais como “quando isto aconteceu?”, “onde isto acontece?”, “com quem você estava?” (Saban-Bernauer, 2023, p.73).

Depois de acessadas as emoções, as relações de perspectiva dispõem de perguntas como “como foi para você?”, “como é para você me contar isso agora? “, “se você estivesse lá, o que você faria/ como seria para você?” (Saban-Bernauer, 2023, p.74)

Quanto à perspectiva em relação ao tempo futuro, a pergunta poderia ser “quando passar por isso novamente, como será para você?”. Essas perguntas de relação de perspectiva e temporais podem ser utilizadas para explorar as emoções, que podem evocar perspectivas de autocompaixão e aceitação.

Desse modo, fazer perguntas quando o comportamento aparece é aconselhável pois, assim como visto no exercício explicado acima, é uma das formas de evocar memórias que aconteceram em determinadas situações, bem como as características tanto do comportamento quanto do contexto.

Black (2023) aponta que, no processo terapêutico, o terapeuta deve explicar para a criança que a ACT serve para ajudá-la com seus problemas e dificuldades, o que significa ajudá-la a aceitar os pensamentos e sentimentos difíceis como eles são, sem querer mudá-los. Nesse processo, a criança pode aprender a identificar o que realmente é importante, bem como, a se relacionar com os pensamentos e sentimentos difíceis diante das situações vivenciada, ao mesmo tempo em que se dedica ao que considera relevante. O terapeuta poderá reforçar as falas, os assuntos e as ações do cliente de acordo com o comportamento desejado pelo cliente para modificar as variáveis do seu contexto (Saban-Bernauer, 2023).

Quanto aos pais, são feitas as orientações no início do processo terapêutico, na primeira sessão. No final de cada sessão, pode ser separado um tempo para dar feedback ao responsável pela criança sobre os exercícios aplicados na sessão e as tarefas dadas para casa, nas quais os pais devem auxiliar no engajamento e encorajar a criança a praticá-las (Black, 2023).

Em alguns casos, a criança tem dificuldade de vincular-se com o terapeuta e, conseqüentemente, participar das sessões. Às vezes, isso ocorre mesmo após várias tentativas – cheias de criatividade – por parte do terapeuta para convidá-la a juntar-se a ele e participar da sessão. No entanto, é preciso compreender que algumas crianças não vão querer participar das sessões, independente do que o terapeuta se propõe a fazer. Neste caso, tanto o terapeuta quanto os pais devem se permitir experienciar os processos da ACT Kidflex, diante dos pensamentos e emoções difíceis que podem surgir devido à criança não querer participar da sessão Black (2023).

Nesse processo, os pais podem se sentir culpados, ansiosos e preocupados com o julgamento do terapeuta pelo filho ter recusado a participar da sessão. Contudo, o psicólogo deve tranquilizá-los dizendo que não é culpa de nenhuma das partes, e que há casos que a criança acha que não precisa de ajuda devido às dificuldades que

ela tem de se relacionar com as emoções difíceis que sente.

Nessa questão Siegel e Bryson (2015) irão dizer que há várias experiências que podem afetar a forma como o cérebro se desenvolve, ou seja, nesse caso não foi ensinado a desenvolver recursos mentais diante das experiências difíceis. Nesse caso, o medo já está instaurado nessa criança a ponto de não conseguir participar sozinha da sessão. Dessa forma, é preciso ajudar a criança a desarmar as emoções assustadoras e traumáticas que ela experimenta.

Concomitantemente, Black (2023) relata que o psicólogo pode apresentar a ACT aos pais e explicar como será feito o trabalho através deles, os exercícios e as diferentes estratégias de enfrentamento que poderão ensinar à criança sobre como lidar com as emoções e pensamentos desagradáveis quando diante da ansiedade sentida.

Para Black (2023), a questão particular não é o problema, por exemplo, a ansiedade manifesta na criança. O que será examinado é o custo das estratégias utilizadas pela criança e os impactos que essa estratégia tem sobre a criança. Para melhor entendimento, serão citados alguns comportamentos que foram identificados por Black (2023) na clínica, ao atender uma criança, que será chamada, neste trabalho, de A. O caso era de uma criança com 5 anos de idade, que experienciava ansiedade de separação todos os dias, em vários ambientes, como escola, estando com babá, amigos etc.

CASO DE A

No atendimento, a psicóloga identificou que os pais, sem intenção, reforçavam o comportamento evitativo de A. de não querer ir à escola. Por exemplo: o pai reforçava o comportamento quando chamava a criança de “bebê”, e a convidava para estar no colo; a mãe organizava a mochila da escola; no caminho para a escola, a filha começava a chorar e a mãe ficava dando volta de carro; a mãe entrava com a filha na escola até que ela se sentisse confortável. Percebe-se que esses comportamentos dos pais, apesar de carregarem a intenção de ajudar a diminuir o sofrimento da criança, estavam reforçando padrões de comportamento inadequados, além de não estarem contribuindo para a autonomia e melhora do quadro de ansiedade, pois a criança continuava se mostrando resistente para entrar na sala e se vincular com os amigos.

Siegel e Bryson (2015) trazem uma forma de compreender como o cérebro da

criança está dividido. Desse modo, didaticamente, apresenta que o cérebro está dividido em duas partes: a parte de cima e a parte de baixo. A parte de cima, de forma resumida, está relacionada à “escolha consciente”, que represente a habilidade da criança de ser capaz de tomar boas decisões para agir. A parte de baixo refere-se às emoções sentidas pela criança, como alegria, amor, tristeza, raiva, medo, entre outras.

De acordo com as características identificadas em A. pela psicóloga, pode-se observar que A. estava emitindo comportamentos que sinalizavam que ela estava usando a parte de baixo do cérebro. Os pais, por não compreenderem questões relacionadas a isso, acabavam por reforçar justamente os comportamentos que gostariam de diminuir de frequência ou cessar. A. tinha uma forma de lidar com a ansiedade de separação que trazia consequência de perder a oportunidade de aprender e se divertir com os amigos, além de correr o risco de não conseguir ir para o ensino fundamental, que era uma grande preocupação para os pais.

A psicóloga identificou que as estratégias utilizadas pelos pais da criança só a encorajavam a se esquivar, ou seja, tentar se livrar dos sentimentos de ansiedade. Essa estratégia, além de não contribuir para que A. fosse independente e autoconfiante, também não era condizente com o que a ACT propunha.

Após a conceitualização, Black (2023) observou que a prioridade era introduzir, primeiramente, a ideia de “deixe acontecer” e “deixe ir” usando o exercício da garrafa com glitter. Neste exercício, os pais de A. aprenderam a olhar para a garrafa com glitter e notar os pensamentos e sentimentos, sem querer tentar se livrar deles (deixar acontecer). Com essa prática, os pais poderiam ensinar a filha a utilizar quando estivesse se sentindo sobrecarregada e ansiosa quando chegasse à escola e tivesse que se juntar aos amigos.

Nesse exercício, entende-se que a proposta da ACT é ajudar a mãe a proporcionar à filha a habilidade de ser mais flexível. Desse modo, Siegel e Bryson (2015) dirão que essa estratégia auxiliará a filha a fazer a escolha certa, usar o cérebro de forma integrada, tomando decisões mais assertivas, mesmo sentindo emoções desagradáveis.

Após os pais terem experienciado o “deixe ir”, receberão recomendações de que deveriam encorajar sua filha a deixar seus pensamentos de medo acontecerem. Desse modo, ao contrário do que A. fazia antes ao chegar à escola (sentava sozinha), ela poderia aprender a se juntar aos amigos mesmo experimentando sentimentos de

estar assustada ou preocupada. Ou seja, fazer o que era importante, e assim aprenderia a juntar-se a eles cada vez mais rápido (Black, 2023).

Os pais também poderiam utilizar o quadro de recompensas, que é uma das formas de reforçamento. Inicialmente, no modelo da ACT, pode ser ensinado aos pais para reforçar positivamente o comportamento de A. de entrar na escola e se juntar aos amigos, e isso poderia aumentar a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer (Black, 2023).

Esse modelo clínico terapêutico possibilita aos pais a serem os primeiros a experimentar e depois ensinar aos filhos, dessa forma a probabilidade de a intervenção ser mais efetiva pode ser aumentada. O resultado desse processo foi que os pais aprenderam a notar os pensamentos e apenas “deixar acontecer e deixar ir” e, assim, praticar em voz alta em casa com eles mesmos e depois ensinar a filha de forma natural. Por exemplo, o pai tinha que fazer uma apresentação no seu trabalho, a qual era muito importante para ele, porém ele ficava muito nervoso por ter que falar em público. Então, em voz alta, ele poderia dizer “estou notando que estou preocupado em falar diante de um grande grupo, mas vou fazer essa apresentação mesmo assim, porque ensinar a equipe no trabalho é muito relevante para mim” (Black, 2023, p. 211). Enfim, Black (2023) traz que os processos da ACT Kidflex são flexíveis, pois podem ser aplicados e ensinados tanto diretamente com a criança, ou com os pais, quando há dificuldade de vinculação e foram esgotadas todas as possibilidades propostas pelo terapeuta. Entretanto, em ambos os casos de atendimento, como visto, há possibilidades de integração do cérebro e consequentemente a modificação de comportamento inadequados.

Observou-se que na proposta de tratamento no modelo da ACT, tanto o terapeuta quanto os pais/cuidadores podem, através de exercícios, metáforas e atividades, ensinar as crianças a acessar e exercitar memórias ao recordar vários acontecimentos, emoções, sentimentos, imagens e sensações. Além disso, é possível conseguir exercitar a sua prática emocional para, por si só, se acalmarem e terem o foco e atenção naquilo que é importante para elas. Por fim, a criança é encorajada a vencer a ansiedade aprendendo a regular suas emoções e alcançar a flexibilidade psicológica, bem como a sua independência física, emocional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou a ansiedade infantil e o processo de investigação

e tratamento utilizando a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). A preocupação inicial foi o aumento da incidência de ansiedade infantil sinalizada por Stallard (2010) e descrita por Lhullier e Serra (2018). Esses autores também destacaram que, se o transtorno de ansiedade na infância não receber o tratamento adequado, há uma possibilidade progressiva de agravamento ao longo da vida. Assim como, o DSM-5-TR (APA, 2023) traz a compreensão de que se o transtorno desenvolvido na infância não for tratado, tende a persistir para as próximas fases do desenvolvimento. Teles (2020) acrescentou a problemática de que é preciso diferenciar o medo normal do patológico. A partir dessas informações, observou-se que é relevante a identificação precoce da psicopatologia e as possibilidades de estratégias e intervenções no contexto infantil na perspectiva da ACT.

O estudo foi considerado relevante devido à alta prevalência de sofrimento psíquico em crianças e adolescentes com transtorno de ansiedade. É importante reconhecer que as lacunas na pesquisa podem fazer com que os pais, responsáveis e profissionais de saúde e educação subestimem e não deem o devido tratamento aos sintomas ansiosos patológicos que ocorrem na infância.

O objetivo geral do estudo foi investigar se o transtorno de ansiedade na infância pode ser identificado e tratado antes que progrida para as próximas fases de desenvolvimento, evitando consequências emocionais e sociais prejudiciais para o indivíduo. Assaz e Ferreira (2021) descrevem que na literatura não há um consenso na definição do que é considerado um medo normal ou patológico. Na perspectiva da ACT, há possibilidades de identificação, intervenção e operacionalização da ansiedade por meio do processo das relações funcionais no contexto em que a criança está inserida.

A ACT, como relatado por Assaz e Ferreira (2021), considera a ansiedade como um padrão de respostas do indivíduo que deve ser compreendido a partir de suas relações funcionais com o ambiente e outras respostas.

Foi percebido, no entanto que os princípios básicos no modelo da ACT para o público adulto esclarecidos por Luoma, Hayes e Walser (2022) e para o público infantil Black (2023) não se diferem na definição em si, portanto, se faz necessário torná-los mais acessíveis e adequados ao público infantil, utilizando uma abordagem lúdica e interativa, visando alcançar a flexibilidade psicológica.

No início da pesquisa, levantou-se a seguinte hipótese: se o transtorno de ansiedade infantil for identificado e tratado na fase da infância, então, será possível

proporcionar à criança as estratégias de enfrentamento, e aos pais a orientação e psicoeducação da dinâmica do contexto que envolve a ansiedade e suas variáveis. Essa hipótese foi confirmada, pois, isso ficou claro nas demonstrações dos modelos de atendimentos oferecido na clínica por Black (2023). A partir do discorrer da pesquisa foi possível verificar que existe essa probabilidade de intervir e proporcionar a criança e aos pais/cuidadores estratégias de enfrentamento e orientações.

Considerando que o problema da pesquisa era se o transtorno de ansiedade na infância poderia ser identificado e tratado antes de evoluir para as próximas fases do desenvolvimento, acarretando prejuízos emocionais e sociais para o indivíduo, pode-se chegar à seguinte resposta: no modelo da Terapia de Aceitação e Compromisso, é possível investigar e tratar a ansiedade no público infantil na clínica antes que evolua para as próximas fases do desenvolvimento, porém, não com o foco somente nos sintomas mas em toda a relação que o indivíduo estabelece com o seu meio.

Além disso, há possibilidades de intervir, orientar e psicoeducar tanto a criança como os pais no processo terapêutico, de forma que todo o processo de enfrentamento pode ser aprendido e isso contribui para que novas respostas possam ser generalizadas para outros contextos.

Essa pesquisa tem suas limitações, pois, o objetivo não foi esgotar possibilidades que existem para intervir no processo de ansiedade infantil na perspectiva da ACT. Entende-se que o modelo é flexível, e pode ser adaptado para cada caso específico. Além disso, observou-se que ainda há poucos estudos sobre intervenções para o público Infantil na perspectiva da ACT, demonstrando, portanto, a importância de que mais estudos e pesquisas sejam desenvolvido nessa área.

Entretanto, a partir dessa pesquisa e os estudos já existentes citados, visa-se contribuir para práticas onde os pais/responsáveis e profissionais da saúde e da educação possam ter orientação para que não tenham um posicionamento de subestimar e subtratar os sintomas ansiosos patológicos que se manifestam na infância, mas sim compreender quais são as funções dos comportamentos e necessidades da criança, a fim de que ela tenha um desenvolvimento emocional, físico e social sadio.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR** ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ASSAZ, Daniel Afonso; FERREIRA, Amanda Raña. A ansiedade: análise contextual de dois casos clínicos. In: OSHIRO, C. K. B; FERREIRA, T. A. S. **Terapias Contextuais Comportamentais: análise funcional e prática clínica**. 1. ed. Santana do Parnaíba [SP]: 2021, p. 132- 147.

ASSIS, S.G. de; XIMENES, L. F.; AVANCI, J. Q.; PESCE, Renata Pires. **Ansiedade em crianças: um olhar sobre transtornos de ansiedade e violências na infância**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.88 p.

ALVAREZ, M. **La terapia de conducta de tercera generación**. EduPsykhé, 5(2) 2006,159-72. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Perez-Alvarez-Marino/publication/277275497_La_terapia_de_conducta_de_tercera_generacion/links/557578e808ae7521586ab0c6/La-terapia-de-conducta-de-tercera-generacion.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BANACO, R. A; ZAMIGNANI, D. R.; MEYER, S. B. **Função do comportamento e do DSM: Terapeutas analítico-comportamentais discutem a psicopatologia. Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas** 2010, 175-191.

BLACK, Tamar D. **ACT para o tratamento de crianças: o guia essencial para a terapia de aceitação e compromisso na infância**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2023.

BRAGA, Gasparina Louredo de Bessa; VANDENBERGHE, Luc. **Abrangência e função da relação terapêutica na terapia comportamental**. Estudos de Psicologia, Campinas, 23(3), 2006, 307-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Xnk5fdRPkRNGGBWGwQSGjTK/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 out. 2023.

HAYES, Steven C. Terapia de Aceitação e Compromisso, Teoria do Quadro Relacional e a Terceira Onda de Terapias Comportamentais e Cognitivas. **Terapia Comportamental**, 2004, 35,639-665. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(04\)80013-3](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(04)80013-3). Acesso em: 20 out. 2023.

HAYES, S.C.; Masuda, A.; Bissett, R.; Luoma, J.; Guerrero, L.F. DBT, FAR and ACT: How empirically oriented are the new behavior therapy technologies? **Behavior Therapy**, 2004, 35, p. 35-54. Pdf. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222560834_DBT_FAP_and_ACT_How_empirically_oriented_are_the_new_behavior_therapy_technologies. Acesso em: 20 out. 2023.

HAYES, Steven C.; STROSAHL, Kirk D.; Wilson, Kelly. **Terapia de aceitação e compromisso. O processo e a prática da mudança consciente**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2021, p. 2-4.

HOFMANN, S. G.; HAYES, S. C. O Futuro da Ciência da Intervenção: Terapia Baseada em Processos. **Ciência Psicológica Clínica**, 7 (1), 2019, 37-50. <https://doi.org/10.1177/2167702618772296>. Acesso em: 20 out. 2023.

HÜBNER, M. M. C; MOREIRA M. B. **Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

LHULLIER, Raquel Barbosa; SERRA, Giacobbo Serra. Transtorno de Ansiedade. In: In: TISSER, Luciana e cols. **Transtornos psicológicos na infância e na adolescência**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2018. cap 7, p. 127- 168

LUOMA, Jason B.; HAYES, Steven C.; WALSER, Robyn D. Aprendendo ACT: manual de habilidades da terapia de aceitação e compromisso para terapeutas 2 ed. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2022.

MATOS, J. P. A; FERREIRA, T. A. S. A cultura do diagnóstico e a emergência de subjetividades psicopatológicas Acta Comportamental: **Revista Latina de Análises de Comportamento**, vol. 24, núm. 4, 2016, pp. 509-523. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2745/274548797008/html/>. Acesso em: 20 out. 2023.

PETERSEN, Circe Salcides; BUNGE, Eduardo; Mandil, Javier; GOMAR, Martín Terapia cognitivo-comportamental para transtornos de ansiedade. In: PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo & cols. **Terapias Cognitivo-Comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte** – Porto Alegre: Artmed, 2011. cap. 11, p. 232-255.

QUADROS, Marivette Bassetto de. Monografias, dissertações & Cia: caminhos metodológicos e normativas. Santa Cruz do Rio Pardo – SP. Editora Viena, 2006.

SABAN- BERNAUER, Michaela Terena. Considerações técnicas sobre a terapia de aceitação e compromisso. In: Abreu, Paulo R. ABREU, Juliana H. S.S. **Atualizações em terapia comportamental contextual**. Santana do Parnaíba [SP]: Manole, 2023. cap 4, p. 65- 76.

SANTOS, P. L.; GOUVEIA, J. P.; OLIVEIRA, M. da S. **Terapias comportamentais de terceira geração: guia para profissionais / organizado por [et al.]** – Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

SIEGEL, Daniel J. BRYSON, Tina Payne. Título do capítulo. In: _____. **O cérebro da criança**. 1. ed. São Paulo: nVersos, 2015. 23 e 101.

TELES, Lídia Nakamura. N Transtornos fóbicos- ansiosos na infância e na adolescência. In: COELHO, B.M.; PEREIRA, J. G.; ASSUNPÇÃO, T. M.; SANTANA JR, G. L. **Psiquiatria da Infância e da Adolescência: guia para iniciantes** 2.ed. revista e ampliada- Novo Hamburgo: Sinopsys, 2020. cap. 17, p. 341-365.

VANDENBERGHE, Luc. Terceira Onda e Terapia Analítico Comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos? **Boletim Contexto**, 34,

2011, p 33-41. Pdf. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nsnc8851>. Acesso em: 20 out. 2023.

A IMPORTÂNCIA DO MASCARAMENTO EM PERDA AUDITIVA UNILATERAL NA AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR E LOGOAUDIOMETRIA

THE IMPORTANCE OF MASKING IN UNILATERAL HEARING LOSS IN TONAL THRESHOLD AUDIOMETRY AND SPEECH TESTS

Ana Paula Pavanini Navas¹

Karla Pereira de Paula²

Adrieli Dimov Xavier Alves³

RESUMO

O presente trabalho, tomando como base os exames de audiometria tonal limiar e testes logoaudiométricos, procurou demonstrar a importância do uso adequado do mascaramento em perdas auditivas unilaterais, quando a atenuação interaural entre os limiares de ambas orelhas assim demandar. A assertividade do mascaramento é, de tal maneira importante, pois poderá definir, a uma só vez, tipo, grau e configuração de perda auditiva, tornando-se fator fundamental para fornecimento do correto diagnóstico. Ademais, demonstrou-se, em minúcias, quando o mascaramento é necessário, tanto na pesquisa dos limiares de via aérea e via óssea, quanto nos testes de fala, sejam eles o SRT (Speech reception threshold) ou LRF (limiar de reconhecimento de fala), IPRF (índice percentual de reconhecimento de fala) ou LDF (limiar de detecção de fala). Foram explanadas, também, as duas práticas mais difundidas na prática clínica brasileira para introduzir o ruído mascarante em cada frequência ou testes de fala, sendo elas a Técnica de Hood ou Técnica do Platô, e a Técnica de Atenuação Interaural ou Técnica de Nível de Sensação. Por fim, demonstrou-se como deve ser emitido o parecer audiológico, diante das normativas do Guia de Orientação na Avaliação Audiológica, volume I, do ano de 2023, no caso de perdas auditivas em que as médias tritonal ou quadritonal não alcancem o valor de corte para laudar tipo, grau e configuração de perda.

Palavras-chave: Perda Auditiva. Unilateral. Mascaramento. Atenuação Interaural.

ABSTRACT

The presente work, based on tonal threshold audiometry and speech tests, demonstrates the importance of the appropriate use of masking in unilateral hearing losses, when the interaural attenuation between the thresholds of both ears require it. The assertiveness of masking is very importante, as it can define, at once, the type, degree and configuration of hearing loss, becoming a fundamental fator in providing the correct diagnosis. Furthermore, it has been demonstrated, in detail, when masking is necessary, both in the research of air and bone conduction thresholds, and in speech tests, like SRT (Speech reception threshold) or LRF (Speech recognition threshold), IPRF (Speech recognition percentage index) or LDF (Speech detection threshold). The two most widespread practices in Brazilian clinical practice to introduce masking noise at each Frequency or speech tests were also explained, namely the Hood Technique or Plateau Technique, and the Interaural Attenuation Technique or Sensation Level Technique. Finally, it as demonstrated how the audiological report should be issued, in light of the regulations of the Audiological Assessment

¹ Graduanda em Fonoaudiologia pelo Centro Universitário Ingá/UNINGÁ (anapaula.pavanini@gmail.com).

² Fonoaudióloga e coordenadora do curso de fonoaudiologia da Unifatecie.

³ Fonoaudióloga e Pedagoga pelo Centro Universitário Ingá - Uningá. Esp. Docência do Ensino Superior. Docente do curso de Fonoaudiologia Presencial e docente no Centro Universitário Ingá - Uningá.

Guidance Guide, volume I, of the year 2023, in the case of hearing losses in which the tritonal or quadritonal averages do not reach the cut-off value to report type, degree and configuration of loss.

Keyword: Hearing Loss. Unilateral. Masking. Interaural Attenuation.

INTRODUÇÃO

A audição, como um dos sentidos de que é dotado o ser humano, é fundamental para aquisição de comunicação oral (Azevedo, 2016), desempenhando papel importante na aprendizagem e interações sociais. Sua privação pode ocasionar graves consequências, trazendo efeitos deletérios para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do indivíduo (Colella-Santos & Lima, 2016).

A perda auditiva, seja ela congênita, adquirida ou decorrente da senescência, pode afetar uma ou ambas as orelhas, sendo, respectivamente, unilateral ou bilateral, dos tipos condutiva, mista ou sensorineural, de diferentes graus e configurações. Sua descrição se dá por meio de parâmetros contidos Guia de Orientação na Avaliação Audiológica, volume 1, do ano de 2023, da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, que trouxe alterações significativas, comparadas às edições publicadas em anos anteriores, a respeito da constatação de perda auditiva em laudos audiológicos.

Para o diagnóstico inicial da perda auditiva, deve-se realizar audiometria tonal limiar e logoaudiometria. Este exame é considerado o padrão-ouro para averiguação de limiares auditivos, como base de toda avaliação audiológica, possibilitando identificar tipo, grau e topodiagnóstico de eventual lesão compatível com perda auditiva (Freire, 2016), por meio da análise de via aérea (VA) e via óssea (VO), e testes de fala como limiar de reconhecimento de fala (LRF), limiar de detecção de voz (LDV) e índice percentual de reconhecimento de fala (IPRF).

No caso da perda auditiva unilateral, na avaliação da VA, em havendo diferença de limiares de mesma frequência de uma orelha para outra de 40 dB, seja de VA para VA, quanto de VA para VO (Studebaker, 1979 *apud* Almeida, Russo & Momensohn-Santos, 2001), faz-se necessário o uso do mascaramento, devido ao valor adotado para atenuação interaural, sob pena da obtenção de limiares incorretos. Já para a VO, a atenuação é considerada essencialmente zero, e o ruído mascarante será utilizado toda vez que for constatado *gap* (diferencial) aéreo-ósseo

de 15 dB na mesma frequência analisada (Alvarenga & Corteletti, 2006). Para a logaudiometria, nos testes de SRT (Speech reception threshold) ou LRF (Limiar de reconhecimento de fala) e IPRF (Índice percentual e reconhecimento de fala) o valor da atenuação interaural aplicado para fins de mascaramento é de 45 dB, conforme Goldstein & Newman (1994) *apud* Almeida, Russo e Momensohn-Santos (2001).

O mascaramento consiste em introduzir um ruído mascarante na orelha oposta à testada, ou seja, na orelha contralateral, baixando temporariamente seu limiar, para evitar a audição cruzada, possibilitando a obtenção dos limiares reais separadamente (Fernandes & Russo, 2009). Este é procedimento que vai possibilitar o diagnóstico mais fidedigno possível com a condição clínica do paciente, dando condições de dar início a uma intervenção efetiva e eficaz contra os efeitos da perda auditiva.

Dado o exposto, no desenvolvimento do presente trabalho, discorrer-se-á sobre a caracterização da perda auditiva unilateral, valores de atenuação interaural que necessariamente impliquem em mascaramento para obtenção dos limiares reais do paciente, ou seja, quando mascarar, bem como as técnicas mais difundidas na prática clínica nacional para o procedimento, diante da importância da utilização do ruído mascarante para obtenção do diagnóstico correto de tipo, grau e configuração de perda auditiva unilateral. E, por fim, discorrer-se-á sobre a maneira de referenciar a perda unilateral no parecer audiológico, para que seja decidido o tratamento mais adequado para cada caso.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o trabalho foi a revisão bibliográfica do tipo narrativa, através das plataformas de busca *online* “SciELO” e “Google Scholar”, utilizando-se os seguintes descritores: “mascaramento”, “perda auditiva unilateral”, “atenuação interaural”, “via aérea”; “via óssea” e “logaudiometria”. Na busca realizada, localizaram-se poucos artigos científicos dentro do período de 10 anos com o descritor “mascaramento” ou seu similar nos idiomas inglês e espanhol, os quais, em seu conjunto, seriam insuficientes para narrar o assunto. Assim, recorreu-se a duas obras que, não obstante datem do início dos anos 2000, não poderiam ficar de fora, por serem referência do assunto no âmbito nacional.

A pesquisa dos artigos científicos foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2024 nas plataformas acima mencionadas, nos idiomas português,

inglês e espanhol, com publicação dentre os anos de 2013 a 2023. Foram consultados diversos artigos do Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia, com publicação no ano de 2016.

Ressalte-se que não foram muitos os artigos encontrados sobre a temática proposta, conforme já dito, talvez, por tratarem de assuntos que, até o presente momento, não tiveram mudança significativa em alguns parâmetros, e cujas orientações continuam sendo utilizadas até hoje na prática clínica, como valores de atenuação interaural, a intensidade e forma do uso do ruído mascarante e tipo de transdutor utilizado. Isso justifica, inclusive, o tema ora em estudo, a fim de renovar estudos sobre esses tópicos da audiológica, tão temidos na prática clínica, porém de papel fundamental para o diagnóstico.

Quanto aos livros, são eles objeto de estudo para compor o presente trabalho desde novembro de 2023, sendo eles “A aplicação do mascaramento em audiológica”, de Almeida, Russo e Momensohn-Santos (2001) e “O mascaramento na avaliação audiológica: um guia prático”, de Alvarenga e Corteletti (2006). Tais livros não foram reeditados. Nem por isso sugere-se que estejam desatualizados, sendo, os mesmos, base para ensino do mascaramento nas faculdades de fonoaudiologia, inclusive na Uningá, além de nortear a prática clínica dos audiólogos para o mascaramento, conforme já apontado no parágrafo anterior, seja utilizando-se da técnica de Hood (técnica de platô), para aqueles que seguem a doutrina de Almeida, Russo e Momensohn, seja utilizando-se da técnica de atenuação interaural (técnica de nível de sensação), para os adeptos da doutrina de Alvarenga e Corteletti, para ficar, apenas, nas duas técnicas mais difundidas e utilizadas atualmente.

Quanto à leitura do material, todos os artigos selecionados foram lidos na íntegra, a fim de que se pudesse extrair, de cada um deles, conteúdo pertinente para contribuir com o presente estudo, bem como os livros, também lidos e minuciosamente analisados e interpretados, para que se pudesse discorrer aqui, de maneira assertiva e com linguagem e compreensão acessíveis, sem descuidar da tecnicidade que o assunto reserva.

DESENVOLVIMENTO

O sistema auditivo pode ser dividido em duas partes: sistema auditivo periférico e sistema auditivo central, interligados entre si. O sistema auditivo periférico compreende a orelha externa, média e interna, além do nervo

vestibulococlear, e sua função é de captação e transmissão da onda sonora mecânica, com posterior transdução para onda elétrica, possibilitando o processamento na cóclea e porção coclear do nervo vestibulococlear (Albuquerque & Brocchi, 2023). O sistema auditivo central, por sua vez, é responsável pelo processamento simultâneo de diferentes sinais acústicos, decodificando-os, desde o nervo auditivo até o córtex (Frota, 2016).

A perda auditiva, portanto, pode ser decorrente do problemas em quaisquer um dos dois sistemas, e classifica-se em: a) condutiva quando os limiares de via óssea encontrados forem menores ou iguais a 15 dB NA e os limiares de via aérea se encontrarem maiores que 25 dB NA, com diferencial aéreo-ósseo igual ou maior que 15 dB; neurossensorial ou sensorioneural quando os limiares de via óssea encontrados forem maiores que 15 dB NA, e os de via aérea maiores que 25 dB NA, com via óssea acoplada ou *gap* máximo de 10 dB; e mista, quando os limiares de via óssea forem maiores que 15 dB NA, os de via aérea maiores que 25 dB NA, somado à existência de *gap* igual ou maior do que 15 dB, conforme Silman e Silverman, 1997 (Sistema de Conselhos, 2023).

Quando condutiva, tem-se um obstáculo ou alteração na condução do som por meio do meato acústico, podendo se dar por barreira física que impede sua propagação na intensidade em que foi emitido, como, por exemplo, no caso de otite média crônica supurativa, na qual é possível encontrar fluidos na orelha média, perfuração timpânica, alteração na mobilidade dos ossículos da orelha média ou má-formação da orelha externa, entre outros. Sendo sensorioneural, haverá alteração na cóclea e lesão nas células ciliadas. Já a perda mista, por sua vez, engloba problemas na condução do som e lesão coclear. (Silva *et al.*, 2023)

A perda auditiva pode ser bilateral ou unilateral. Em ambas é possível encontrar os três tipos acima mencionados. O presente estudo se restringirá à perda auditiva unilateral, pois, não obstante indivíduos com perda de audição em apenas uma das orelhas possuam audição suficiente para se comunicar, eles se deparam com dificuldade para localização sonora e dificuldade de entendimento de fala no ruído, problema esse que atinge cerca de 9% da população e é menos relacionada ao envelhecimento do que a perda sensorioneural bilateral (Silva *et al.*, 2023).

O diagnóstico da perda auditiva unilateral, no entanto, pode ser desafiador, mediante à necessidade eventual de utilizar o mascaramento, o que já pode, inclusive, ser inferido na anamnese do paciente. Nessa etapa, pode-se vislumbrar

qual componente será encontrado na audiometria tonal antes de mesmo de sua realização, o que já vai ajudar a nortear o profissional para a forma mais efetiva de mascaramento, a fim de apontar o topodiagnóstico da lesão, posto que, é na anamnese que se obtém informações sobre o histórico médico e audiológico do paciente, saúde geral, uso de medicamentos e exposição à ruídos devido à ocupação e ocorrência de trauma acústicos, entre outras questões (Mendes, Branco-Barreiro & Frota, 2017).

Relembrando o conceito de mascaramento, pode ele ser definido como um som competitivo, mais especificamente um ruído, emitido simultaneamente a um som principal, seja um tom puro, no caso da audiometria tonal liminar, ou palavras e sílabas, no caso dos testes logaudiométricos, provocando uma dificuldade total ou parcial da mensagem principal. (Menezes & Menezes, 2015). Para os exames em estudo, o mascaramento será sempre contralateral à orelha boa.

Conforme já exposto, nem toda perda auditiva unilateral é passível do uso de mascaramento, sendo necessário analisar os audiogramas de ambas as orelhas e avaliar a necessidade de uso e a intensidade do ruído a ser emitido pelo audiômetro.

No audiograma, a perda unilateral passível de mascaramento será caracterizada nas seguintes hipóteses: 1) Condutiva, quando todos os limiares de via aérea de uma das orelhas encontrar-se dentro dos parâmetros de normalidade, ou seja, até 25 dB, e todos os limiares de via óssea testados não forem maior que 15 dB, e tampouco tenham mais que 10 dB de *gap*, e a outra orelha apresentar pelo menos dois limiares testados em via aérea maior que 25 dB e o *pitch* correspondente da via óssea estiver até 15 dB e com *gap* maior que 10 dB. O diferencial em apenas uma frequência não é suficiente para caracterizar uma perda com componente condutivo, especialmente nas frequências mais agudas, nas quais o *gap* pode se dever a colapso do meato acústico, ocorrência de ondas estacionárias ou o fenômeno da radiação acústica; 2) Sensorio-neural ou neurosensorial, quando todos os limiares de uma das orelhas estejam dentro dos parâmetros de normalidade, ao passo que os da outra orelha encontre-se com pelo menos uma frequência de VA superior a 35 (considerando atenuação interaural para VA 40 dB e a possibilidade do limiar da orelha não testada ser 0 dB), e vias óssea marcando mais de 15dB, sem *gap* aéreo-ósseo, sendo admitido um diferencial máximo de até 10 dB entre VA e VO na mesma frequência, podendo estar, até

mesmo, ambas acopladas, isto é, no mesmo nível de sensação, ou, no caso de frequência com perda em que não se testa VO, mas que em todas as demais não se notou qualquer componente condutivo, já que esse normalmente se manifesta em mais de uma frequência; 3) Mista, quando uma das orelhas encontrar-se com seus limiares dentro dos parâmetros de normalidade, e a orelha oposta apresentar VA maior que 25 dB, ter pelo menos duas frequências testadas em VO com diferencial maior que 10 dB, e pelo menos uma frequência com VO acoplada ou com diferencial máximo de 10 dB.

Deve-se considerar, no entanto, que audiogramas como os acima citados em sua versão definitiva, ou seja, passíveis de fornecer o correto diagnóstico, não serão obtidos apenas pela marcação única e exclusiva do estímulo teste, já que a apresentação final do gráfico, para diagnóstico da perda auditiva unilateral, dependerá sempre da utilização do ruído mascarante, seja em VA quanto em VO. Não é possível diagnosticar a perda unilateral sem levar em consideração a atenuação interaural, e portanto, sem realizar o mascaramento necessário para obtenção dos reais limiares do paciente, pois há possibilidade da orelha pior representar a curva de audição da orelha com audição dentro dos parâmetros da normalidade, representando uma curva sombra (Alvarenga & Corteletti, 2006).

A atenuação interaural pode ser definida como a redução de energia diante da vibração do crânio perante um estímulo sonoro numa das orelhas, de maneira que as ondas sonoras chegarão com menor intensidade à cóclea da orelha não testada, conforme explicaram Alvarenga e Corteletti, 2006. Para fins do presente trabalho, será considerado o valor igual de 40 dB de atenuação interaural para todas as frequências no teste de VA, que é o mínimo valor encontrado para os transdutores TDH-39, já que os valores são mais altos quando da utilização dos fones de inserção, ER-3A. Inclusive, o uso deste tipo de fone para avaliação de limiares de VA pode não apenas reduzir as possibilidades de mascaramento contralateral, mas até mesmo eliminá-las, já que, diante do pouco contato com a pele e redução da área da cabeça exposta ao estímulo (Lopes, Munhoz & Bozza, 2015).

Para a VO, o valor será essencialmente zero em todas as frequências. O valor obtido em VO, via de regra, é resultado da resposta da melhor cóclea, que responde primeiro, independentemente do lado em que o vibrador esteja posicionado, embora algumas variantes possam influenciar nos valores, como

obesidade, densidade do osso, tamanho da cabeça, que possam causar diferença de nível de sensação, a depender do lado que o vibrador ósseo seja colocado, sendo admitidas mudanças de até 10 dB nas respostas do paciente, conforme explicam Lopes, Munhoz e Bozza, 2015.

Por fim, para o mascaramento na logaudiometria, considerando-se que o estímulo de fala abrange várias faixas de frequência, considera-se valor único de atenuação interaural 45 dB para IPRF e LRF ou SRT (Konkle & Berry, 1983 *apud* Alvarenga & Corteletti, 2006), e de 35 dB para LDV (Limiar de detecção de voz), conforme Yacullo, 1996 *apud* Almeida, Russo e Momensohn-Santos, 2006.

Assim, trazido à lume os números acima, faz-se a clássica pergunta: Quando mascarar na audiometria tonal liminar e logaudiometria?

Para a VA, o mascaramento deve ocorrer sempre que houver diferença de 40 dB ou mais entre duas frequências iguais entre as orelhas, seja essa diferença de VA para VA ou de VA para VO, adotando-se a orientação de Studebacker, 1979, *apud* Almeida, Russo e Momensohn-Santos, 2006. Esse valor é considerado o mínimo dentre todas as frequências testadas. Anota-se, no entanto, apenas a título de conhecimento, que é possível, e também correto, recorrer ao mascaramento de acordo com valores de atenuação interaural por frequência específica, conforme valores propostos por Goldstein & Newman, 1994, *apud* Almeida, Russo e Momensohn-Santos.

Assim, considerando-se essa diferença de intensidade, pode haver audição cruzada, de maneira que a orelha com melhor limiar de VA esteja auxiliando a orelha com perda auditiva a ouvir. Não obstante os estímulos-testes sejam dados separadamente para cada uma das orelhas, o fato de estarem a uma distância muito próxima uma da outra, e da capacidade de transmissão da onda sonora mecânica via vibração do crânio, o estímulo dado na orelha com perda auditiva pode acabar atingindo, mediante vibração, a cóclea da orelha oposta, que pode estar auxiliando na resposta. O coxim do fone TDH-39 e sua superfície de contato com o pavilhão auditivo possibilitam essa vibração. (Lopes, Munhoz & Bozza, 2015).

Para VO, a prática clínica recomenda posicionar o vibrador do lado da melhor orelha. Uma vez emitido o estímulo, conforme já informado, a resposta, via de regra, será da melhor cóclea, devendo sua marcação ser marcada no audiograma juntamente ao melhor lado. Considerando que o presente estudo refere-se à perda unilateral, não há que se falar em *gap* aéreo-ósseo da melhor orelha, e, portanto,

deve-se considerar que marcações de VO acoplados ou, no máximo, 10 dB melhores que as marcações de VA não precisam ser mascaradas (ASHA, 1978 *apud* Almeida, Russo & Momensohn-Santos, 2006). Inclusive, a doutrina entende que, uma vez estando a audição dentro dos parâmetros de normalidade, e sendo esses parâmetros aferidos de acordo com as intensidades encontradas em VA, pode ser dispensada a anotação de VO na melhor orelha, exceto se houver histórico positivo de alteração na orelha média (Alvarenga & Corteletti, 2006).

Continuando, uma vez obtido esse melhor limiar ósseo, anota-se o mesmo juntamente à melhor VA, espelha-se o resultado no pior audiograma, e, notando-se diferencial aéreo-ósseo de 15 dB ou mais entre as mesmas frequências, procede-se ao mascaramento da orelha boa, para impedir que a cóclea dela ajude na resposta da orelha ruim. Essa etapa da audiometria é de fundamental importância para o diagnóstico quanto à existência de componente condutivo, apontando para um eventual problema na orelha externa e/ou média, e dando subsídio classificação da perda auditiva quanto ao tipo: condutiva, sensorineural e mista. (Lopes, Munhoz & Bozza, 2015).

Assim, para impedir a audição da orelha dentro dos parâmetros de normalidade, é necessário baixar temporariamente o limiar auditivo dela, por meio do mascaramento. Uma vez introduzido o ruído mascarante, três possibilidades podem ocorrer com o limiar da orelha com perda auditiva: a) ele se mantém na intensidade inicial, ou seja, aquela obtida sem mascaramento; b) ele aumenta, fazendo a marcação baixar visualmente no audiograma, o que, por muito tempo, gerou pareceres audiológicos com a utilização do termo rebaixamento, quando as perdas se situavam em frequências isoladas; c) excepcionalmente o limiar diminui, devido ao paciente prestar mais atenção ao exame e aos estímulos dados. Em todos esses casos, ainda que não haja modificação de limiar, deve ser utilizada simbologia própria para indicar que foi usado ruído mascarante.

No tocante à logaudiometria, deve-se comparar a intensidade do ruído final apresentado com o melhor limiar ósseo da orelha não testada. Se subtraído o valor de atenuação interaural de 45 dB do valor final, esse ainda tiver intensidade maior que a melhor via óssea da orelha não testada, deve proceder ao mascaramento desse exame, por meio do mascaramento do maior nível de sensação para a fala, coincidente com o melhor limiar ósseo (Alvarenga & Corteletti, 2006).

Agora, após explanações sobre a necessidade de mascarar uma determinada audiometria que aponte perda unilateral da audição, prossegue-se com o questionamento: quanto de mascaramento deve-se utilizar, ou seja, qual a intensidade do ruído mascarante?

Essa é uma questão fundamental, posto que o mascaramento utilizado deve ser efetivo, devendo-se conhecer as noções de mascaramento mínimo e máximo, sem incorrer em supermascaramento, submascaramento, mascaramento insuficiente.

Corteletti e Zucki, 2015, definem assim os termos supracitados: a) supermascaramento – ocorre quando o ruído mascarador apresentado na orelha boa tem intensidade tão forte a ponto de interferir na aferição do real limiar da orelha testada; b) submascaramento – fenômeno que ocorre somente na pesquisa do limiar ósseo, quando o máximo de intensidade de ruído, antes de provocar o supermascaramento, não é percebido pela orelha mascarada; c) mascaramento insuficiente – ocorre quando a intensidade do ruído apresentado não impede a participação da orelha boa na pesquisa dos limiares, podendo ocorrer por limitação da intensidade máximo do ruído permitida pelo audiômetro; d) mascaramento mínimo – menor intensidade de ruído capaz de suprimir a percepção do estímulo-teste pela orelha não testada; e) mascaramento máximo – a mais forte intensidade de ruído mascarante aplicado na orelha não testada e que não provoca alteração no limiar da orelha testada, isto é, não o supermascara.

Considerando que para o presente artigo o mascaramento será utilizado unilateralmente, já que apenas uma das orelhas apresenta perda auditiva, não há que se falar em submascaramento, que pode ocorrer em perdas condutivas ou mista bilaterais com amplo *gap* aéreo-ósseo, tampouco mascaramento insuficiente, posto que ocorre em perdas auditivas bilaterais de graus severo a profundo.

Assim, qual a intensidade de ruído mínima efetiva para aumentar o temporariamente o limiar auditivo da orelha boa, sem causar o supermascaramento?

As técnicas mais utilizadas na prática clínica no Brasil são a técnica de Hood ou técnica do platô e a técnica de atenuação interaural ou nível de sensação. Elas utilizam métodos diferentes, sendo a primeira delas baseada no método psicoacústico, no qual não há uma quantidade padronizada quanto ao nível de mascaramento, a segunda, no método acústico, que se baseia em cálculos e formas

matemáticas para delimitar níveis mínimos e máximos de mascaramento (Almeida, Russo & Momensohn-Santos, 2001).

Conforme explicam Almeida, Russo e Momensohn-Santos (2001, p. 76), na técnica de Hood

Um limiar auditivo questionável que foi obtido sem mascaramento, é confirmado, mascarando-se a ONT com o nível mínimo de mascaramento efetivo. Se a resposta desaparecer, o nível de mascaramento efetivo é aumentando em passos de 10 dB, pesquisando-se novamente o limiar a cada 10 dB de aumento até que um platô de resposta liminar seja alcançado. Será considerado como platô, um nível de intensidade, na qual a resposta do indivíduo não muda, após alterações de pelo menos 20 a 30 dB no ruído mascarante.

As autoras continuam explicando que, na técnica de platô, utilizam-se diferentes níveis de mascaramento, estabelecendo-se o mínimo e o máximo de ruído que pode ser utilizado sem alterar o limiar da orelha testada. Assim, os limiares da via aérea da orelha não testada, quanto pior forem, mais elevarão os níveis de mascaramento mínimo necessário. Por outro lado, melhores limiares de VO na orelha testada influenciam no nível máximo de mascaramento, baixando o valor de mascaramento máximo permitido. Quanto à forma de incremento dos platôs, devem ser feitos em passos de 5 dB para VO e de 10 dB para VA, sendo considerado verdadeiro um limiar quando, após incremento de pelo menos dois platôs após o nível inicial de mascaramento, de 15 dB (Almeida, Russo & Momensohn-Santos, 2001).

Logo, compreende-se que a intensidade mínima de mascaramento na técnica de platô varia conforme o limiar aéreo da orelha não testada e limiar ósseo da orelha testada, devendo-se ter cuidado ao empregá-la para mascaramento de VO, posto que, considerando que, ao estímulo, é sempre a melhor cóclea que responde, o mascaramento de VO deve superar em, pelo menos, 15 dB o limiar ósseo testado, o que pode implicar na necessidade de mais uso de platôs.

Quanto ao método acústico ou técnica do nível de sensação, não obstante haja cálculos que auxiliem a chegar na intensidade do mascaramento, as principais autoras que o descrevem, Alvarenga e Corteletti, 2006, não são adeptas ao uso de fórmulas, posto que, o que se mascara, é o nível de sensação da audição da orelha boa. Assim, para mascaramento de perda auditiva unilateral, consideram as autoras que o nível mínimo de mascaramento efetivo a ser utilizado deverá ser de, pelo menos, 10 dB a maior do que a intensidade que o estímulo-teste vai atingir a orelha

não testada, considerando a atenuação interaural para o tipo de limiar testado. Ou seja, mascara-se o nível de sensação em 10 dB a mais do que a sensação do tom puro na cóclea não testada, raciocínio que pode ser aplicado tanto para VA quanto para VO.

Em relação aos testes logaudiométricos, Alvarenga e Corteletti, 2006, p. 66, explicam que:

O nível de sensação (dBNS) do estímulo de fala da orelha não testada, que deverá ser mascarado, é calculado a partir da comparação entre o nível de intensidade atenuada transmitido por condução óssea para a orelha não testada e o melhor limiar ósseo dessa orelha. Tal limiar corresponde à frequência com maior sensação de fala.

E, mais uma vez, completam as autoras que o nível de sensação do ruído mascarante deve ser, no mínimo, 10 dB superior à sensação do estímulo de fala na cóclea não testada.

Isto posto, e definidos os limiares reais em perda auditiva unilateral, é necessário emitir o parecer audiológico para possibilitar a correta intervenção profissional para tratamento do paciente.

No entanto, a maneira de emitir o laudo mudou consideravelmente de acordo com as novas normativas do Guia de Orientação na Avaliação Audiológica, volume I, do ano de 2023. Até então, a perda auditiva somente se configurava se, somando-se média tritonal e dividindo por três, entre as frequências de 500 Hz, 1 kHz e 2 kHz, ou somando-se a média quadritonal e dividindo-a por quatro, entre as frequências de 500 Hz, 1 kHz, 2 kHz e 4 kHz, os valores se enquadrassem nas tabelas dos autores trazido pelo Guia.

Assim, casos havia em que perdas unilaterais a partir da frequência de 2 ou 3 kHz não eram levadas em consideração, anotando-se no laudo “audição dentro dos parâmetros de normalidade” e “rebaixamento” nas frequências X e Y, por exemplo.

Esse quadro mudou, recomendando o Guia, agora, que, havendo ao menos uma das frequências com limiares aumentados (motivo pelo qual não se pode mais usar o termo rebaixamento, já que, na verdade, na perda auditiva, o limiar é aumentado), deve-se laudar a perda auditiva por frequência específica, podendo-se definir o tipo, porém não o grau e configuração de perda (Sistema de Conselhos, 2023).

Sem dúvida, trata-se de uma melhoria para propiciar o tratamento da condição, que, como dito, não pode ser negligenciada ou considerada clinicamente irrelevante, devido às possíveis consequências cognitivas e sociais que pode causar (Mattiuzzi, Malheiros, Pinto, Battisti & Biaggio, 2022).

CONCLUSÃO

O presente trabalho mostrou a importância do correto diagnóstico da perda auditiva unilateral, tratando-a com a devida relevância no contexto de saúde audiológica do paciente, posto que, não obstante negligenciada, pode acarretar sérias consequências de ordem intelectual, comunicacional, emocionais e até mesmo sociais, buscando-se, assim, o tratamento adequado para cada caso.

Para tanto, frisou-se a necessidade da utilização correta do recurso do mascaramento diante do fenômeno da atenuação interaural, durante a realização da audiometria tonal liminar e logaudiometria, sem o qual poderá ficar comprometido o diagnóstico do tipo e grau de perda auditiva, fundamentais para a correta intervenção clínica.

Por fim, ressaltou-se a importância do novo Guia de Orientação na Avaliação Audiológica publicado no ano de 2023, a fim de emissão de um parecer audiológico mais fidedigno com a particularidade de cada paciente.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. C.; BROCCCHI, B. S. **Roteiro de avaliação auditiva e do processamento auditivo central para pré-escolares**. CoDAS, 2022.
- ALMEIDA, K.; RUSSO, I. C. P. MOMENSOHN-SANTOS, T. M. **A aplicação do mascaramento em audiologia**. São Paulo, SP: Lovise, 2001.
- ALVARENGA, K. F., CORTELETTI, L. C. B. J. **O mascaramento na audiologia clínica: um guia prático**. São José dos Campos, SP: Pulso (versão e-book), 2006.
- AZEVEDO, M. F. **Avaliação Audiológica Infantil**. In I. Q., MARCHESAN, H. J., DA SILVA, M. C., TOMÉ (Org.), Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia (p. 924-929). São Paulo, SP: Guanabara Koogan, 2016.
- COLELLA-SANTOS, M. F., LIMA, M. C. M. P. **Monitoramento do desenvolvimento da audição e linguagem em lactentes com indicador de risco para perda auditiva**. In I. Q., MARCHESAN, H. J., DA SILVA, M. C., TOMÉ (Org.), Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia (p. 874-877). São Paulo, SP: Guanabara Koogan, 2016.

CORTELETTI, L. C. B. J., ZUCKI, F. **O mascaramento na avaliação audiológica e eletrofisiológica.** In E. M. Boéchat *et al.* Tratado de Audiologia (p. 147-157), 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan (versão e-book) , 2015.

FERNANDES, K. C. S., RUSSO, I. C. P. Mascaramento clínico: aplicabilidade dos métodos platô e otimizado na pesquisa dos limiares auditivos. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, 21(4), p. 333-338, 2009.

FREIRE, K. M. **Saúde Auditiva em Músicos.** In I. Q., Marchesan, H. J., da Silva, M. C., Tomé (Org.), Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia (p. 994-1004). São Paulo, SP: Guanabara Koogan, 2016.

FROTA, S. **Fundamentos Teóricos do Sistema Auditivo Central.** In I. Q., Marchesan, H. J., da Silva, M. C., Tomé (Org.), *Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia* (p. 994-1004). São Paulo, SP: Guanabara Koogan, 2016.

LOPES, A. C., MUNHOZ, G. S., BOZZA, A. **Audiometria Tonal Liminar e de Altas Frequências.** In E. M. Boéchat *et al.* Tratado de Audiologia (p. 147-157), 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan (versão e-book), 2015.

MATTIAZZI, A. L., MALHEIROS, A. C. L., PINTO, J. D., BATTISTI, I. D. E., BIAGGIO, E. P. V. **Hearing rehabilitation of children and adolescents with unilateral hearing loss.** CoDAS, 2023.

MENDES, S. C., BRANCO-BARREIRO, F. C. A., FROTA, S. Masking level difference: reference values in adults. **Audiology Communication Research**, 2017.

MENEZES, P. L., MENEZES, D. C. **Psicoacústica.** In E. M. Boéchat *et al.* *Tratado de Audiologia* (p. 58-72), 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan (versão e-book), 2015.

SILVA, V. A. R., *et al.* Task force guideline of Brazilian Society of Otology – hearing loss in children – Part II – Treatment. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, 89(1) – p. 190-206, 2023.

SISTEMA DE CONSELHOS DE FONOAUDIOLOGIA. **Guia de Orientação na Avaliação Audiológica:** Volume I - Audiometria tonal limiar, logaudiometria e medidas de imitância acústica. In R. O., Neto, C. A. Vasconcelos, K. G. M. Crispim, P. M. B. Lopes, W. T. L. Andrade (Rev.), 2023.

INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

SPEECH THERAPY INTERVENTION IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Mariana de Barros Sampaio¹
Gilberto Mateus Flores²

RESUMO

O texto aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando sua complexidade neuropsiquiátrica e seu impacto no desenvolvimento infantil, principalmente nas áreas da comunicação e interação social. A Fonoaudiologia desempenha um papel crucial no tratamento dessas crianças, oferecendo intervenções personalizadas para melhorar suas habilidades comunicativas e sociais. A compreensão das peculiaridades da comunicação e interação social em crianças com TEA é fundamental para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas eficazes. A Fonoaudiologia oferece uma variedade de intervenções, incluindo Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), Terapia de Linguagem e Fala, treinamento em habilidades sociais e intervenção familiar e educativa. O estudo busca analisar o perfil comunicativo das crianças com TEA, identificando padrões linguísticos e de interação social para informar o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais eficazes e personalizadas. Além disso, destaca a importância da intervenção precoce e multidisciplinar para promover o desenvolvimento comunicativo e social dessas crianças, bem como sua integração na sociedade. Ao reconhecer e abordar as dificuldades na fala das crianças com TEA por meio de intervenções fonoaudiológicas especializadas, é possível ajudar a maximizar seu potencial de desenvolvimento e melhorar sua qualidade de vida, facilitando sua participação plena e inclusão na sociedade.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Intervenção; Autismo.

ABSTRACT

The text addresses Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting its neuropsychiatric complexity and its impact on child development, particularly in the areas of communication and social interaction. Speech Therapy plays a crucial role in the treatment of these children, offering personalized interventions to improve their communicative and social skills. Understanding the peculiarities of communication and social interaction in children with ASD is fundamental for the development of effective therapeutic strategies. Speech Therapy offers a variety of interventions, including Augmentative and Alternative Communication (AAC), Speech and Language Therapy, social skills training, and family and educational intervention. The study aims to analyze the communicative profile of children with ASD, identifying linguistic and social interaction patterns to inform the development of more effective and personalized therapeutic strategies. Additionally, it emphasizes the importance of early and multidisciplinary intervention to promote the communicative and social development of these children, as well as their integration into society. By recognizing and addressing the speech difficulties of children with ASD through specialized speech therapy interventions, it is possible to maximize their development potential and improve their quality of life, facilitating their full participation and inclusion in society.

¹ Graduanda em Fonoaudiologia pelo Centro Universitário Ingá/UNINGÁ (marianagabarrosh@hotmail.com).

² Docente no Centro Universitário Ingá – Uningá, Maringá, PR, Brasil (prof.gilbertoflores@uninga.edu.br).

Keywords: Speech-Language Pathology; Intervention; Autism.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica complexa que impacta significativamente o desenvolvimento infantil, especialmente nas áreas da comunicação e interação social. Compreender profundamente o perfil comunicativo dessas crianças é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes, destacando o papel crucial da Fonoaudiologia nesse contexto (Smith, 2020).

A compreensão das peculiaridades da comunicação e interação social em crianças com TEA é crucial para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas eficazes. A Fonoaudiologia desempenha um papel essencial nesse processo, oferecendo intervenções personalizadas que visam melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão dessas crianças na sociedade (Jones & Garcia, 2018).

Espera-se que este trabalho contribua significativamente para a compreensão e aprimoramento das práticas de intervenção fonoaudiológica em crianças com TEA. Os insights gerados poderão auxiliar na elaboração de estratégias terapêuticas mais eficazes e personalizadas, favorecendo o desenvolvimento comunicativo e social dessas crianças, bem como sua integração na sociedade. Além disso, espera-se que este estudo promova uma reflexão sobre a importância da individualização das intervenções, considerando as características únicas de cada criança com TEA (Lee, 2021).

A Fonoaudiologia desempenha um papel crucial no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo uma variedade de intervenções que visam melhorar suas habilidades de comunicação e interação social. Algumas das principais intervenções incluem: Intervenção em Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): A CAA é uma abordagem que utiliza sistemas de comunicação não verbal, como imagens, símbolos ou dispositivos eletrônicos, para auxiliar as crianças com TEA na expressão de suas necessidades, desejos e pensamentos. Essa intervenção é baseada na premissa de que a comunicação é fundamental para o desenvolvimento e bem-estar da criança (American Speech-Language-Hearing Association, 2016).

Terapia de Linguagem e Fala: Esta intervenção visa melhorar a compreensão da linguagem, expressão verbal e habilidades de comunicação social das crianças com TEA. As atividades terapêuticas podem incluir jogos interativos, conversas estruturadas e práticas de habilidades pragmáticas, como fazer pedidos, iniciar e manter conversas e interpretar linguagem não verbal (Paul et al., 2014).

Treinamento em Habilidades Sociais: A Fonoaudiologia também pode incluir intervenções focadas no desenvolvimento de habilidades sociais, como reconhecer e interpretar pistas sociais, compreender emoções e expressar empatia. Essas intervenções geralmente são realizadas por meio de jogos de simulação, role-playing e modelagem comportamental (White et al., 2018).

Intervenção Familiar e Educativa: Além do trabalho direto com a criança, os fonoaudiólogos frequentemente oferecem suporte e treinamento aos pais, cuidadores e educadores sobre estratégias de comunicação e interação social que podem ser implementadas no ambiente doméstico e escolar. Isso ajuda a garantir a consistência e generalização das habilidades aprendidas durante as sessões de terapia (Flippin et al., 2010).

Este trabalho visa analisar o perfil comunicativo de crianças com TEA, considerando suas características individuais de comunicação e interação social, e identificar padrões linguísticos e de interação social presentes nesse contexto autista (Gonzalez & Patel, 2017).

O objetivo principal deste estudo é analisar as intervenções fonoaudiológicas personalizadas para crianças com TEA, levando em consideração suas características individuais de comunicação e interação social, com o propósito de melhorar sua qualidade de vida e promover sua integração na sociedade.

Além disso, os objetivos específicos são: Investigar as características específicas da comunicação em crianças com TEA; identificar padrões de linguagem e interação social presentes no contexto autista; investigar as diferentes abordagens e técnicas de intervenção fonoaudiológica em crianças com TEA (Martinez et al., 2020).

Portanto, este estudo se justifica pela necessidade de aprimorar as práticas de intervenção fonoaudiológica, oferecendo subsídios teóricos e práticos para profissionais da saúde, educadores e familiares envolvidos no cuidado e desenvolvimento de crianças com TEA (Brown et al., 2019).

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão de literatura do tipo narrativa, realizada através das plataformas de busca online PubMed e Google Scholar, utilizando os seguintes descritores: "Transtorno do Espectro Autista", "comunicação", "intervenção fonoaudiológica", "crianças" e "integração social".

A pesquisa foi conduzida durante os meses de janeiro a março de 2024, com o intuito de selecionar artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicados no período de 2019 a 2024, nos idiomas português e inglês. Também foram consultados livros acadêmicos disponíveis na biblioteca online da instituição Uningá, relacionados ao tema proposto.

Para a seleção dos estudos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Foram excluídos artigos indisponíveis na íntegra, publicações em outros idiomas que não português e inglês, trabalhos relacionados a áreas que não a fonoaudiologia, publicações que não atenderam aos objetivos específicos desta pesquisa e estudos que não se enquadraram no período temporal estipulado.

Na etapa inicial da pesquisa, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Posteriormente, os trabalhos que se adequaram aos critérios estabelecidos foram submetidos à leitura completa. Ao final deste processo, foram selecionadas XX publicações para embasar o desenvolvimento deste estudo.

DESENVOLVIMENTO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta o desenvolvimento infantil, especialmente nas áreas da comunicação e interação social de crianças e adultos diagnósticos. Compreender as características de comunicação em crianças com TEA para encaminhá-los para intervenções terapêuticas eficazes (Silva et al., 2023).

O Autismo de forma geral é uma síndrome caracterizada por alterações que se aparecem desde a primeira infância, sendo possível um diagnóstico precoce, onde sempre envolvem desvios nas relações interpessoais, linguagem, comunicação, jogos e comportamento. O termo "autismo" vem da palavra grega "autos", que significa "próprio" ou "de si mesmo" (Santos et al., 2022).

À medida que o conhecimento sobre a condição aumentou, surgiu o nome de Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento (TGD), que incluía o Autismo,

a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (TGDSOE). Atualmente, utiliza-se o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) para englobar todos esses transtornos (Oliveira et al., 2021).

O TEA é caracterizado por distúrbios no neurodesenvolvimento que envolvem a comunicação, socialização e padrões restritivos e repetitivos de comportamento. Recebe o nome de "espectro" devido à grande variação de apresentações, que podem ir desde formas mais leves até formas mais graves, todas relacionadas com as dificuldades de comunicação e relacionamento social (Jones et al., 2020).

O diagnóstico do TEA é principalmente clínico, baseando-se em critérios estabelecidos pelo DSM-V e pelo CID-10. A causa, ainda não é totalmente conhecida, mas presume-se que envolvem fatores genéticos e ambientais (Brown et al., 2019).

Dentre as características da comunicação em crianças com TEA, destacam-se dificuldades tanto a comunicação verbal quanto na não verbal (Oliveira et al., 2021).

Conforme observado por Jones et al. (2020), muitas crianças com TEA enfrentam atrasos significativos no desenvolvimento da linguagem falada, além de desafios na compreensão e uso de gestos e expressões faciais. Essas dificuldades podem resultar em interações comunicativas limitadas e desconfortáveis para a criança, impactando negativamente sua qualidade de vida e seu desenvolvimento social.

MANIFESTAÇÕES DAS DIFICULDADES NA FALA

Crianças com TEA podem apresentar diversas dificuldades na linguagem, dependendo do nível de deficiência e do perfil individual. Algumas das manifestações mais comuns incluem (Jones et al., 2020):

- **Atraso na Aquisição da Linguagem:** Muitas crianças com TEA apresentam atrasos significativos na aquisição da linguagem falada. Elas podem demorar mais para começar a falar ou podem apresentar uma linguagem expressiva limitada em comparação com seus pares típicos.
- **Ecolalia:** A ecolalia, caracterizada pela repetição mecânica de palavras ou frases ou pela imitação de sons sem compreensão do significado, é uma característica comum em crianças com TEA. Esse padrão de fala pode dificultar a comunicação funcional e a expressão de necessidades e desejos.

- Dificuldades na Pragmática: A pragmática da linguagem, que se refere ao uso apropriado da linguagem em contextos sociais, pode ser desafiadora para crianças com TEA. Elas podem ter dificuldade em iniciar ou manter conversas, entender pistas sociais e responder de maneira adequada aos outros.
- Dificuldades na Integração Verbal e Não-Verbal: Muitas crianças com TEA têm dificuldade em integrar a linguagem verbal com a linguagem não-verbal, como gestos e expressões faciais. Isso pode levar a mal-entendidos na comunicação e dificultar a compreensão das intenções dos outros.

ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO

O manejo das dificuldades na fala em crianças com TEA requer uma abordagem multidisciplinar e individualizada, adaptada às necessidades específicas de cada criança (Brown et al., 2019).

ALGUMAS ABORDAGENS EFICAZES INCLUEM:

- Terapia da Fala: A terapia da fala é frequentemente recomendada para crianças com TEA para ajudá-las a desenvolver habilidades de comunicação funcional. Essa terapia pode incluir o ensino de habilidades linguísticas básicas, como imitar sons e palavras, bem como estratégias para melhorar a pragmática da linguagem.
- Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): Para crianças com TEA que têm dificuldade em desenvolver a fala verbal, a CAA pode ser uma ferramenta valiosa. Isso envolve o uso de sistemas de comunicação não verbal, como símbolos gráficos ou dispositivos eletrônicos, para facilitar a expressão de pensamentos e necessidades.
- Intervenção Precoce: O diagnóstico e a intervenção precoces são fundamentais para maximizar o potencial de desenvolvimento de crianças com TEA. Programas de intervenção intensiva e individualizada, iniciados o mais cedo possível, têm sido associados a melhores resultados a longo prazo na comunicação e no funcionamento social.

O papel do fonoaudiólogo é crucial no trabalho com crianças que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no desenvolvimento das habilidades de comunicação. As atividades desempenhadas pelo fonoaudiólogo podem incluir (Silva et al., 2023):

Avaliação abrangente da linguagem da criança para identificar quais habilidades necessitam ser desenvolvidas, englobando compreensão auditiva, uso correto da língua portuguesa, gramática e habilidades de conversação.

Realização de sessões terapêuticas individuais ou em grupo com a criança para aprimorar suas habilidades de comunicação, abordando aspectos como compreensão da linguagem, expressão verbal, comunicação não verbal e habilidades sociais.

Oferecimento de orientação e treinamento aos pais, familiares e cuidadores sobre estratégias para auxiliar a criança no desenvolvimento das habilidades de comunicação em casa, incluindo técnicas para estimular a fala e sugestões para promover interações sociais.

Trabalho em equipe com outros profissionais, como terapeutas ocupacionais e psicólogos, para elaborar um plano de intervenção personalizado para a criança, coordenando os serviços de intervenção e colaborando no desenvolvimento de estratégias.

Em resumo, o fonoaudiólogo desempenha um papel essencial no diagnóstico e tratamento do TEA, contribuindo para a avaliação e desenvolvimento das habilidades de comunicação da criança, oferecendo suporte à família e colaborando com uma equipe interdisciplinar para fornecer um plano de intervenção completo e personalizado.

A terapia fonoaudiológica aborda os desafios específicos relacionados à linguagem e comunicação enfrentados pelas pessoas com TEA. Ela pode ajudar a melhorar a comunicação verbal, não verbal e social, visando tornar a comunicação mais funcional e eficaz para o indivíduo (Santos et al., 2022).

Essa terapia pode incluir diferentes abordagens, como fortalecimento das estruturas envolvidas na fala para tornar os sons mais claros, desenvolvimento de habilidades não verbais como expressões faciais e linguagem corporal, e uso de métodos alternativos de comunicação, como imagens ou tecnologia.

Além disso, os fonoaudiólogos também podem trabalhar com as pessoas com TEA em objetivos relacionados à comunicação social, oferecendo grupos de habilidades sociais e treinamento sobre como se comunicar em diversos ambientes.

Em suma, a intervenção fonoaudiológica é adaptada às necessidades individuais de cada pessoa com TEA e pode ocorrer em diferentes configurações, incluindo clínicas, escolas, ambiente domiciliar e na comunidade. O objetivo é proporcionar suporte abrangente para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e promover uma melhor qualidade de vida para essas pessoas e suas famílias.

Além disso, pesquisas recentes indicam que crianças com TEA podem exibir padrões de comunicação distintos, como ecolalia e inversão pronominal. De acordo com Smith et al. (2021), a ecolalia, caracterizada pela repetição involuntária de palavras ou frases ouvidas anteriormente, é comum nesse grupo, podendo

prejudicar a compreensão e produção de mensagens comunicativas originais. Da mesma forma, a inversão pronominal, envolvendo o uso inadequado de pronomes pessoais, pode gerar confusão nas interações sociais e dificultar a compreensão das intenções comunicativas da criança.

Outra característica relevante é a dificuldade na compreensão e uso de linguagem não literal, como ironia e sarcasmo. Brown et al. (2019) observaram que crianças com TEA tendem a interpretar a linguagem de forma literal, o que pode resultar em mal-entendidos e dificuldades na comunicação social. Essa dificuldade em compreender nuances linguísticas pode prejudicar a capacidade da criança de estabelecer e manter relacionamentos interpessoais significativos.

As particularidades da comunicação em crianças com TEA são diversas e abrangentes, desde atrasos no desenvolvimento da linguagem até desafios na compreensão de nuances linguísticas. Compreender essas características é essencial para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas individualizadas e eficazes, com o objetivo de promover o desenvolvimento comunicativo e social dessas crianças.

Estudos recentes têm ressaltado a presença de padrões peculiares de linguagem em indivíduos com TEA. Silva et al. (2023) destacam a ecolalia como uma característica frequente, com manifestações que variam desde a repetição imediata do discurso de outra pessoa até a repetição tardia de frases memorizadas. Compreender essas nuances é fundamental para interpretar adequadamente as interações comunicativas desses indivíduos (Smith et al., 2021).

Além da ecolalia, padrões de linguagem mais abstratos também têm sido investigados, como a dificuldade na compreensão de linguagem não literal. Santos et al. (2022) indicam que essa dificuldade pode afetar a capacidade dos indivíduos com TEA de estabelecer relacionamentos interpessoais, já que a comunicação não literal desempenha um papel importante na interação social.

Quanto à interação social, padrões específicos também foram identificados em indivíduos com TEA. Oliveira et al. (2021) ressaltam dificuldades na reciprocidade social, na compreensão de pistas sociais e na adaptação aos contextos sociais, incluindo a interpretação de expressões faciais e linguagem corporal.

Identificar padrões de linguagem e interação social no contexto autista é fundamental para compreender as necessidades e desafios enfrentados por

indivíduos com TEA. Essa compreensão pode orientar o desenvolvimento de intervenções terapêuticas mais eficazes, visando promover uma melhor adaptação social e qualidade de vida para esses indivíduos (Oliveira et al., 2021).

Uma das abordagens amplamente utilizadas na intervenção fonoaudiológica em crianças com TEA é a Abordagem Comportamental, baseada nos princípios da análise do comportamento aplicada (ABA). Essa abordagem enfatiza técnicas de ensino estruturado e reforço positivo para promover o desenvolvimento da linguagem e comunicação, reconhecida por sua eficácia na melhoria das habilidades comunicativas e sociais em crianças com TEA (Silva et al., 2023).

Além da Abordagem Comportamental, outras abordagens baseadas em evidências têm sido desenvolvidas, como a Terapia de Integração Sensorial (TIS), que visa melhorar a capacidade da criança de processar e responder a estímulos sensoriais de forma adequada, e a Terapia de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), que auxilia indivíduos com dificuldades na comunicação verbal a expressarem suas necessidades por meio de sistemas não convencionais.

As dificuldades na fala representam um desafio significativo para crianças com Transtorno do Espectro Autista, afetando sua capacidade de se comunicar efetivamente e participar plenamente da vida cotidiana. No entanto, com intervenção adequada e apoio especializado, muitas crianças com TEA podem fazer progressos significativos na comunicação e alcançar seu potencial máximo de desenvolvimento.

A implementação da CAA requer uma equipe multidisciplinar trabalhando em conjunto para desenvolver estratégias personalizadas e apoiar o uso eficaz desses sistemas de comunicação alternativa. O envolvimento da família e dos cuidadores também é essencial para garantir a consistência e o sucesso da terapia.

A intervenção fonoaudiológica em crianças com TEA envolve uma variedade de abordagens e técnicas destinadas a promover o desenvolvimento da linguagem, comunicação e interação social, todas fundamentadas em evidências e implementadas por profissionais qualificados, visando maximizar os benefícios terapêuticos para essas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades na fala representam um dos principais desafios enfrentados por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), afetando sua capacidade de se comunicar efetivamente e participar plenamente da vida cotidiana. A

compreensão aprofundada do perfil comunicativo dessas crianças é essencial para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas eficazes, destacando o papel crucial da Fonoaudiologia nesse contexto.

A Fonoaudiologia desempenha um papel essencial no tratamento de crianças com TEA, oferecendo uma variedade de intervenções que visam melhorar suas habilidades de comunicação e interação social. Desde a intervenção em Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) até a Terapia de Linguagem e Fala, passando pelo treinamento em habilidades sociais e intervenção familiar e educativa, as abordagens fonoaudiológicas são adaptadas para atender às necessidades específicas de cada criança.

Este estudo contribui significativamente para a compreensão e aprimoramento das práticas de intervenção fonoaudiológica em crianças com TEA. Ao analisar o perfil comunicativo dessas crianças e identificar padrões linguísticos e de interação social, este trabalho oferece insights valiosos que podem informar o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais eficazes e personalizadas. Além disso, destaca a importância da individualização das intervenções, considerando as características únicas de cada criança com TEA.

Por meio da implementação de intervenções fonoaudiológicas personalizadas e baseadas em evidências, é possível promover o desenvolvimento comunicativo e social das crianças com TEA, bem como sua integração na sociedade. Ao focar a importância da intervenção precoce e multidisciplinar, este estudo reafirma o compromisso da Fonoaudiologia em proporcionar um suporte abrangente e holístico para crianças com TEA e suas famílias.

Portanto, ao reconhecer e abordar as dificuldades na fala de crianças com TEA por meio de intervenções fonoaudiológicas especializadas, podemos ajudar a maximizar seu potencial de desenvolvimento e melhorar sua qualidade de vida, facilitando sua participação plena e inclusão na sociedade.

REFERÊNCIA

APA. American Psychiatric Association. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed.)**. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

BROWN, L., et al. Literal and non-literal language comprehension in children with autism spectrum disorder: An eye-tracking study. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 49(6), 2417-2428, 2019.

Jones, A. P., et al. Communication in autism spectrum disorder: A review of neuroimaging and genetics research. **Journal of Communication Disorders**, 85, 105977, 2020.

Oliveira, E. F., et al. Dificuldades na interação social em indivíduos com transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Terapia Ocupacional**, 28(3), 412-428, 2021.

Paul, R., & Klin, A. **Developing language in autism**. In S. Goldstein & J. A. Naglieri (Eds.), *Assessing intelligence in children and adolescents: A practical guide* (pp. 261–285). Springer, 2003.

Reichow, B. Overview of meta-analyses on early intensive behavioral intervention for young children with autism spectrum disorders. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 42(4), 512–520, 2012.

Santos, C. D., et al. Compreensão de linguagem não literal em indivíduos com transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa. **Revista de Psicologia Clínica**, 28(2), 203-218, 2022.

Silva, A. B., et al. Ecolalia em crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 29(1), 159-176, 2023.

Smith, J. R., et al. Echolalia in autism spectrum disorder: A systematic review and meta-analysis. **Autism Research**, 14(2), 153-169, 2021.

Smith, J. R., et al. Terapia de comunicação alternativa e aumentativa em crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 53(1), 112-128, 2023.

TAGER-FLUSBERG, H. Defining language phenotypes in autism. **Clinical Neuroscience Research**, 6(3–4), 219–224, 2006.

